

DISTRITO FEDERAL E SUAS ESPACIALIDADES: da construção de Brasília ao século XXI



Autoras

Marília Luíza Peluso

Maria Solange Melo de Sousa

Colaborador

Rodrigo de Oliveira Vilela

**DISTRITO FEDERAL E SUAS
ESPACIALIDADES: DA CONSTRUÇÃO DE
BRASÍLIA AO SÉCULO XXI**



**MARÍLIA LUÍZA PELUSO
MARIA SOLANGE MELO DE SOUSA
(Autoras)**

**RODRIGO DE OLIVEIRA VILELA
(Colaborador)**

**DISTRITO FEDERAL E SUAS
ESPACIALIDADES: DA CONSTRUÇÃO DE
BRASÍLIA AO SÉCULO XXI**



Copyright © Autoras e colaborador

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e do colaborador.

Marília Luíza Peluso; Maria Solange Melo de Sousa [autoras]
Rodrigo de Oliviera Vilela [colaborador]

Distrito Federal e suas espacialidades: da construção de Brasília ao século XXI. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 187 p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2434-0 [Impresso]
978-65-265-2435-7 [Digital]

1. Capital da República. 2. Cidade planejada. 3. Civitas. 4. Planalto Central.
5. Urbs I. Título.

CDD – 710/720

Capa: Eduardo Pinheiro de Sousa (por IA) com finalização de Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

SUMÁRIO

7 MEMÓRIAS

9 IDEIAS INICIAIS

- 13 **CAPÍTULO 1:** Brasília, da utopia à realidade, da *civitas* a *urbs*
- 33 **CAPÍTULO 2:** Articulação entre *civitas* e *urbs* organiza o território do Distrito Federal
- 59 **CAPÍTULO 3:** O Distrito Federal: aspectos físicos - naturais e a ação antrópica
- 87 **CAPÍTULO 4:** Brasília como símbolo de urbanismo moderno
- 113 **CAPÍTULO 5:** Organização do espaço urbano do Distrito Federal e o crescimento do entorno
- 131 **CAPÍTULO 6:** As ruralidades econômicas do Distrito Federal
- 149 **CAPÍTULO 7:** O Distrito Federal e suas desigualdades socioeconômicas
- 167 **CAPÍTULO 8:** Reflexões finais: as conexões entre CIVITAS e URBS
- 173 **REFERÊNCIAS**
- 185 **AUTORAS E COLABORADOR**

MEMÓRIAS

“Para Bacha et al (2006), o passado não pode ser percebido, ele pode ser evocado. O passado traz boas lembranças, diferente do presente problemático, e a infância é lembrada como momentos de felicidades. Diante disso, é possível evocar lembranças nostálgicas que simbolizam momentos felizes em Brasília, como relembrar os passeios de domingo quando era possível brincar no escorregador em formato de foguete, localizado no parque da cidade. Esse passeio era realizado por muitas escolas públicas daquela época, com os alunos do ensino fundamental. Como esquecer a beleza da avenida W3 Sul com as suas lojas, que ainda está no imaginário de parte dos moradores de Brasília [...]”

A percepção da vida cotidiana de uma criança ou de um adolescente passa por mudanças e as boas lembranças da infância ficam no passado, o sujeito passa para um novo estágio que seria a construção social da realidade.

[...] Na fase de adolescência na década de 1980, era possível interpretar a realidade como uma vida cotidiana cheia de contradições sociais. Nas quadras do Plano Piloto, a interpretação da realidade era a de que ali tudo era aparentemente perfeito, com prédios bem cuidados, muitas áreas verdes e espaço para o lazer, ao contrário da realidade vivenciada nas áreas carentes como Ceilândia onde, na cidade que estava em processo de construção, destacava-se a aparência de desorganização decorrente de um grande quantitativo de barracos pouco atrativos, ruas sem asfalto e a ausência de infraestrutura básica como rede de esgoto, energia e água potável [...]”.

No transcorrer dos anos, nasceram novas Regiões Administrativas (antigas cidades-satélites), a Ceilândia

passou por mudanças substanciais e se tornou uma Região Administrativa amada pelos seus moradores, com uma cultura forte que representa os nordestinos migrantes e simboliza a resistência de pessoas que acreditaram no sonho de JK e vieram ajudar a construir a nova capital. Por outro lado, temos a Brasília que precisa de cuidados para que não ocorra alterações indesejadas, que possam destruir o projeto que viveu dentro da cabeça de Lúcio Costa.

(Os fragmentos fazem parte da memória vivenciada pelas autoras na Capital do país e são apresentados no artigo

“A percepção e a interpretação social da realidade: o Distrito Federal do passado evocado à modernidade líquida”,

disponível no ebook Diálogos Contemporâneos II, 2022)

IDEIAS INICIAIS

Brasília foi construída no Centro-Oeste num momento em que as cidades brasileiras cresciam, seus problemas se tornavam graves e buscavam-se soluções a serem resolvidos por meio de planejamento. Entretanto, cidades planejadas já ocorriam no Brasil, como Terezina e Aracajú no século XIX, Belo Horizonte e Goiânia no século XX; Palmas data de 1989 e é posterior a Brasília.

Cidades planejadas ocorreram em todo o mundo desde a Antiguidade, e ocorrem na contemporaneidade, como Camberra, capital da Austrália, ou Washington. É interessante mencionar Chandigarh, capital do estado de Punjab (Índia), pois foi planejada por Le Corbusier, que muito influenciou Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Todas as cidades têm seus planos urbanísticos, mas as cidades planejadas são pensadas antes de se inscreverem no solo, em seus planos urbanísticos que se tornam o modelo original de suas organizações físicas. Assim, Brasília como Capital, foi pensada como *civitas* por seu idealizador, não só o centro político, mas o coração do país. Entretanto, a *civitas* é construída por seus cidadãos, na relação sociedade - indivíduo - espaço, ou seja, pela *urbs*, resultado da relação da sociedade com seu espaço. É esse jogo que determina as relações entre *civitas* versus *urbs*, entre espaço e sociedade, que a Capital se constrói. Isso significou, logo no início da construção da cidade, que a *civitas* pensada como Capital do Brasil, seria ocupada pela *urbs*, a cidade brasileira com suas relações de afirmação, negação e oposição.

O projeto original de Brasília definia, de antemão, as direções espaciais tomadas posteriormente pela Capital. O projeto, unitário ao ser concebido, visava a harmonia entre *civitas* e *urbs*, mas se mostrou sujeito a três escalas de conflito: entre centralidade e dispersão, entre moderno e tradicional e entre permanência e transformação, o que tornou necessário uma contínua reposição da ordem, para substituir a desordem espacial resultante dos conflitos. A Geografia Histórica mostra que dualidades não são exclusivas de Brasília nem do planejamento de cidades. Elas têm estado presentes no difícil percurso da modernidade. As dualidades que caracterizam o sistema hegemônico manifestam-se, ainda que de forma não direta, sobre processos urbanos. A compreensão de dualidades características do sistema pode contribuir para desvelar os tipos de conflito manifestos em Brasília.

É neste contexto que o livro foi pensado. Analisar as dicotomias que estão relacionadas ao planejamento e construção da Capital Federal da República. Dessa forma, no decorrer da obra, vai se descrevendo o processo que envolveu as etapas do surgimento e concretização de Brasília que, em decorrência de sua expansão espacial, extrapola a idealização dos atores envolvidos na realização do projeto inicial pensado ainda no século XIX e mesmo antes.

Na primeira metade do século XXI, tem-se um recorte espacial do Distrito Federal que se caracteriza como região metropolitana e abriga quase 3 milhões de habitantes, segundo o IBGE. O Distrito Federal cresceu com todas as adversidades que caracterizam uma grande metrópole e hoje apresenta problemas relacionados à ocupação territorial urbana irregular que ameaça o bioma Cerrado decorrente da ação antrópica no qual o DF está inserido. As políticas públicas para a modernização urbanística, ameaçam o

tombamento da cidade, que recebeu o título da UNESCO de Patrimônio da Humanidade em 1987. O crescimento desordenado que se expande para além do quadradinho e alcança os municípios do Entorno, que se transformaram em cidades-dormitório, afetam e precarizam as ofertas de emprego no Distrito Federal.

Além das adversidades mencionadas no parágrafo anterior, que impactam na qualidade de vida dos habitantes do Distrito Federal, têm-se ainda a violência urbana, a deficiência na mobilidade, na educação pública e na saúde, que não atendem de forma satisfatória a comunidade que vive nesta unidade federativa.

Por outro lado, há avanços no setor econômico. Brasília que nasceu como uma cidade voltada para o setor terciário, com ênfase na oferta de emprego na administração pública e no comércio, têm-se apresentado como uma região próspera para o agronegócio e para turismo ecológico. O relevo suavemente ondulado e com o apoio do Governo do Distrito Federal para o escoamento da produção, para a infraestrutura e o apoio técnico aos produtores tem permitido o desenvolvimento da produção agrícola como, por exemplo, a produção de grãos, sementes e a agricultura familiar. Dessa maneira, o espaço rural vem se consolidando na região.

É importante destacar ainda que o Distrito Federal também se configura como uma região de disparidades e contradições socioeconômicas. Apesar de se apresentar como uma das maiores rendas *per capita* do país, o DF é uma região desigual. Dentre as 35 regiões administrativas, há aquelas cuja renda *per capita* não alcança dois salários-mínimos e muitos vivem de benefícios sociais. Entretanto, também, há RAs em que a renda dos moradores alcança ou ultrapassa os 20 salários-mínimos.

Dessa maneira, as autoras têm o objetivo de mostrar na obra as características que tornam o Distrito Federal um território ímpar. Sua beleza arquitetônica, o seu planejamento urbanístico, o seu contexto histórico, a riqueza do bioma Cerrado que sofre as ameaças da ação antrópica, mas resiste e pode ser percebida pela diversidade da fauna e da flora e no florescer dos ipês na época da seca. E, por fim, as contradições existentes entre as regiões administrativas são analisadas e discutidas ao longo dos oito capítulos que compõe o livro.

A obra é ilustrada com imagens e fotos que valorizam e enriquecem a construção dos textos e tornam a leitura leve e prazerosa.

Apreciem a Leitura!

As autoras

CAPÍTULO 1

BRASÍLIA, DA UTOPIA À REALIDADE, DA CIVITAS À URBS

1.1 Ocupação do Centro-Oeste como condição favorável à mudança da Capital

A mudança da Capital brasileira para o Planalto Central foi aos poucos se consolidando desde o período colonial até meados do século XX. Transferência da Capital da colônia não era fato novo no Brasil, pois já havia ocorrido em 1763, quando o Rio de Janeiro tomou o lugar de Salvador como sede do governo, pois a corrida do ouro e das pedras preciosas no sertão interiorano exigia maior proximidade entre o centro decisório e o lugar em que se descobriam riquezas.

Outras mudanças também foram propostas no período colonial, como para o Centro-Oeste, baseado nos trabalhos cartográficos de Tosi Colombina e Ângelo dos Santos Cardoso sob a orientação do Marquês de Pombal (Oliveira, 2024). Mais tarde, os Inconfidentes Mineiros, em 1789, consideravam São João Del Rey como o lugar ideal para uma nova Capital. No início do sec. XIX, em 1810, o jurista Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira propôs a D. João VI a mudança da Capital para uma pequena cidade do interior como maneira de afastar a Corte dos “males físicos e morais que rondam as grandes cidades” (Silva, S/D). Hipólito José da Costa, editor do jornal Correio Braziliense, em 1813, propunha uma Capital perto das cabeceiras do rio São Francisco (Peluso; Cândido, 2012).

No período imperial a mudança ganhou força. Pode-se considerar José Bonifácio de Andrada e Silva como um marco para o processo mudancista e de ruptura com o modelo de localização litorânea de cidades, quando, em 1823, em mensagem à Assembleia Constituinte do Império, propôs a cidade de Paracatu, no interior mineiro, e o nome de Brasília para a nova Capital do Império (Ferreira, 2010).

Em 1877, Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, retomou a localização enfatizada por Costa, de uma nova cidade perto das cabeceiras do rio São Francisco. Varnhagen enfatizava a altitude e recomendava que a Capital ficasse acima dos 1.000 m, pois a temperatura seria mais amena com maior altitude (Vasconcelos, 1978).

Entretanto, somente na Constituição republicana de 1891, no artigo 3º, foi determinado a transferência da Capital para o interior do país: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

Pergunta-se, então, quais as condições favoráveis que foram se estabelecendo no interior do país de 1891 a 1960 e que propiciaram, enfim, a transferência de Brasília para o Centro-Oeste brasileiro?

As condições propícias para a transferência foram se estabelecendo aos poucos, desde as primeiras escolhas do lugar mais promissor para a nova Capital, em finais do século XIX até a inauguração, em meados do século XX. Neste meio tempo são criadas comissões exploradoras e podem-se destacar algumas.

A primeira pode-se considerar a mais importante, pois localizou a área estabelecida pela Constituição de 1891. Em maio de 1892, Floriano Peixoto organizou a primeira

expedição em direção aos 14.400 km² da Serra dos Pirineus, das Águas Emendadas e da Chapada dos Veadeiros. Denominava-se de “Comissão Exploradora do Planalto Central” e foi confiada ao Dr. Luís Cruls, diretor do Observatório do Rio de Janeiro. A Comissão contava com 22 membros de várias formações, como geógrafos, botânicos, médicos, higienistas, geólogos e engenheiros.

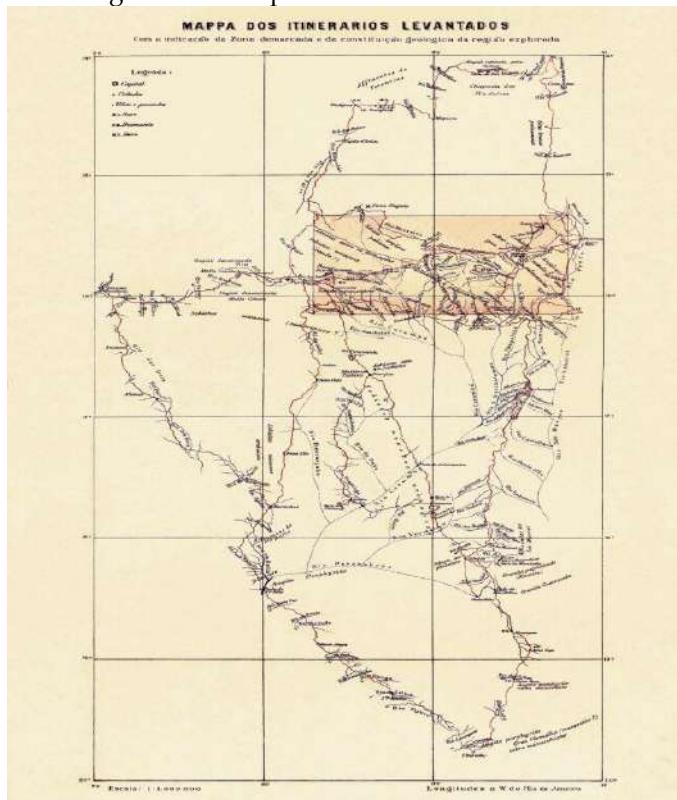
Figura 1.1 – Missão Cruls



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

A exploração realizada por Cruls levou-o a considerar como apropriada a área que se encontra na cabeceira dos rios que formam as bacias do Araguaia, do Tocantins, do São Francisco e do Paraná, no triângulo formado pelas cidades de Pirenópolis, Santa Luzia e Formosa. Enfatizou o clima excelente devido a altitude, o relevo pouco acidentado e com abundância de água (Vasconcelos, 1978).

Figura 1.2 – Mapa dos itinerários levantados



Fonte: Arquivo Nacional do Distrito Federal

Cruls voltou mais uma vez ao Planalto Central, em 1894, acompanhado de grande e diversa equipe com profissionais de várias áreas e pode-se destacar o botânico francês Auguste Glaziou, de renome internacional, com a incumbência não só de verificar mais detalhadamente o relevo, a hidrografia e o clima, como também verificar as várias possibilidades de ligação da nova Capital com o restante do Brasil. Interessante mencionar que o lugar em que Cruls instalou seu acampamento seria onde, posteriormente, seria construído o Plano Piloto de Brasília (Oliveira, 1983).

Entretanto, décadas depois, em 1922, se ainda não haviam surgido todas as condições que permitiriam a transferência da nova cidade para o Planalto Central, elas se aproximavam e no governo de Epitácio Pessoa, colocou-se a Pedra Fundamental da nova Capital Federal, em Planaltina, no estado de Goiás. Formou-se um loteamento urbano chamado de “Planaltópolis” e, de acordo com seu idealizador, os terrenos foram vendidos em todo o Brasil (Oliveira, 1983), apesar de haver dúvidas a respeito.

Figura 1.3 – Pedra Fundamental (1922)



Fonte: Plínio, 1922¹

¹ A foto foi tirada pelo fotógrafo Plínio, que acompanhou o engenheiro Balduíno e traz a seguinte mensagem; “O engenheiro Balduíno, ao final da missão

Balduíno, era diretor da Estrada de Ferro Goiás, com sede em Araguaia, Minas Gerais, e representava o presidente da República da época, Epitácio Pessoa (Cavalcanti, online)

VOCÊ SABIA?²

O loteamento Planaltópolis nunca existiu!

Talvez este tenha sido o primeiro problema para a nova Capital, pois segundo a TERRACAP, esses loteamentos nunca existiram, a não ser no papel, uma vez que as municipalidades e os proprietários se limitaram a fazer trabalhos simplesmente gráficos, não sendo demarcados tais lotes no terreno, impossibilitando, assim, os adquirentes de localizar e tomar posse dos lotes.

A ocupação das áreas centrais do Brasil começava a se fazer mais rapidamente, no que foi denominado de “fronteira agrícola”. Alguns momentos importantes podem ser mencionados.

Em 1935, a Estrada de Ferro Goiás chegou em Anápolis e o povoamento da área se intensificou. Migrantes vieram de todos os estados, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Como escreve Weibel (1979, p. 163) “Aí derrubavam-se as florestas, cultivavam-se as roças, abriam-se estradas, construíam-se casas e novos povoados surgiram em lugares que antes não estavam ocupados”.

O desenvolvimento regional se acelerou com a inauguração da nova capital de Goiás, Goiânia, em 1937, de onde Getúlio Vargas discursou, em 1940, dizendo “O vosso planalto é o miradouro do Brasil” (Silva, s/d), dando a maior

impossível”. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/1922-09-07-pedra-Fundamental-lancamento.shtml>. Acesso em: 19 mar/2022.

² Fonte: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/listagem-faq/38-outros-assuntos/84-os-loteamentos-platinopolis-planaltinopolis-planaltopolis-eplanopolis-existem>

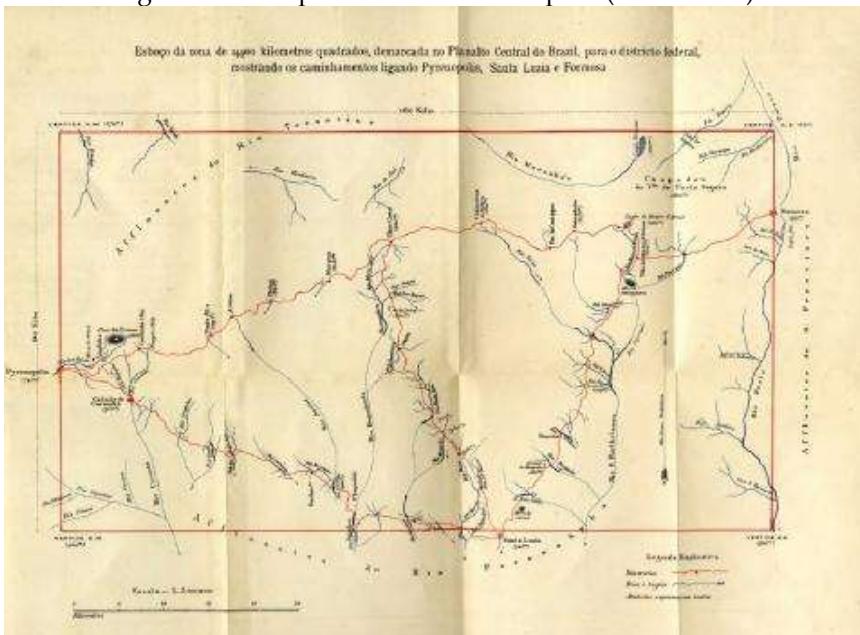
ênfase ao movimento da “Marcha para o Oeste” na fronteira agrícola, como Weibel (1979) vai atestando em sua viagem. Em 1941, foi fundada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), dentro do mesmo movimento de ocupação das fronteiras.

O Centro-Oeste foi considerado uma área de retaguarda agrícola para o fornecimento de produtos alimentares para as regiões litorâneas que se industrializavam com mais intensidade a partir dos anos 50, Rio de Janeiro e São Paulo, e supriria de alimentos a população urbana que aumentava rapidamente.

As condições favoráveis para transferência da nova Capital ganhavam corpo. Assim, quando a Constituição de 1946, em seu artigo 4º novamente previu a transferência da Capital para o Planalto Central, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou a “Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil” e nomeou o General Djalma Polli Coelho como presidente. Mas, Polli Coelho aumentou a área na qual seria implantada a nova Capital para 77. 250 km² (Imagens 1.4 e 1.5).³

³ Fonte: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3363>

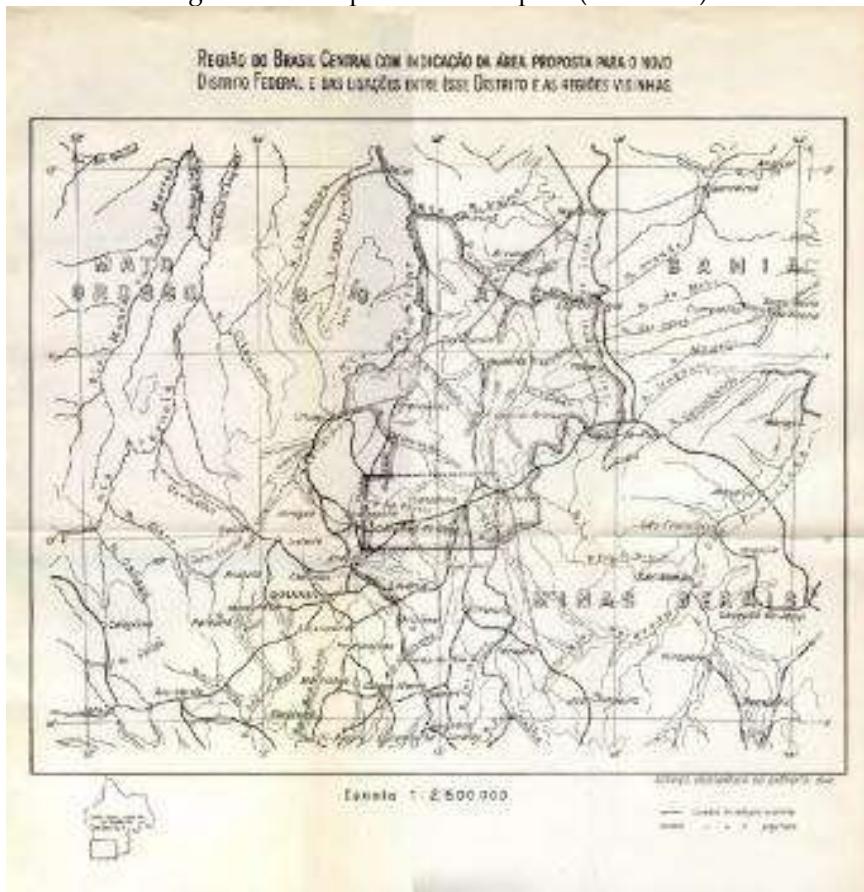
Figura 1.4 – Mapa inicial da nova Capital (14.400 Km²)



Área de 14.400 quilômetros quadrados demarcada pela Comissão Cruls para o Distrito Federal, 1894

[fonte: Dr. Antônio Pimentel, *A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brazil* (Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria e Impressora, 1894)]

Figura 1.5 – Mapa da nova Capital (77.250 m²)



Área proposta para o novo Distrito Federal, 1948

[fonte: Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, *Relatório técnico* (Rio de Janeiro: gráfica Barlow, 1948)]

Em 1950, no segundo governo Vargas, a mudança da Capital se acelerou e a Lei nº 1.083, de 05 de janeiro de 1953, já autorizou estudos específicos para sua localização e estimava sua população em torno de 500.000 habitantes. Criou-se a “Comissão de Localização da Nova Capital Federal”, sob a presidência do General Aguiinaldo Caiado de Castro.

A Comissão contratou os estudos da empresa Geofoto Ltda para realizar os estudos aerofotogramétricos da área e a empresa americana *Donald J. Belcher and Associates Incorporated* para realizar os estudos de foto análise e fotointerpretação de um retângulo de 52.000 km². O retângulo foi dividido em cinco sítios denominados de castanho, verde, vermelho, amarelo e azul, nos quais estudou-se a topografia, a geologia, o clima, a drenagem dos rios e os solos agriculturáveis.

Figura 1.6 – Os cinco sítios para a localização da nova capital



Fonte: Correio Braziliense, 2013 (atualizado em 2020)⁴

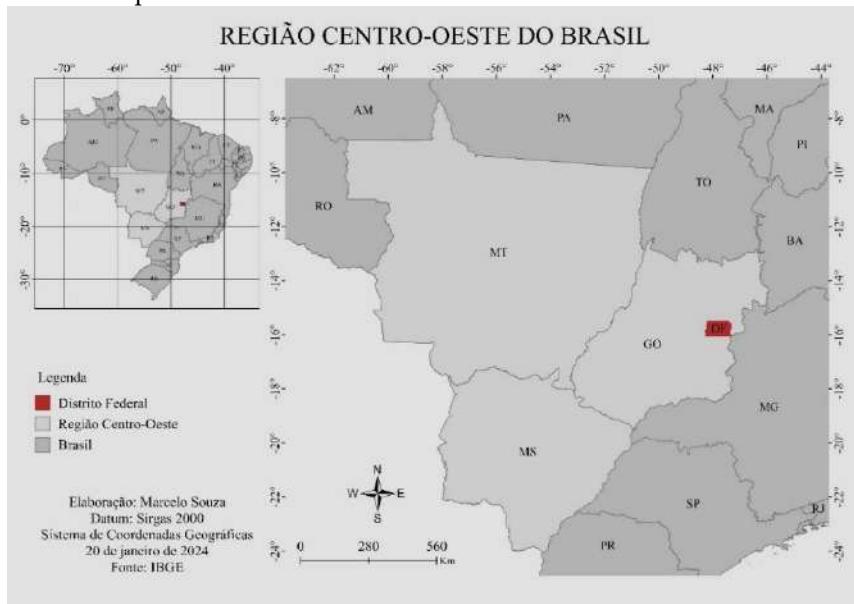
E, em 1955, foram escolhidos os sítios Castanho e o adjacente Verde e aumentada a área para 5.810 km², devido a suas qualidades de clima, vegetação, solos e possibilidades de conexão com o país. Ainda em 1955, em 30 de abril, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, pelo decreto

⁴ Fonte: Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/24/interna_cidadesdf,399959/as-outras-brasiliias-conheca-os-lugares-que-poderiam-ter-recebido-a-capital.shtml

nº 480, delimitou os respectivos sítios, considerando “que tal medida é de indisfarçável interesse para todo o país, pois tal medida forçará o deslocamento de considerável corrente demográfica para o interior do país, e com isso (...) como que reencontrará a marcha dos bandeirantes (...)"

O Distrito Federal (DF) tornou-se uma das 27 unidades federativas do Brasil, situado na Região Centro-Oeste, entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25' e 48°12' de longitude, à oeste de Greenwich. É a menor unidade federativa brasileira e a única que não tem municípios, sendo dividida em regiões administrativas e totalizando uma área de 5.789,16 km², localizada no Brasil de acordo com o Mapa 1.1.

Mapa 1.1 – O Distrito Federal no Centro-Oeste e no Brasil



Fonte: Marcelo Souza, 2024

O DF está localizado na Região Centro-Oeste e seus limites são o rio Preto à leste e o rio Descoberto à oeste; ao norte e ao sul, o quadrilátero é limitado por duas linhas paralelas.

Os municípios que fazem fronteira com o Distrito Federal estão listados abaixo:

- Ao Norte: Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa;
- Ao Sul: Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaiso e Novo Gama;
- A Leste: Formosa e Cabeceira Grande (MG);
- A Oeste: Alexânia, Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas.

E Brasília tornou-se realidade, pois as condições para a nova Capital da República estiveram presentes no Centro-Oeste, mas ainda seriam necessárias condições favoráveis para o Brasil como um todo e é importante ver o que acontecia no país nos momentos que antecederam Brasília. As condições favoráveis foram se formando aos poucos e se tornaram realidade com o Plano de Metas, do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, como se verá no item seguinte.

1.2. Condições no país favoráveis à mudança da Capital

A industrialização foi um importante item no projeto governamental de JK, apesar de que a indústria brasileira já se fazia presente desde o século XIX e produzia tecidos, chapéus e sapatos, por exemplo. Na Bahia, desde meados do século XIX instalaram-se indústrias têxteis; em Santa Catarina, ao final do mesmo século, instalaram-se indústrias têxteis no Vale do Itajaí (Renaux, 2010). Juiz de Fora, por

exemplo, instalou um número tão significativo de indústrias que recebeu o título de “Manchester brasileira” e empresas construíam suas próprias hidrelétricas, como a Fiação e Tecelagem São Silvestre, em Viçosa (Barreto, 2018).

A ampliação da energia elétrica, nos anos 70 do século XIX, ampliou também a industrialização e Rio de Janeiro e São Paulo no início do século XX já contavam com parques industriais têxteis significativos. Ao mesmo tempo que a industrialização aumentava, também as cidades cresciam e se tornavam centros de produção e consumo com um número cada vez maior de assalariados, ou seja, tornavam-se também centros econômicos de importância. Assim, no período de 1934 – 1937 a produção agrícola cresceu aproximadamente 2%, enquanto a produção industrial cresceu cerca de 11% (Silva, 2018).

A ação governamental e o capital estrangeiro foram de grande importância no processo de industrialização e Getúlio Vargas, ao mesmo tempo que impulsionava a Marcha para o Oeste em seu primeiro governo (1930-1945), pois as cidades necessitavam de alimentos, também impulsionava a industrialização com a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Fábrica Nacional de Motores (1942), Companhia Nacional de Álcalis (1943). No seu segundo governo (1951-1954), Vargas imprimiu um movimento maior no que foi denominado de “industrialização por substituição de importação”.

Juscelino Kubitschek, eleito presidente do Brasil em outubro de 1955, idealizou a construção de Brasília para que fosse a síntese perfeita do seu plano de modernização do país.

Quando JK assumiu, portanto, o tripé industrialização – cidades como centros de produção e consumo – ocupação do Centro-Oeste estava pronto para o Plano de Metas (1956-1960)

do seu governo, elencadas em cinco grandes setores: energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação (Arend, 1997), lembrando que dentre as indústrias, destacou-se a indústria automobilística (Cano, 2007).

Seu lema de campanha “50 anos em 5” prometia o desenvolvimento do interior do país e a transferência da Capital. Durante as obras, o presidente não poupou recursos para que a cidade projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer fosse erguida. Os trabalhadores que a fizeram ficaram conhecidos como “candangos”, a grande maioria migrou do norte e nordeste para trabalhar na construção dos edifícios e palácios, sedes dos Três Poderes da República. A cidade modernista foi inaugurada em 21 de abril de 1960. É importante fazer um retrospecto dos acontecimentos para chegar a essa data.

Em razão de seu arrojado projeto arquitetônico, a construção da cidade de Brasília tornou-se o mais importante ícone do processo de modernização e industrialização do Brasil daquele período histórico. A nova cidade, e Capital Federal, foi o símbolo máximo do progresso do país.

Os interesses do interior e do litoral estavam, enfim, alinhados, o que permitiu que Juscelino Kubitschek de Oliveira colocasse em marcha a meta autônoma do Plano de Metas: a transferência da Capital do país. No mesmo ano em que assumiu a presidência, JK sancionou a lei nº 2.874, que determinava, em seu artigo 1º, que a Capital do Brasil fosse transferida para o Planalto Central e dava-lhe o nome de “Brasília”, cuja população deveria ficar entre 500.000 e 700.000 habitantes.

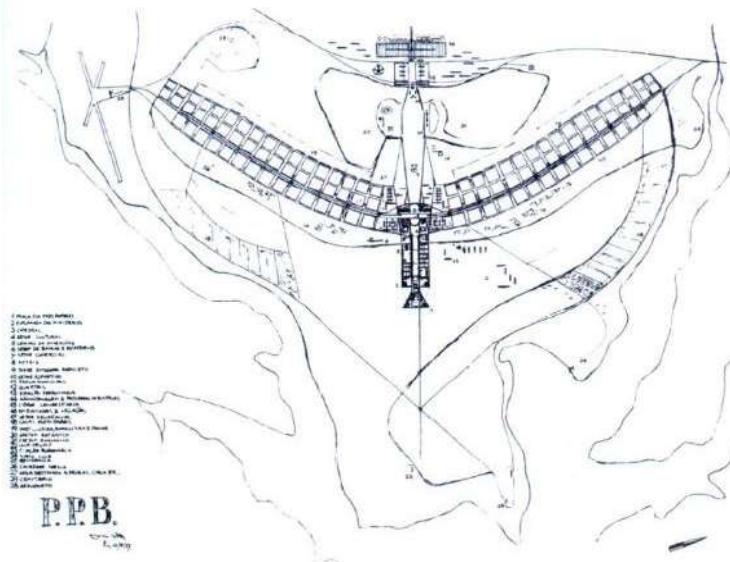
No ano seguinte instalou-se a Comissão Julgadora do Concurso Público para a escolha do Plano Urbanístico da

nova Capital e em 25 de março de 1957 publicou-se o resultado que declarou vencedor o projeto de Lúcio Costa.

Segundo o Memorial da Democracia “O projeto de Lúcio Costa, feito de última hora, não tinha mais que 30 páginas manuscritas e alguns esboços à mão”, pois o arquiteto não tinha a intenção de competir, mas sim apresentar uma solução original. Lúcio Costa explicou qual a sua proposta para a nova Capital:

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como '*Urbs*', mas como '*civitas*', possuidora dos atributos inerentes a uma capital (Memorial da Democracia⁵, online, 2022).

Imagen 1.7 – Projeto do Plano Urbanístico da Nova Capital



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (2022)

⁵ Memorial da Democracia. Disponível em:
<https://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/2/>

A lógica da implantação de Brasília como Capital do país, segundo Peluso (2006) se encaixa na lógica das cidades novas, planejadas, como Goiânia e Palmas, mas a origem do seu projeto remonta ao século XIX, período em que o capitalismo se firmara como um sistema produtivo. Este, por sua vez transformou profundamente o espaço da cidade e do campo, onde as tecnologias e os sistemas agrícolas inovadores inviabilizaram a vida de grande número de camponeses. Parte dos agricultores se viram obrigados a procurar as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Tornou-se necessário pensar novas cidades e reformular e inovar as cidades já existentes e o projeto de Lúcio Costa se encontra nesta linha de cidades inovadoras.

De acordo com o Memorial da Democracia,

Ao lado de Oscar Niemeyer na construção de Brasília, Lúcio Costa inovou no desenvolvimento da arquitetura brasileira e inaugurou uma nova concepção arquitetônica em todo o mundo. É bem verdade que se tratava de duas mentes muito diferentes: enquanto Niemeyer era adepto do voo livre em suas projeções, de linhas sinuosas e curvas que desafiavam os cálculos de engenharia, Costa seguia à risca a disciplina das retas, dos planos e do funcionalismo ensinado por Le Corbusier⁶ (Memorial da Democracia, online, 2022).

Estava em marcha, então, o que JK dissera naquela época

O núcleo populacional naquela longínqua região espalhava-se como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da capital seria o

⁶ O artista nascido na Suíça, cujo nome verdadeiro é Charles-Edouard Jeanneret-Gris era também pintor e escultor. A pintura de Le Corbusier enfatizou formas e estruturas claras, que correspondiam à sua arquitetura e design. Suas ideias ajudaram a formar o que hoje é conhecido como *international style* e a estética característica do modernismo.

veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante (Kubitschek de Oliveira, 1974, p. 8)

A *civitas* estava se tornando realidade e o veículo seria o Plano Piloto, de Lúcio Costa (1965, p. 344), imaginada para tornar-se

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual capaz de tornar-se com o tempo, além de sede do governo e da administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

O planejamento das cidades começava, naquela época, a ganhar vulto e teorizações mostravam sua necessidade para o crescimento ordenado e racional do processo de urbanização. Assim, a mesma lei nº 2.874 constituiu a Companhia Urbanizadora do Planalto Central (NOVACAP) para executar as obras de planejamento e de interesse da nova capital. E Oscar Niemeyer, o arquiteto responsável pelas mais belas construções da nova Capital, tornou-se diretor do Departamento de Arquitetura da NOVACAP.

1.2 O Plano Piloto de Brasília, a cidade racional

O caminho do Brasil em direção à industrialização preconizada pelo Plano de Metas deveria ter em sua nova Capital, Brasília, o símbolo da racionalidade da era das máquinas e, ao mesmo tempo, o resgate do caráter nacional, como acentua Cardoso (1978) sobre o projeto de Lúcio Costa. E é nesse sentido utópico que se articulam a natureza, a terra, a sociedade e o urbanismo.

A industrialização era o carro-chefe do novo urbanismo, entretanto Brasília não abrigaria indústrias, que permaneceriam concentradas entre São Paulo e Rio de Janeiro, mas seria planejada de maneira a que seus habitantes não enfrentassem as dificuldades de habitar, de trabalhar e de se locomover, próprias das cidades brasileiras.

As propostas de Le Corbusier (Charles-Édouard Jeanneret-Gris) com a Cidade Radiosa, ordenada e geométrica, e dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) tiveram influência na urbanização de Brasília. Mas Costa buscou, também, acercar-se das cidades coloniais brasileiras no sentido de evitar a separação entre as classes sociais e permitir o acesso aos bens e serviços para todos de maneira que não ocorresse, em suas palavras “uma indevida e indesejável estratificação” (Costa, 1965, p, 350).

Assim, Brasília foi planejada em formato de avião que, como acentua Cardoso (1996), pode ser pensado como o símbolo da modernização baseada na indústria. A vida dos moradores se desenvolveria em quatro escadas (que serão melhor apresentadas em capítulo posterior): Escala Monumental; Escala Coloquial; Escala Gregária; Escala Bucólica. A estratificação residencial indesejável seria apenas “gradação social”, nas palavras do Relatório:

A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior ou menor valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor de embaixadas, que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário” (COSTA, 1965, p. 50).

Brasília *civitas* estava, assim pronta para receber a Brasília *urbs*, cujo crescimento logo ultrapassaria a população estimada. Segundo o arquiteto inglês, Sir William Holford,

membro do júri que escolheu o projeto de Lúcio Costa, o crescimento da Capital se daria pelas penínsulas e por cidades-satélites. E, como não podia deixar de acontecer, com o crescimento populacional novos problemas surgiram e a *urbs* terminou por impactar a *civitas*, a começar pela articulação com a Natureza, que será analisada em capítulo próximo.

Atualmente, Brasília é a maior metrópole terciária brasileira, onde uma enorme gama de atividades de serviço lhe dá sustentação e anima sua vida econômica. Mesmo sem grande industrialização, a cidade tem porte metropolitano em vista de seu volume populacional. Segundo o IBGE, a população urbana e rural recenseada no Distrito Federal, em 2022, é de 2.817.381 habitantes, e a projeção para 2030 será de 3,4 milhões, segundo a CODEPLAN.

CAPÍTULO 2

ARTICULAÇÃO ENTRE CIVITAS E URBS ORGANIZA O TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL

As condições favoráveis para a construção de Brasília também ocorriam no campo brasileiro nas décadas de 40, 50 e 60, pois como se dava prioridade para a industrialização e, portanto, ao urbano, a agricultura se modernizava pouco e, mesmo assim apresentava excedente de mão de obra. Como resultado, a migração do campo se acelerou tanto para as grandes cidades como para as fronteiras, o Centro-Oeste em particular e, evidentemente, para a construção de Brasília.

A propaganda da nova Capital se fazia pelo país com a promessa de dias melhores para todos, traduzida pela população como “Lá todo mundo enriquece. Lá é uma mina de ouro”. E os migrantes vinham de todos os lugares do país e em todos os meios de transporte disponíveis, como caminhões, carroças e ônibus, para concretizar seus sonhos.

Figura 2.1 – Caminhão leva operários para construir a nova Capital (1958)



Fonte: Mário Fontenelle (Arquivo Público do DF)⁷

Figura 2.2 – Retirantes chegam para trabalhar na construção da nova Capital (1959)



Fonte: Arquivo Público do DF⁸

⁷ Disponível em: <http://www.memoraldademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>. Acesso em 31 jul./2022.

⁸ Disponível em: <http://www.memoraldademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>. Acesso em 31 jul./2022.

As comitivas oficiais, o presidente Juscelino, técnicos e visitantes vinham de avião e desembarcavam no primeiro aeroporto da cidade, Aeroporto do Catetinho, provisório, edificado ainda em 1955 pelo governador de Goiás, localizado onde hoje se encontra a Rodovia da Capital. O novo aeroporto, definitivo, passou para a localização atual em 1957 e recebeu o nome de Juscelino Kubitschek em homenagem ao fundador da Capital (Figura 2.3)

Figura 2.3 – Aeroporto Juscelino Kubitschek



Fonte: Arquivo público do DF⁹

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/aeroporto-de-brasilia-completa-60-anos-nesta-quarta-conheca-veteranos.ghtml>, acesso em 31 jul./2022.

Figura 2.4 – Aeroporto de Brasília



Fonte: Dicas da Capital, 2019¹⁰

Talvez seja um pouco difícil determinar quando se iniciou realmente a construção da Brasília Capital. O Distrito Federal, delimitado com área de 5.810 km² e definido o local da implantação do Plano Piloto, precisou aguardar a escolha do projeto urbanístico, o que só ocorreu em março de 1957.

Antes, porém, já estavam ocorrendo construções na área e o Catetinho foi uma das primeiras edificações oficiais, inaugurado em 10 de novembro de 1956. O Catetinho seria a residência de Kubitschek quando viesse ao Distrito Federal.

A energia elétrica para o Catetinho era gerada, provisoriamente, no próprio local. Somente no ano seguinte o Distrito Federal recebeu energia elétrica da Usina do Ribeirão Saia Velha, situado na divisa do município de Luziânia com Brasília e que abasteceu as obras de construção da nova

¹⁰ Disponível em:

<https://dicasdacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/05/AeroportoBrasilia.jpg>.
Acesso em 31 jul./2022.

cidade até 1962, quando foi inaugurada a Usina Hidrelétrica do Lago Paranoá.

No final de 1956 se iniciou a construção da área destinada a comércio e serviços, a Cidade Livre, que deveria ser provisória e cujos terrenos eram concedidos em regime de comodato, pois deveria desaparecer quando o Plano Piloto fosse construído. Concomitante, instalaram-se os escritórios da NOVACAP próximos à Cidade Livre, com alojamentos para os funcionários e trabalhadores, o hospital (Hospital do IAPI) e serviços diversos (Ribeiro, 2008).

Naquela época (1956) surgiram, também, os acampamentos das empreiteiras para seus operários e começou a construção da barragem do rio Paranoá para o grande lago preconizado por Glaziou, cujas obras se iniciaram em 1957, sob a responsabilidade da empreiteira americana *Raymond Concrete Pile of the Americas*. Entretanto, os constantes atrasos fizeram com que Kubitschek transferisse as obras para a NOVACAP, que dividiu o trabalho com as construtoras Camargo Corrêa, Rabello e engenharia Civil e Portuária (Arquivo Público do Distrito Federal)¹¹.

¹¹ Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/lago-paranoa/>. Acesso em 28 jun./2024.

Figura 2.5 – Obras para a construção do Lago Paranoá



Fonte: Arpdf/1009_NOV_B_10

Em 1957 também foi inaugurada a primeira escola pública do DF, o Grupo Escolar I, depois denominado de Escola Júlia Kubitschek, em homenagem à mãe do presidente. A escola se localizava no acampamento dos trabalhadores hoje conhecido como Candangolândia e contava inicialmente com 150 estudantes, chegando a 560 alunos em 1959 (Pereira; Henriques, 2013).

Surgiram também as primeiras invasões, como em Brasília foram denominadas as favelas, próximas à Cidade Livre: Vila Amauri, Sacolândia, Lonalândia, Vila Sara Kubitschek, Vila Tenório, Vila do IAPI, Vila Esperança (Oliveira; Peluso, 2022). Recém-chegados também eram abrigados na Vila Amaury, acampamento depois submerso pelas águas do Lago Paranoá (Imagen 2.6)

Figura 2.6 – Vila Amaury - a cidade submersa pelo Lago Paranoá



Fonte: Associação de Candangos e Pioneiros de Brasília¹²

Você Sabia?¹³

A Vila Amaury, criada por um dos funcionários da Novacap, ou Amaury Almeida, que na época conduzia o movimento pró-moradia, era o responsável por organizar a chegada dos novos migrantes e alojá-los nas cidades [...]. O vilarejo estava localizado entre os atuais Iate Clube e o clube Cota Mil.

O Distrito Federal estava, assim, pronto para receber o Plano Piloto, iniciando-se pela terraplanagem da cruz, segundo as já famosas palavras de Lúcio Costa, “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (Costa, 1965, p. 344).

¹² Disponível em: <https://medium.com/esquinaonline/vila-amaury-uma-cidade-submersa-9b3e48dc8d12>. Acesso em 31 jul./2022.

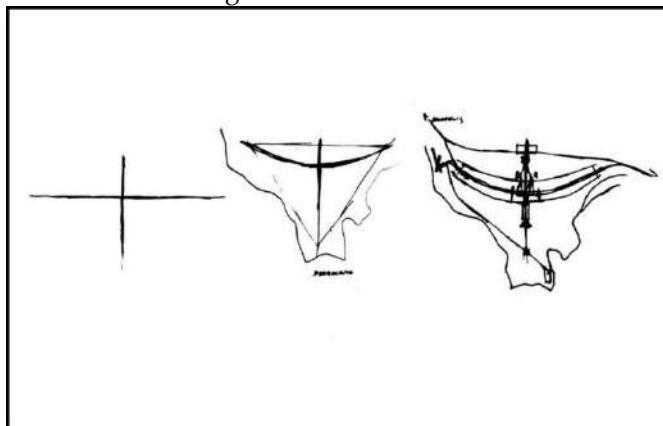
¹³ Disponível em: <https://medium.com/esquinaonline/vila-amaury-uma-cidade-submersa-9b3e48dc8d12>. (Com adaptações). Acesso em 01 jul./2022.

E, assim, a nova Capital do Brasil foi se tornando realidade e não mais um sonho de mais de 200 anos. Ao descrever a Estaca Zero, consta no site do Arquivo Público do Distrito Federal¹⁴ que:

A posição onde seria plantada à Estaca Zero no momento em que a cidade fosse locada no chão do Planalto Central já podia ser deduzida do projeto descrito de Lúcio Costa: os eixos se cruzam. Nesse sentido, poeticamente afirmava que Brasília “nasceu de gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, próprio sinal da cruz” Ao colocar a cidade no chão, lá estava a Estaca Zero, no entrecruzamento dos eixos, como um coração a irrigar a cidade que nascia.

Ao se definir a Estaca Zero para a construção de uma cidade, pode-se considerar que ela representa o ponto de partida para início da obra.

Figura 2.7 – Estaca zero



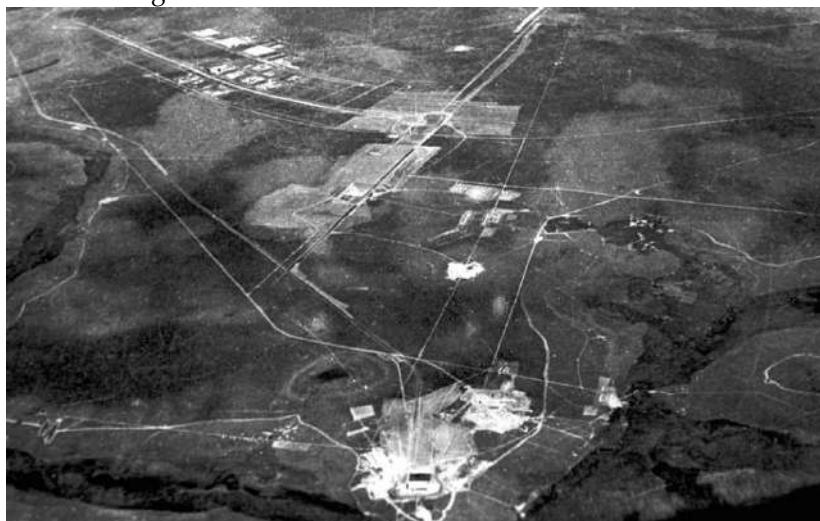
Fonte: Arquivo público do DF¹⁵

¹⁴ De acordo com o site do Arquivo Público do Distrito Federal, o texto é original de Lúcio Costa

¹⁵ Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/estaca-zero/>. Acesso em 11 mai./2023.

No entanto, definir o ponto inicial para a Construção de Brasília foi um desafio; observe a Figura 2.8.

Figura 2.8 – Dificuldades em estabelecer a Estaca Zero



Fonte: ArPDF_0601_BR DFARPDF NOV_B_02

Nas recentes obras de recuperação da pavimentação do Buraco do Tatu, nome popular para a passagem que liga o Eixo Sul ao Eixo Norte de Brasília, os operários localizaram a demarcação da Estaca Zero naquele local. Observe a reportagem do Correio Braziliense¹⁶:

Com as obras de restauração do pavimento asfáltico em concreto no Buraco do Tatu, as equipes que faziam a troca do revestimento na passagem de 700 metros fizeram uma descoberta importante: a “Estaca Zero” do Distrito Federal, um antigo pavimento de concreto.

¹⁶ Disponível em:

<https://www.correobraziliense.com.br/cidades-df/2024/07/6909876-restauracao-do-buraco-do-tatu-expoe-pavimento-historico-da-cidade.html>. Acesso em 20 ago./2024.

Dessa maneira, ela (Estaca Zero) representou a referência inicial da quilometragem das vias, ou seja, o ponto inicial a partir da qual se faz a contagem das distâncias calculadas na cidade.

2.1 O projeto de Lúcio Costa

Grandes projetos urbanísticos não surgem prontos e acabados, mas tiveram escolas, projetos anteriores, ideias e condições econômicas e sociais que os direcionaram e tornaram possível. Assim, também a concepção de Brasília teve antecedentes à medida que o capitalismo se tornava o sistema econômico dominante e modificava não só as cidades, mas também o campo e a agricultura nele praticada.

As tecnologias que modernizaram os sistemas agrícolas liberaram milhares de camponeses que se dirigiram às cidades e encontraram emprego na indústria nascente e no manejo das máquinas que se tornavam sempre mais importantes e aumentavam a produção.

A industrialização avançava, as cidades cresceram demasiadamente e se tornaram caóticas. Os operários habitavam áreas precárias e as classes mais abastadas clamavam por áreas saudáveis para moradia e recreação. Surgiram concepções urbanísticas e arquitetônicas para ordenar as cidades, torná-las mais justas e igualitárias e permitir um morar adequado para todos.

Assim, chegou-se às concepções do urbanismo e do planejamento urbano modernos, que nasceu do confronto dos mitos progressistas das máquinas e da miséria operária (Ragon, 1986). Um dos mais importantes arquitetos e urbanistas foi Charles-Édouard Jeanneret-Gris (1887-1965), cognominado Le Corbusier (já mencionado anteriormente),

que propunha a “cidade radiosa”, na qual as funções urbanas de habitar, trabalhar, circular e recrear haveriam de dispor-se numa ordem racional e harmoniosa.

E com Brasília, o urbanismo moderno delineou a nova Capital como uma cidade planejada, sob grande influência racionalista e progressista da Carta de Atenas, lançada no Quarto Congresso de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1933. Entretanto, como acentua Jatobá (2021, p. 33), Lúcio Costa procurou uma “interpretação própria dos princípios racionalistas”.

A proposta do urbanista, clara, original e aparentemente simples, já contava com discussões sobre planejamento no Brasil, cuja ausência era considerada responsável pelos problemas urbanos das cidades (Modesto, 1965). A Capital, então, nasceria planejada e teria sua implantação direcionada pela NOVACAP, a qual cabia planejar e executar as obras de urbanização e construção da nova cidade e evitar os problemas das cidades brasileiras.

Entretanto, já desde o início da construção de Brasília, mostra-se o embate entre a especificidade de Capital da República, a *civitas*, a cidade simbólica da brasiliidade desejada para o futuro de um país que se industrializava, e a *urbs*, a cidade do cotidiano, na qual se estabeleceram as práticas sociais da formação socioeconômica brasileira, que entretanto, não deviam ocorrer na nova cidade (Peluso; Cidade, 2002).

2.2 O Plano Piloto: a articulação entre a *civitas* e a *urbs*

O projeto de Lúcio Costa era suficientemente detalhado para organizar fisicamente o núcleo urbano em termos de rodovias, habitações, comércio, locais de lazer e trabalho para

ser implementado em 3 anos e 10 meses, quando ocorreria a próxima eleição para presidente.

Observem na Imagem 2.9 o início da construção da Plataforma Rodoviária

Figura 2.9 – rodoviária, mezanino da rodoviária, viaduto e túnel



Fonte: ArPDF/1608_BR DFARPDF NOV_B_16

O Plano de Lucio Costa deu particular atenção à circulação de veículos, que já se mostrava, em princípios do século XX, como um problema urbano de importância a ser solucionado com o planejamento e ressaltado inclusive por Le Corbusier, para quem a circulação de veículos devia ser separada da circulação de pedestres. No Brasil, a circulação de veículos passou, também, a ser trabalhada como um dos problemas urbanos importantes para o planejamento das cidades (Mello, 1965).

De acordo com o planejamento da construção de Brasília, a vida da cidade, da *civitas* se desenvolveria em três escalas:

•A **Escala Monumental**, na qual estão localizados os edifícios sedes dos Três Poderes e da administração pública federal e do Distrito Federal. Assim, no Plano de Lúcio Costa, as Escalas se conectariam por meio de eixos rodoviários que

permitiriam um circular de veículos de acordo com a técnica rodoviária que eliminaria os cruzamentos com “pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local” (Costa, 1965, p. 344), ao longo dos quais se disporiam os setores residenciais.

O primeiro eixo, o Eixo Monumental, mostrou-se como o corpo da cidade, pois nele estão localizadas as sedes dos poderes políticos e administrativos, justamente as funções basilares de cidades capitais, ao fundo da Foto 2.1.

Foto 2.1 – Vista do Eixo Monumental e Esplanada dos Ministérios



Autor: Victor Salgado, 2025

A foto 2.2 mostra o Eixo Monumental que contém, além dos edifícios da administração, locais destinados ao lazer e à cultura.

Foto 2.2 – Feira da Torre e o Centro de Convenções (ao fundo)



Autora: Renata Peluso, 2025

No Eixo Monumental se localiza ainda o Estádio Nacional, ao fundo na Foto 2.3.

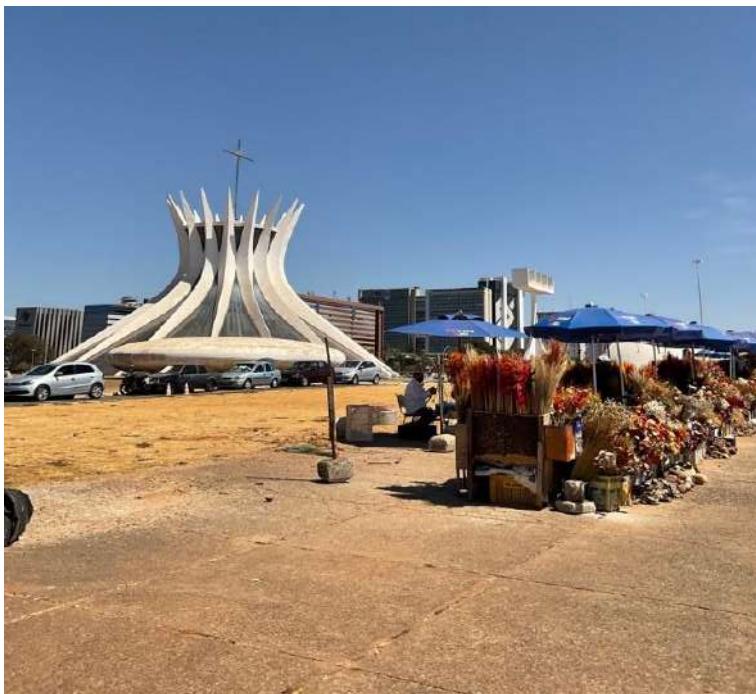
Foto 2.3 – Estádio Nacional ao fundo



Autora: Renata Peluso, 2025

A Foto 2.4 mostra detalhe do Eixo Monumental, no qual se encontra a Igreja da Catedral e o comércio de artesanato local, importante ponto turístico da Capital Federal.

Foto 2.4 – Vendedor de flores do cerrado



Autor: Peluso Júnior, 2023

- A **Escala Coloquial**, ao longo da Asa Norte e da Asa Sul, com uso predominantemente residencial e comércio de primeira necessidade (Fotos 2.5, 2.6, 2.7).

Foto 2.5 – Quadra 108 Sul



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 2.6 – Comércio da entrequadra da 306/307 norte



Autor: Peluso Júnior, 2023

Foto 2.7 – Placa da banca de jornal – 108 Sul



Autora: Melo de Sousa, 2024

CURIOSIDADE!

Seu Lourivaldo abriu a banca de revista na 108 Sul em 1960. Naquela época, era um barraco de madeira e, para proteger do Sol, ele plantou duas árvores que se fundiram em uma, criando uma espécie de corredor. Ao passar por lá, ele nos convida para tomar um café e ouvir um pouco de sua história e da nossa cidade. No local, ocorre a junção das quadras 108, 307 e 308, consideradas quadras modelos. No lugar, encontra-se a Igrejinha Nossa Senhora de Fátima, uma biblioteca pública, um clube de vizinhança e um escritório de apoio aos turistas. Pensado por Lúcio Costa, ali nasceu Brasília, conforme indica um banner disponível no local.

Foto 2.8 – Junção das duas árvores



Autora: Melo de Sousa, 2024

• A **Escala Gregária**, na junção das escadas Monumental e Coloquial, concentrando comércio, serviços e diversões, além da Plataforma Rodoviária do Plano Piloto, para onde convergiria, e realmente converge até hoje, grande parte do transporte de massa da cidade.

O segundo eixo, o Eixo Rodoviário, que cruza o Eixo Monumental, popularmente denominado de “Eixão”, para o escoamento do trânsito em direção às asas, com pistas de alta velocidade, que levaria aos terceiros Eixos Rodoviários-

Residenciais sul e norte e, também para fora do Plano Piloto (Figura 2.10).

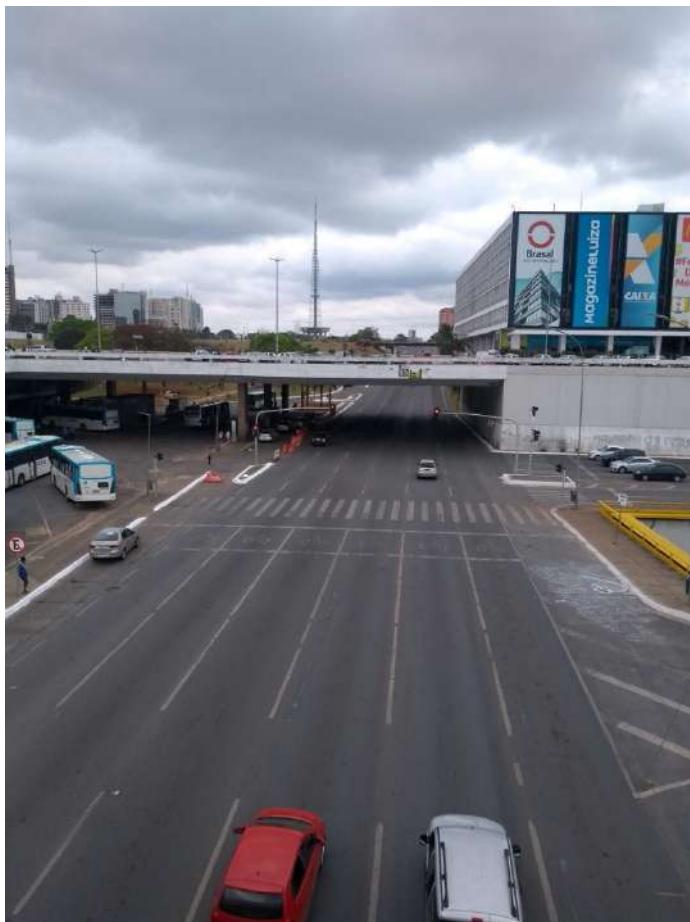
Figura 2.10 – Rodoviária do Plano Piloto



Disponível em: Eustáquio Ferreira, 2018¹⁷

¹⁷ <https://www.ambiciabrasilia.com.br/rodoviaria-do-plano-piloto/>

Foto 2.9 – Rodoviária do Plano Piloto – Plataforma inferior



Autora: Marília Peluso, 2023

O transporte rodoviário “automóvel”, central no planejamento de Kubitschek para o desenvolvimento industrial do país, não foi esquecido e foi pensando uma separação entre o trânsito de pedestres e de automóveis, porém “[...] sem, contudo, levar essa separação a extremos sistemáticos e antinaturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo

irreconciliável, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família e [...] a coexistência se impõe" (Costa, 1965, p. 345).

• A **Escala Bucólica**, refere-se à intensa arborização do Plano Piloto, quando em 1987, Costa elabora "Brasília Revisitada"¹⁸.

Foto 2.10 – Quadra 406 Norte



Autora: Melo de Sousa, 2024

¹⁸ O documento se refere a um anexo do Decreto Distrital nº. 10.829 publicado em 1987. O decreto foi elaborado em regulamentação ao Artigo 38 da Lei Federal nº 3.751/1960, que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <https://www.numenarquitetura.com/post/bsb60-brasilia-revisitada>. Acesso em 21 ago./2024.

Foto 2.11 – Quadra 407/408 – Asa Norte



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 2.12: Eixo Rodoviário Norte



Autor: Peluso Júnior, 2023

A cidade como um todo, porém, não se estrutura de acordo com linhas idealmente pensadas, mas dentro de uma

lógica concreta que leva a ocupação de seus espaços, pois ela não é só uma estrutura urbana, mas também uma estrutura social.

A propaganda da nova Capital atrai um número cada vez maior de pessoas (“Lá é uma mina de ouro”) e chegam a Brasília pessoas de todas as classes sociais, ocupações diversificadas e níveis de renda diferenciados: trabalhadores, funcionários públicos, empresários, profissionais liberais e outros representantes da classe média em ascensão no país. A população rapidamente cresceu: em 1957 eram 12.700 habitantes e em 1969, de 530.122 habitantes (Peot, 1977), o número de moradores pensado para o Plano Piloto.

O rápido crescimento de uma população diversificada deu origem a problemas e a busca de soluções. A ocupação das Escalas vai se realizando com alterações à medida que a população cresce e habitações, serviços e comércio são demandados. Ao mesmo tempo, o Distrito Federal como um todo vai sendo ocupado com o rápido crescimento populacional, por meio do surgimento de novas cidades-satélites, atuais regiões administrativas, e com a ocupação irregular do território (invasões), como será visto em capítulos seguintes.

Mas, antes será apresentado o bioma cerrado, sua diversidade e as questões que levantam a ocupação demográfica.

CAPÍTULO 3

O DISTRITO FEDERAL:

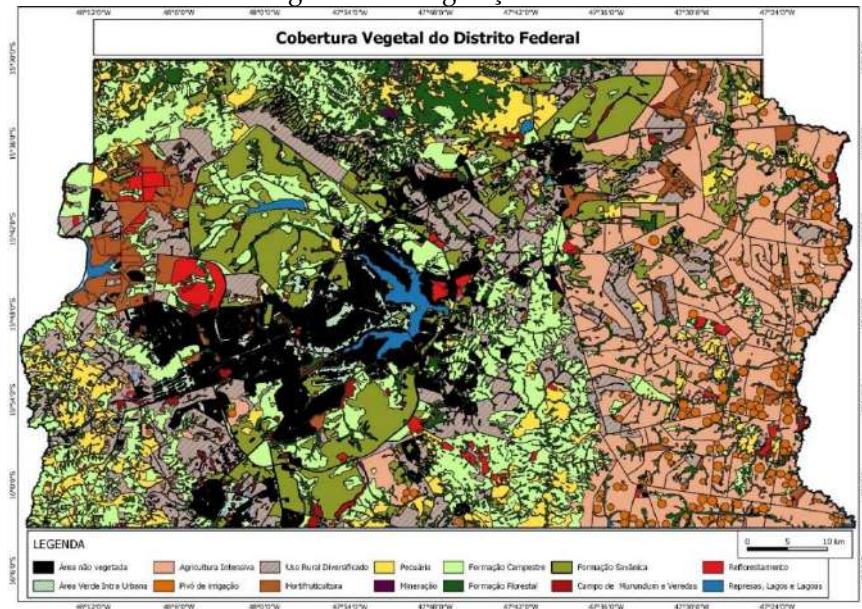
ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS E AÇÃO ANTRÓPICA

3.1. O Ecossistema Cerrado: sua diversidade e beleza natural

Na Região Centro-Oeste predomina a formação vegetal dos cerrados, variante brasileira das savanas, resultado de uma complexa combinação de clima tropical semiúmido, aspectos geomorfológicos em que predominam disponibilidade hídrica, grandes superfícies aplainadas de planaltos sedimentares e baixa fertilidade do solo. A maior parte da região se localiza entre 300 m e 600 m acima do nível do mar, enquanto a altitude máxima é encontrada na Chapada dos Veadeiros, aproximadamente a 230 Km do Distrito Federal, com 1.676 m de altitude.

Ver abaixo os tipos de vegetação da variante dos cerrados.

Figura 3.1 – Vegetação do DF



Autor: Rodrigo Vilella, 2022.

O Cerrado brasileiro é um dos ambientes mais ricos em espécies naturais e de maior diversidade florística, com 6.429 espécies de plantas vasculares registradas e de grande importância para a manutenção da biodiversidade brasileira e do planeta. Mas, a conservação não ocorre na mesma medida de sua importância devido a falsa impressão de que se trata de um bioma pobre. Atualmente, é considerado como uma das 25 áreas mais críticas do mundo e a segunda do Brasil, ao lado da Mata Atlântica, e está registrado como um dos 25 hotspots mundiais para conservação da biodiversidade e um dos mais ameaçados (Felfili et al, 2004).

Veja a diversidade florística do cerrado.

Fotos (3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6) – Flores nativas do cerrado



Autora: Melo de Sousa e Carolina Villaça, 2022¹⁹

¹⁹ Fotos tiradas na Floresta Nacional (FLONA), em Taguatinga/DF.

O ecossistema Cerrado, devido a sua riqueza em espécies naturais da fauna (Foto 3.7) e da flora, apresenta-se de grande importância para a manutenção da biodiversidade brasileira e do planeta. O Distrito Federal, por se localizar totalmente na Região Centro-Oeste, compartilha com ela as mesmas características físicas de clima, aspectos geomorfológicos, vegetação, hidrografia e tipos de solos (Peluso; Cândido, 2012).

Foto 3.7 – Família de capivaras (Parque Ecológico de Águas Claras)

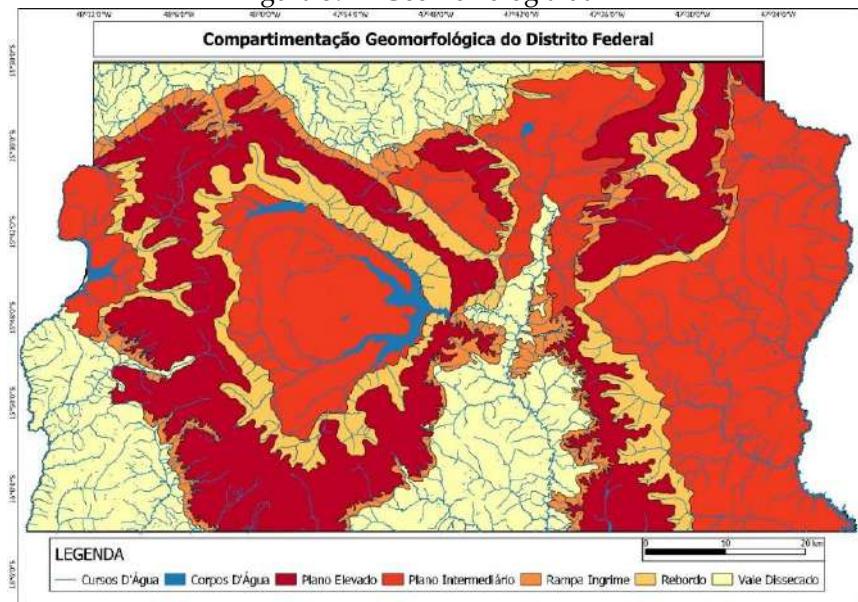


Autora: Melo de Sousa, 2023

3.1 A geomorfologia e o relevo

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), o relevo do Distrito Federal possui características típicas da região do Planalto Central - áreas elevadas do Centro-Oeste na qual está inserido. Nas formas de relevo predominam as chapadas e os chapadões que são associadas a unidades geológicas mais antigas e desgastadas por processos de erosão. A topografia apresenta altitudes que variam entre 950 m e 1400 m aproximadamente. As outras formas de relevo presentes são vales e colinas na área das bacias dos rios São Bartolomeu, Preto e Descoberto, além de serras presentes na área da bacia do rio Maranhão.

Figura 3.2 – Geomorfologia da DF



Autor: Rodrigo Vilella, 2022.

A constituição geológica do terreno é composta por rochas sedimentares associadas à idade geológica mais antiga do período Pré-cambriano. É comum a presença de rochas como xistos, quartzito, biotita, ardósias, calcário dentre outros. Existem ainda áreas que passaram por processos de evolução estrutural, onde estão presentes falhas como, por exemplo, a do noroeste da região.

Os quatro compartimentos geomorfológicos do Distrito Federal estão assim distribuídos:

Contagem Rodeador: formação planáltica cuja altimetria varia entre 1.200 m e 1.400 m; aqui aparecem as chapadas e os chapadões. Corresponde à superfície mais antiga do Distrito Federal, onde ocorreram as erosões próprias de clima seco

Foto 3.8 – Serrinha do Paranoá – Chapada da Contagem



Autora: Melo de Sousa, 2021.

✓ **Pediplano Brasília:** a altimetria desse planalto varia entre 950 m e 1.200 m, local onde também aparecem chapadas e chapadões. Nessa formação planáltica, as elevações se constituem como divisores de água das bacias dos rios São Bartolomeu e Preto;

✓ **Depressões interplanálticas:** são as áreas mais baixas em relação aos planaltos que a circundam, possuem altitude que varia de 800 m a 950 m. Nas proximidades das bacias do rio São Bartolomeu, Preto e Descoberto aparecem declives pouco acentuados e nas áreas do rio Maranhão, as vertentes são abruptas.

✓ **Planícies aluviais:** são as porções mais baixas do relevo do Distrito Federal, onde aparecem as formações sedimentares recentes, em que os sedimentos transportados pelos rios são depositados às suas margens.

3.2 A tropicalidade típica e as duas estações bem definidas

O Distrito Federal é caracterizado pelo clima tropical semiúmido e possui duas estações bem definidas: o verão, com predominância do período de chuvas que vai de outubro a abril, e o inverno seco, que se estende de maio a outubro. As temperaturas médias anuais são de 21°C, mas podem variar de acordo com a altitude. O índice pluviométrico é de, aproximadamente, 1.700 mm ao ano.

Foto 3.9 – Céu de outono em Águas Claras/DF



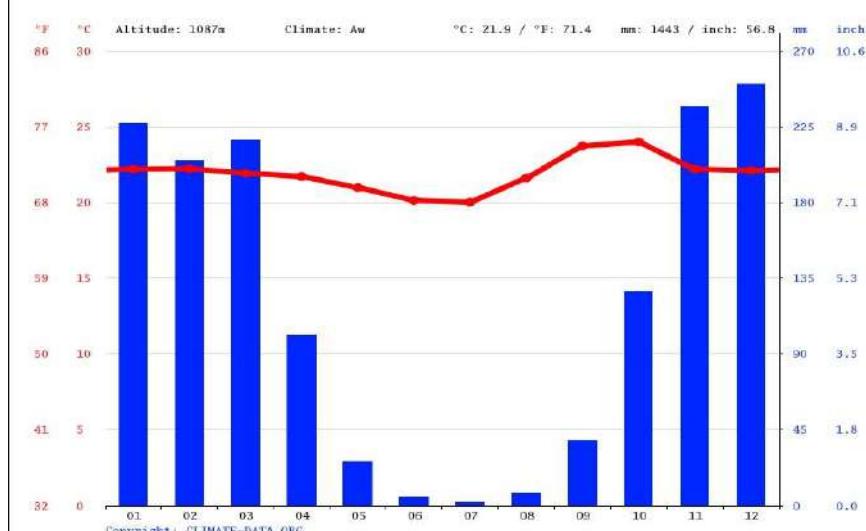
Autora: Melo de Sousa, 2022

No verão, a Capital do país sofre influência da massa de ar Equatorial Continental (mEc), que é responsável pelo período chuvoso. Esse período vai de outubro a abril e cerca

de 80% do total de chuvas ocorrem nessa estação do ano. No entanto, é possível observar o “veranico”, isto é, curto período de estiagem, sem chuvas. Durante o verão a umidade do ar e a temperatura são mais elevadas.

No inverno, o Distrito Federal sofre influência da massa de ar Polar Atlântica (mPa), por se originar no sul da Patagônia, que é fria e úmida, mas durante o seu percurso até a parte central do Brasil, vai perdendo umidade e isso explica as secas nos meses de julho, agosto e setembro na Capital do país. Durante essa estação do ano, as noites são mais frias e há aumento de temperatura durante o dia. É preciso destacar também a influência da massa de ar Tropical Continental (mTc), com características seca e quente que é bastante atuante nesse período do ano.

Figura 3.3 – Climograma do DF



Fonte: Climate Data, 2024²⁰

²⁰ Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/distrito-federal-204/>. Acesso em 03 mai./2024

O fato de o Distrito Federal estar localizado na parte mais continental do país, que determina a existência das duas estações bem definidas, inverno e verão, não impede que as estações da primavera e do outono não possam ser percebidas ao longo do ano. Durante os meses de abril, maio e junho, na estação do outono, as chuvas ficam mais escassas, dando início ao período da seca; o céu fica mais azul com poucas nuvens e a sensação do calor ainda é forte, uma vez que as temperaturas médias ficam em torno de 27º durante o dia e de 17º à noite. A partir do mês de junho as temperaturas ficam mais amenas. Dessa forma, durante o dia a sensação térmica é de calor, mas as noites são mais frias.

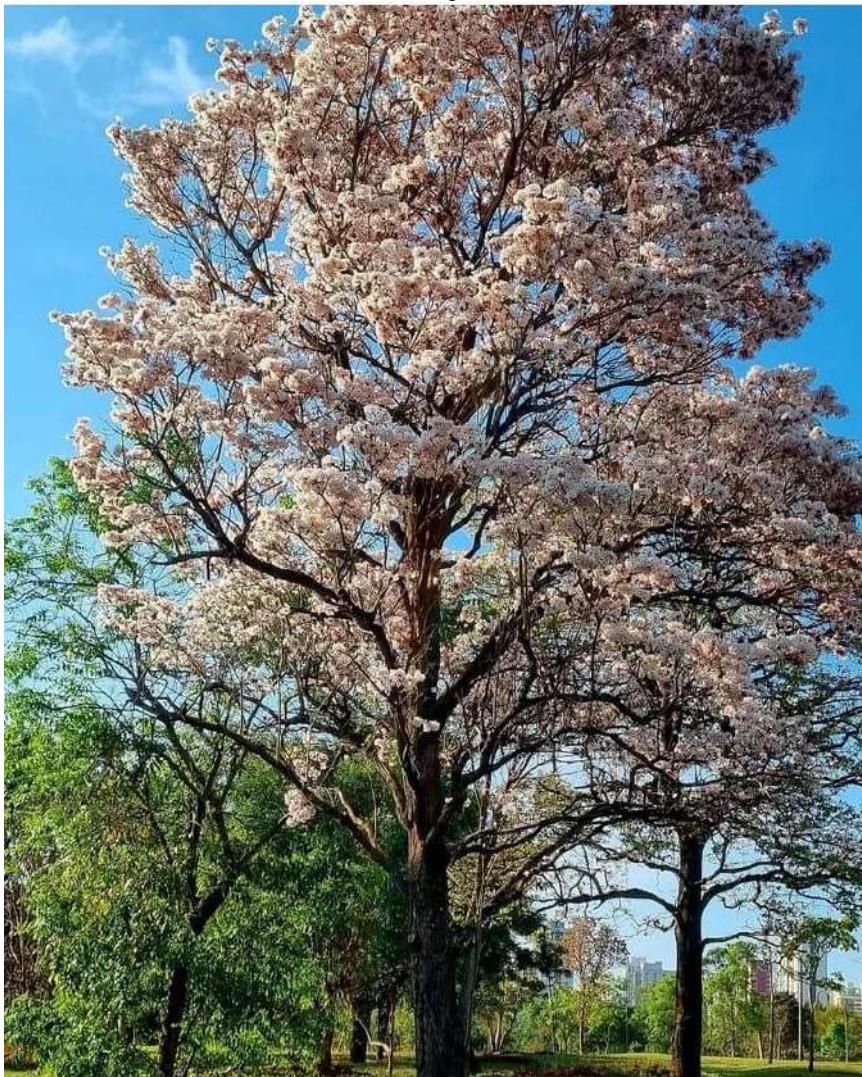
No período de estiagem, os ipês embelezam a paisagem do Distrito Federal, alternando nas cores roxa, amarelo, rosa e branco. O primeiro a aparecer é o ipê roxo, entre junho e agosto; na sequência o amarelo, de julho a setembro; e, por fim, o branco e o rosa, de agosto a outubro. Observe nas fotos 3.10 e 3.11 o contraste do colorido dos ipês e o azul do céu de Brasília.

Foto 3.10 – Ipê amarelo



Autora: Melo de Sousa, 2023

Foto 3.11 – Ipê branco



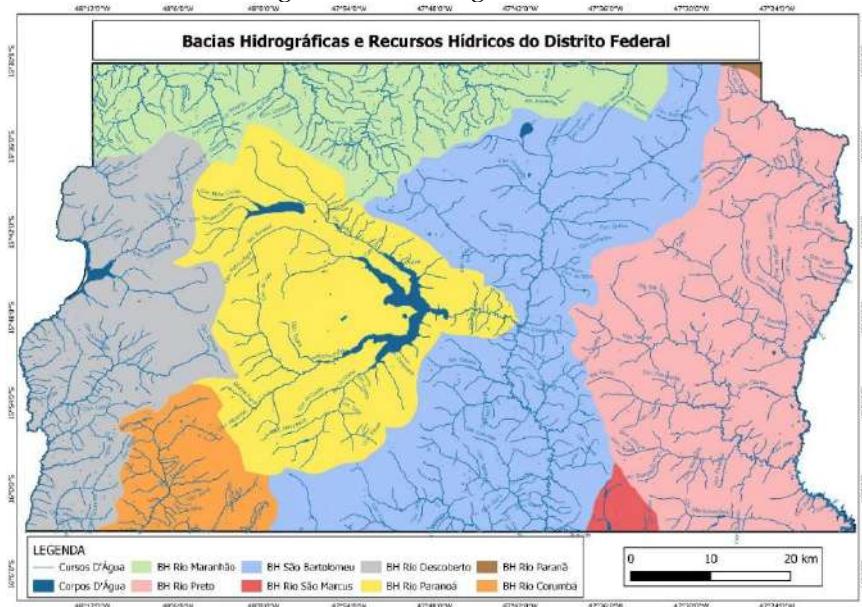
Autora: Melo de Sousa, 2023

3.3 Hidrografia do Distrito Federal: Uma região dispersora de águas

De acordo com a ADASA (GDF, 2016), o Distrito Federal está situado no Planalto Central em uma área onde se localizam as cabeceiras de afluentes das três maiores bacias brasileiras, são elas:

- ✓ Rio Maranhão, afluente do rio Tocantins;
- ✓ Rio Preto, afluente do rio São Francisco;
- ✓ Rio São Bartolomeu e Descoberto, tributários do rio Paraná.

Figura 3.4 – Hidrografia do DF



Autor: Rodrigo Vilella, 2022.

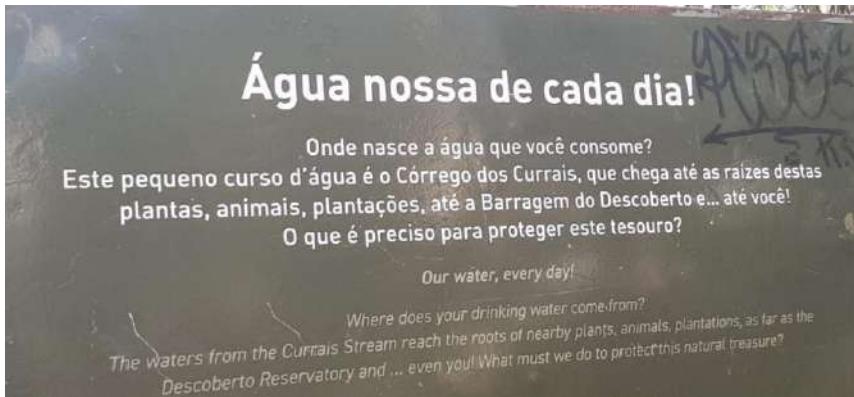
Devido as suas características naturais de divisor de águas, o Distrito Federal apresenta muitas nascentes e baixa disponibilidade de recursos hídricos superficiais, pois seus

rios são de cabeceiras e, mesmo sendo perenes, possuem poucas áreas de drenagem e, também, poucas vazões.

Em decorrência do clima, constituído por duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa, durante o período da seca, as vazões dos rios diminuem bastante e, dessa maneira, é importante o cuidado com os rios e as nascentes do DF.

Fotos (3.12, 3.13 e 3.14) – Nascente do rio Descoberto (FLONA/Taguatinga)





Autoras: Melo de Sousa e Carolina Vilaça, 2022.

Devido a grande quantidade de parques e a grande área rural, o Distrito Federal possui vários locais para quem busca momentos de conexão com a natureza como, por exemplo, o Poço Azul, na Região Administrativa de Brazlândia.

Fotos (3.15, 3.16 e 3.17) – Poço Azul





Autora: Melo de Sousa, 2021.

3.4 O bioma ameaçado

Originalmente, Brasília foi planejada para um contingente populacional de quinhentos mil habitantes. No entanto, o crescimento urbano acelerado, não só da cidade, mas de todo o Distrito Federal, prejudicou ambientalmente a região que não consegue se manter planejada de forma sustentável. Dessa maneira, a falta de planejamento exerce forte pressão nos recursos naturais do Distrito Federal. Para Peluso

O comportamento predatório que caracteriza a ocupação territorial da capital do país não é aleatório nem característico, mas uma face do ímpeto destrutivo em relação à natureza que se tem acelerado grandemente, de tal maneira que as práticas sociais, em alguma escala, revelam-se predatórias (2003, p. 181).

O surgimento da Cidade Estrutural é um exemplo de como a expansão desordenada em áreas públicas ameaçam ambientalmente o Distrito Federal. Próximo à região do Parque Nacional de Brasília localizava-se um grande lixão à céu aberto e em suas proximidades surgiu uma comunidade que buscava meios de sobrevivência, explorando o lixo disponível.

No início dos anos 90, aquele conjunto de barracos adjacentes ao lixão foi-se ampliando e transformando-se na “Invasão da Estrutural”. No início, pouco menos de cem domicílios encontravam-se fincados no local. A conhecida invasão ampliou-se e mais tarde foi transformada em Vila Estrutural pertencente à Região Administrativa do Guará (GDF, 2016).

Em janeiro de 2004, a Lei nº 3.315 criou o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, denominada Região Administrativa XXV, sendo a antiga Vila Estrutural sua sede urbana (GDF, 2016).

A local em que ficava o lixão era uma ameaça ambiental devido a sua proximidade com o Parque Nacional de Brasília, que abriga grande quantidade de espécies da fauna e flora do cerrado. Além disso, segundo Pedroso (2021), a barragem de Santa Maria que é responsável por 27% da água consumida no Distrito Federal, fica localizada dentro do Parque . De acordo com reportagem do G1

Desde o período em que começou a funcionar, o depósito de lixo recebeu 40 milhões de toneladas de materiais, que estão enterrados. O chorume que penetra o solo é drenado para uma lagoa, mas, em períodos de chuva, volta à terra para evitar que o reservatório transborde (Marques, 2018, online).

O lixão foi desativado em 2018, mas a ameaça ambiental continua pois, ainda segundo a mesma reportagem, “No local, há mais de 300 pontos de escape do metano – gás com alto potencial de geração de energia quando reaproveitado – que, no entanto, é queimado, transformado em gás carbônico e liberado no meio ambiente” (Marques, 2018, online).

Os problemas ambientais do Distrito Federal não se limitam à expansão urbana, que segue de forma intensa por meio da ocupação irregular do solo. Ele sofre com os mesmos problemas ambientais que as grandes cidades brasileiras. Segundo Anjos

A maioria das cidades brasileiras exibe problemas parecidos e apresenta diferenças no grau de intensidade dos processos espaciais. A expansão das periferias urbanas e o consequente ‘inchaço’ das cidades são, sem dúvida, os processos mais evidentes na maioria das cidades de médio e grande porte, tomando dimensões variadas a partir de mecanismos econômicos, políticos e sociais que operam no espaço urbano (Anjos, p. 2003, p. 199).

Diante disso, é importante destacar que a ocupação de forma predatória faz com que os demais problemas ambientais do Distrito Federal estejam, de certa maneira, relacionados com a expansão territorial da unidade federativa: destruição das nascentes, desmatamento, problemas com o lixo, são alguns das questões que impactam na vida dos moradores da Capital.

Você sabia?

A Instrução IBRAM Nº 39 DE 21/02/2014, publicada no DODF de 25/02/2014, dispõe sobre a preservação dos campos de murundus, cujo objetivo foi garantir a proteção da fitofisionomia no Bioma Cerrado.

Foto 3.18 - Parque Vivencial do Gama – Morros de Murundum



Autoras: Melo de Sousa e Juanice Silva, 2021

De acordo com Melo de Sousa e Silva (2021) a comercialização ilegal da terra preta no Parque Vivencial do Gama torna visível os morros de murundus.

Os campos de murundus são formações geomorfológicas comuns em áreas de veredas, e características de regiões planas e susceptíveis a inundações, compostos por pequenos morros. A sua importância à vida vegetal e animal deve-se à abundância de recursos para a manutenção dos seres que possuem alguma relação com os microrelevos (Rocha, 2017, online)

No Bioma Cerrado aparecem espécies da flora que são típicas da região e estão ameaçadas de extinção como é o caso da *mimosa heringueri* Barneby

Foto 3.19 – *mimosa heringueri* Barneby (Parque Ecológico do Gama)



Autoras: Melo de Sousa e Juanice Silva, 2021.

3.5.1 Ocupação do solo e a ameaça aos recursos hídricos

Como mencionado anteriormente, o Distrito Federal é uma região dispersora de água, que sai daqui e se desloca para fora do quadrilátero formando rios que se direcionam para várias partes do país. Em decorrência da ocupação desordenada do solo e o crescimento desenfreado da urbanização, a situação dos rios que estão situados no território do DF apresenta sérios riscos à questão da água e se tornaram uma séria ameaça ao abastecimento. Dessa maneira,

as várias bacias localizadas no DF enfrentam problemas, desafios e causam preocupação. Observe o quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Os problemas ambientais enfrentados pelas principais bacias do DF

Bacia do Descoberto	É o maior reservatório de água do DF e abastece um público de mais de um milhão de pessoas. O crescimento desordenado de Águas Lindas é uma grande ameaça para a bacia. O surgimento de núcleos urbanos irregulares e a falta de tratamento de esgotos pode prejudicar a qualidade da água. Além disso, o uso de agrotóxicos, a falta de controle dos processos de irrigação dos núcleos agrícolas como, por exemplo, a Colônia Agrícola Alexandre Gusmão pode comprometer o abastecimento de algumas Regiões Administrativas que são atendidas pela Bacia.
Bacia do São Bartolomeu	Corta a região central do Distrito Federal e sofre com o crescimento da ocupação territorial irregular que transforma rapidamente lotes rurais em áreas urbanas, ameaçando as áreas verdes e áreas de proteção permanente. Outros problemas detectados são: a impermeabilização do solo, exploração das águas subterrâneas e o lançamento de esgotos na Bacia.
Bacia do rio Preto	Sofre com a exploração da água para atividades da agropecuária, utilizada para irrigação. A exploração intensa tem provocado um desequilíbrio hídrico que prejudica os produtores rurais na época da estiagem, por provocar um rebaixamento do volume de água do lençol freático.
Bacia do rio Maranhão	Os principais problemas enfrentados por essa bacia são o desmatamento das matas de galeria e a extração irregular da areia.
Bacia do Paranoá	Localiza-se em uma grande malha urbana, o Plano Piloto, onde vem crescendo os loteamentos clandestinos que jogam dejetos em suas águas e contribuem para a poluição do Lago Paranoá.

Fonte: Silva e Neto, 2008.

3.5.2 O problema do fogo e seus impactos no Bioma Cerrado do Distrito Federal

O período entre os meses de junho e setembro é caracterizado pela estiagem e é afetado por queimadas, que provocam grandes prejuízos para a fauna e a flora do DF. Segundo Peluso e Cândido (2012), em pequenas proporções e áreas menos extensas, as queimadas estão integradas ao ecossistema do cerrado. Mas, em grandes proporções, o impacto é grande para a fauna e a flora.

De acordo com Peluso e Cândido (2012), as características do relevo do Distrito Federal, marcado por ondulações leves, facilitam o deslocamento do ar no Parque Nacional e no Plano Piloto. A parte noroeste do Parque é a mais afetada pelas queimadas periódicas e pelo material em suspensão (cinza, fumaça e gás carbônico), que atingem também outras regiões administrativas.

Em setembro 2024, a Floresta Nacional (FLONA) sofreu o impacto dos incêndios que ocorreram no Distrito Federal. Durante três dias, o local ardeu em chamas, deixando rastros de destruição na vegetação e vitimando diversas espécies da fauna. Em reportagem do Correio Braziliense, as jornalistas Lética Guedes e Letícia Mouhamad narraram o desastre ambiental.

Imagens de satélite revelaram que 38,58% da Unidade foi afetada pelas chamas – cerca de 2,1 mil hectares. Na área 1 da floresta, onde costuma haver visitações, quase 60% do espaço foi queimado. Um dos maiores desafios no combate às chamas, segundo os bombeiros, foi enfrentar as altas temperaturas, o clima seco e os ventos fortes, que dificultam o controle do incêndio (Correio Braziliense, 2024).

Ambientalistas ouvidos pela reportagem argumentaram que os incêndios afetam a qualidade do solo e da água. Os ambientalistas disseram que “Com a perda da vegetação, o solo fica exposto chegando a sofrer erosões. Há também perda de aptidão para a retenção da água da chuva, que pode afetar a capacidade de recarga dos corpos hídricos da região”.

Na tentativa de promover ações de combate a incêndios florestais no Cerrado, foi instituído pelo Decreto 17.431/1996, e atualizado pelo Decreto nº 35.549, de 2016, o Plano de Prevenção Combates a Incêndios Florestais (PPCIF). Ele se constitui em um sistema de parcerias institucionais que tem por objetivo otimizar a aplicação de recursos e materiais para reduzir a ocorrência e reincidência de incêndios florestais no Distrito Federal (GDF, 2020)

Para evitar episódios como o ocorrido na FLONA, é preciso maior empenho do poder público e da sociedade civil, pois há indivíduos que, de forma criminosa, provocam esse tipo de desastre ambiental.

3.5 Áreas de conservação do Distrito Federal: a necessidade de preservação do bioma cerrado

O Decreto de 10 de janeiro de 2002 estabeleceu que o território do Distrito Federal, exceto as áreas urbanas, constitui a grande área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, que envolve parques, reservas, Floresta Nacional, estações ecológicas e outras formas de áreas protegidas. De acordo com o Art. 1, a APA foi criada para proteger os mananciais, regular os recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e protegendo o patrimônio ambiental e cultural da região (Brasil, 2002).

O Distrito Federal está, também, integrado à Unesco através do programa Homem e Biosfera do Cerrado. Para a proteção das potencialidades do cerrado, 42% do território do Distrito Federal está protegido por várias unidades de conservação e de proteção ambiental distribuídas pelas regiões administrativas.

3.6.1 Unidade de proteção integral (UPI)

As Unidades de Proteção Integral (UPIs) são unidades de conservação (UCs) com o objetivo de preservar a natureza, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. As UCPIs incluem as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre, Monumento Natural.

No Distrito Federal existem inúmeras unidades de proteção integral administradas pelo IBRAN – Instituto Brasília Ambiental²¹. No Distrito Federal, elas são fortemente impactadas pela expansão urbana e pela ação humana. Dessa forma, o desafio da gestão ambiental é garantir que não se tornem apenas manchas verdes entre as cidades, mas de fato cumpram a função de preservação para a qual foram criadas.

3.6.2 As áreas de conservação do Distrito Federal

As áreas de conservação do Distrito Federal são constituídas de Estações Ecológicas, áreas de grande importância para a preservação dos ecossistemas naturais no

²¹ A listagem das unidades de proteção integral do Distrito Federal está no endereço eletrônico: <https://ibram.df.gov.br/listagem-de-unidades-de-conservacao/>. regulamentado pela Lei nº 9985/2000 que dispõem sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

interesse da pesquisa científica. Nesses locais, as visitas são controladas para proteger esses ambientes da interferência humana.

As reservas ecológicas têm a finalidade de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos da conservação ambiental. É possível considerar reservas ecológicas as áreas de preservação permanente, por exemplo, nascentes, lagos, matas ciliares, matas de galeria, veredas, encostas íngremes, locais que abriguem a fauna e a flora ameaçadas de extinção etc.

Os Parques Nacionais são áreas extensas cujo objetivo é conservar ecossistemas naturais, promover a biodiversidade, realizar pesquisas científicas, oferecer espaço para educação, além de oferecer lazer e turismo ecológico. São áreas de domínio público, mas a visitação está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade de Conservação e a pesquisa científica depende da autorização do órgão responsável pela administração do parque.

As Áreas de Proteção Permanente (APA) têm por objetivo proteger a biodiversidade biológica, disciplinar o processo de uso e ocupação do espaço físico pelo homem, além de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais do local. Observe o quadro 3.2, que mostra as áreas protegidas do Distrito Federal.

Quadro 3.2 – Áreas protegidas do Distrito Federal

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	
Estação Ecológica de Águas Emendadas	Decreto nº 11.137, de 6 de junho de 1998, possui 10.547 ha.
Estação Ecológica da Universidade de Brasília	Resolução nº 035/1986, alterada e, seu art. 1º pela resolução 043/1986, possui uma área protegida de 2.340 ha e inclui as

	Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de Capetinga e Taquara.
Estação Ecológica do Jardim Botânico	Decreto nº 14.442 de 26 de novembro de 1992, com área de 3.992, teve sua área aumentada pelo Decreto 17.277, de 11 de abril de 1996.
RESERVAS ECOLÓGICAS	
Reserva Ecológica do IBGE	Resolução nº 26 de 22 de dezembro de 1975, abrange uma área de, aproximadamente, 1.350 ha.
Reserva Ecológica do Guará	Decreto Distrital nº 11.262 de 16 de setembro de 1988, possui cerca de 194 ha.
Reserva Ecológica do Gama	Decreto 11.261 de 16 de setembro de 1988, possui 136 ha.
Reserva Ecológica do Lago Paranoá	Lei nº 1.612 de 8 de agosto de 1997, sua área é de 1,54 ha.
PARQUES NACIONAIS	
Parque Nacional de Brasília	Decreto nº 241 de 29 de novembro de 1961, área aproximada de 30.000 ha.
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)	
APA da bacia do rio São Bartolomeu	Decreto Federal nº 88.940 de 7 de novembro de 1983, abrange uma área de 84.100 ha.
APA da bacia do rio Descoberto	Decreto Federal de 7 de novembro de 1983, possui cerca de 39.100 ha.
APA das bacias do Gama e Cabeça de Veado	Decreto Distrital nº 9.417 de 21 de abril de 1986, possui uma área aproximada de 25.000 ha.
APA do Cafuringa	Decreto nº 11.123, de 10 de junho de 1988, alterado pelo Decreto nº 11.251, de 13 de setembro de 1988, com área de, aproximadamente, 46.000 ha.
APA do lago Paranoá	Decreto Distrital nº 12.055, de 14 de dezembro de 1989, com cerca de 16.000 ha.
OUTRAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	

Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	<ul style="list-style-type: none"> • do Bosque • Córregos Capetinga/Taquara • Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo - Paranoá Sul • Parque Juscelino Kubitschek • Cerradão • Granja do Ipê
Floresta Nacional (FLONA)	Decreto Federal nº 1.299, de 10 de junho de 1999, com área de 9.346 ha.

Fonte: SEDUH, 2025

É importante destacar que as áreas de conservação e preservação ambiental freiam a expansão urbana, elevam o preço da terra e aumentam a pressão por moradia. Ressalta-se ainda, que as proximidades com áreas densamente ocupadas com infraestrutura são locais cobiçados para a grilagem e a invasão de terras, para atender as demandas por moradias tanto de classes de maior renda, quanto das camadas mais pobres. Em decorrência das práticas irregulares mencionadas, os zoneamentos propostos nos diversos planos são constantemente alterados para a integração dessas novas áreas de moradia, expandindo horizontalmente a mancha urbana. Portanto, é possível concluir que mesmo com a criação das áreas de preservação e conservação ambientais não se consegue evitar a acelerada degradação do meio ambiente no espaço físico do Distrito Federal.

CAPÍTULO 4

BRASÍLIA COMO SÍMBOLO DE URBANISMO MODERNO

A Carta de Atenas, sistematizando o urbanismo moderno, estabeleceu-lhes como matéria-prima: sol, verde e espaço. Pretendia-se coordenar e racionalizar as cidades, fazendo-as se desenvolverem de acordo com as quatro funções urbanas: habitar, trabalhar, recrear-se e circular. Le Corbusier propõe a Cidade Radiosa, na qual o planejamento moderno proporcionaria a seus habitantes, sol, espaço, árvores e parques circundando as habitações.

As ações e propostas do planejamento da Cidade Radiosa influenciaram Lúcio Costa, sem dúvida, apesar de que o urbanista buscou também propostas originais de acordo com suas ideias para uma cidade moderna de um país que na década de 50 se urbanizava e modernizava rapidamente. Dessa maneira, a modernidade fez-se sentir em todas as áreas do urbano de Brasília, procurando ordenar a ocupação do território de acordo com um projeto singelo e preciso, com o Memorial localizando os diversos setores de atividades que se desenvolveriam numa cidade moderna, integrados pelo sistema de circulação geral e de tráfego local.

A questão residencial seria resolvida com a construção de superquadras, nas quais Costa propôs uma sequência de quadras arborizadas ao longo das faixas rodoviárias, com prédios de gabarito uniformes, seis andares, construídos

sobre pilotis, separando o tráfego de veículos do trânsito de pedestres. A gradação social, de acordo com Costa (1965, p. 353) “próprias do regime vigente”, seria efetuada de acordo com a localização e o acabamento das quadras, como nas quadras 400, nas quais o número de andares seria menor e edifícios poderiam não ter pilotis. Entretanto, apesar das diferenças, os moradores sempre teriam conforto e boas condições de habitabilidade.

E assim se inicia a construção da nova Capital do país, a *civitas* proposta por Lúcio Costa, no Centro-Oeste, para ser inaugurada em 1960.

Figura 4.1 – Início da construção da Esplanada dos Ministérios



Fonte: ArPDF²²

²² Disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br/publico/image/15900>. Acesso em 21 ago./2024

4.1 O Distrito Federal se organiza: ocupação do Plano Piloto

Brasília foi inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960 e a Praça dos Três Poderes já estava com construções bastante adiantadas e mesmo terminadas, como Palácio do Planalto e o Congresso Nacional (Figura 4.2).

Figura 4.2 – Vista do Congresso Nacional no dia da inauguração de Brasília



Fonte: Coleção Thomas Farkas, Acervo Instituto Moreira Salles²³

Entretanto, Brasília não se sustentaria somente com os prédios oficiais. A Capital necessitava de moradores e com a Novacap, o governo não só assegurou a posse das terras desapropriadas, como também providenciou a ocupação, inicialmente do Plano Piloto. As práticas foram variadas: leilões de terra, doações de lotes, venda das Letras

²³ Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra28978/vista-do-congresso-nacional-no-dia-da-inauguracao-de-brasilia>. Acesso em 21 ago./2024.

Imobiliárias Brasília, construção de quadras e apartamentos de acordo com a hierarquia dos futuros moradores nos vários escalões da burocracia governamental (Oliveira, 1987).

Assim, o Plano Piloto e Brasília vão se povoando, mas nem sempre de acordo com o plano de Lúcio Costa. É a *urbs* que vai fazendo sua aparição. A Avenida W3Sul, por exemplo, que o arquiteto havia pensado como uma área de serviços, garagens e depósitos comerciais, seguido de uma área de floricultura, horta e pomares, vai se transformando na rua de comércio dos anos iniciais da Capital. A W3Sul recebeu as primeiras habitações unifamiliares para funcionários públicos transferidos, já em 1958, para as quadras 700. Novos funcionários que chegavam foram localizados em nova área próxima do Plano Piloto, denominada de “Cruzeiro”, em 1959 e posteriormente, na década de 70, acrescida de nova área denominada de “Cruzeiro Novo”.

As quadras residenciais, que foram pensadas por Lúcio Costa integradas de quatro em quatro, com edifícios residenciais, escolas, parque, clube e igreja, formando Unidades de Vizinhança, logo tiveram início na Asa Sul com as quadras 308, 307, 108 e 107, das quais a 308 foi inaugurada em 1962 (Fotos 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4).

Foto 4.1 – Quadra 308 Sul



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 4.2 – Biblioteca pública – 308 Sul



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 4.3 – Clube Vizinhança n.º 1 – 107/108 Sul



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 4.4 – Escola Parque da 308 Sul



Autora: Melo de Sousa, 2024

Ao lado da quadra inicial tem-se a Igrejinha (Foto 4.5), como é popularmente conhecida a Igreja de Nossa Senhora de

Fátima. A Igrejinha foi obra de Oscar Niemeyer e Athos Bulcão e é um dos pontos turísticos mais visitados da Capital da República, inaugurada em 28 de junho de 1958.

Foto 4.5 – Igrejinha Nossa Senhora de Fátima – 308 Sul



Foto: Melo de Sousa, 2024

Na Asa Norte também foram edificadas quadras residenciais no início da construção da Capital Federal. A

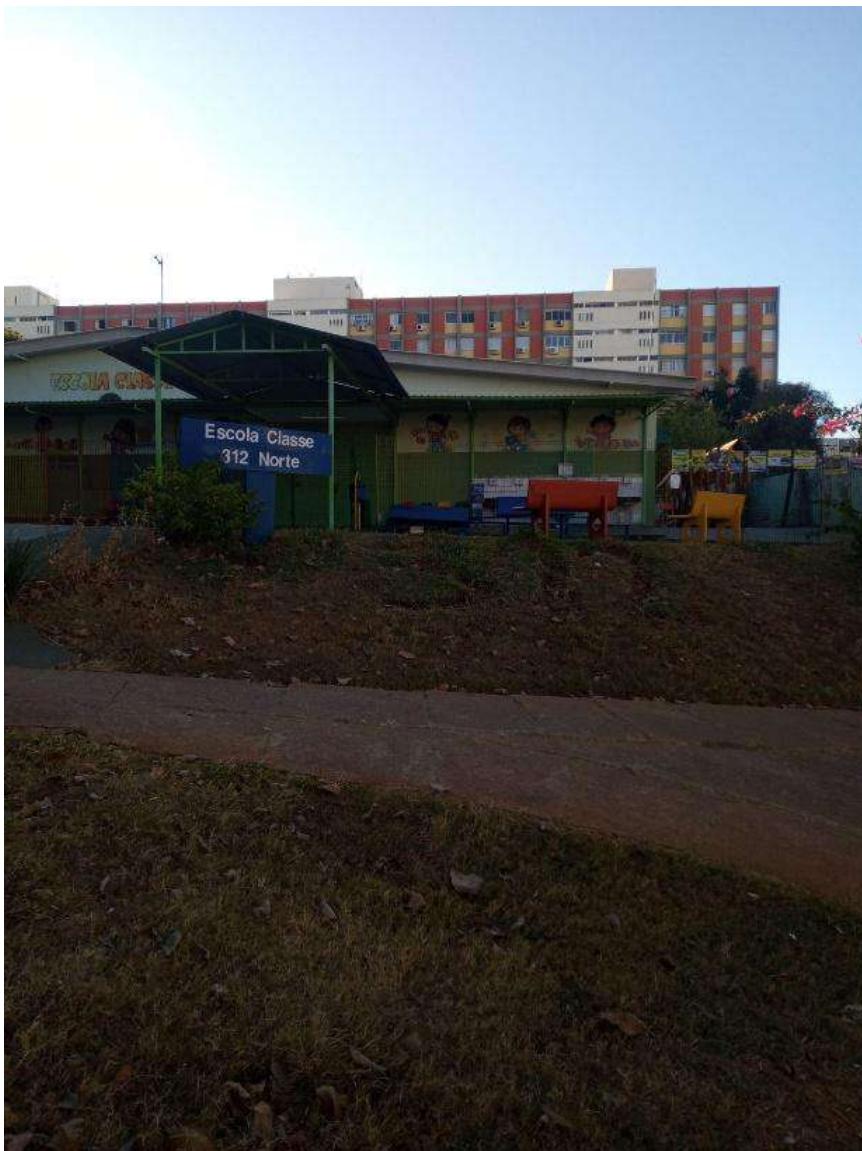
primeira quadra foi a 312 Norte, que ficou pronta em 1965, com edifícios residenciais de 6 andares, escola e parque (Fotos 4.6, 4.7 e 4.8).

Foto 4.6 – Edifício da 312 Norte



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 4.7 – Escola classe – 312 Norte



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 4.8 – Jardim de Infância da 312 norte



Autora: Melo de Sousa, 2024

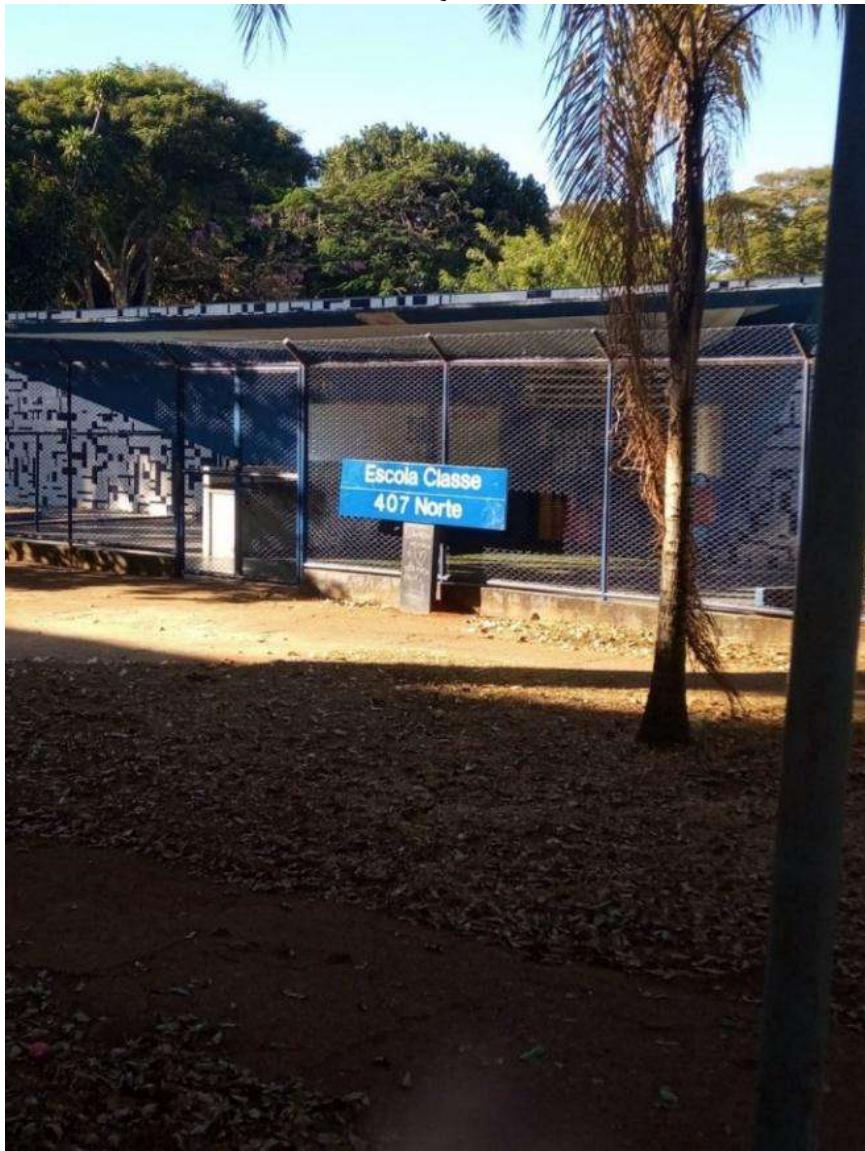
As segundas quadras, SQN 407 e SQN 408, foram inauguradas em 1967.

Foto 4.9 – Prédio residencial – 407 Norte



Autora: Melo de Sousa, 2024

Foto 4.10 – Escola classe – Quadra 407 Norte



Autora: Melo de Sousa, 2024

O Plano Piloto, de Costa, previu também habitações individuais nas quadras 700 norte e sul, muitas delas

transformadas na atualidade, como na W3Sul, em casas de alto padrão, ocupando dois ou três terrenos.

Fotos 4.11 e 4.12 – Habitações individuais na W3 Sul



Autor: Peluso Júnior, 2023

Entretanto, havia a necessidade de ocupar as terras do Plano Piloto o mais rapidamente possível para evitar o abandono do projeto de JK. Assim, as penínsulas sul e norte, nomeadas como Lago Sul e Lago Norte, foram rapidamente loteadas e vendidas (Revista Brasília, 1960).

Atualmente, o Lago Sul comporta casas de alto padrão, shoppings, igrejas, comércio e serviços os mais diversos, como hospitais, escritórios, lojas e serviços. O Lago Norte também é ocupado por casas de alto padrão e por shoppings, como o Shopping Iguatemi, mas comércio e serviços se localizam de maneira diferente do Lago Sul: no centro, e ao longo, da Rodovia DF 009, que serve o Lago Norte.

Em princípios da década de 80, o Lago Norte foi acrescido de mais um setor, denominado de Centro de Atividades, que comporta prédios de vários andares com serviços diversos e moradias.

Fotos 4.13 e 4.14 – Centro de Atividades do Lago Norte



Autora: Marília Peluso, 2023

Adjacente ao Lago Norte se localiza o Setor Habitacional Taquari, implantado em 2002, com moradias de médio e alto padrão, mas ainda aguardando uma ocupação mais efetiva.

A W3Norte, de maneira diferente da W3Sul, iniciou sua ocupação mais tarde, já na década de 70, com edifícios de vários andares para agências governamentais do lado direito e com comércio e moradias no lado esquerdo.

O lago Paranoá, que Oliveira (2024) considera essencial para a compreensão da Capital brasileira, também vai tendo suas margens ocupadas por clubes como, por exemplo, Minas Tenis Clube, Iate Clube de Brasília, Clube Naval, Clube do Exército. O Shopping Píer 21 também está nas margens do

Paranoá, assim como restaurantes são oferecidos ao público na orla do Lago, mas concentrados no Pontão do Lago Sul.

Foto 4.15 – Pontão do Lago Sul



Autora: Melo de Sousa, 2021

E assim, o Plano Piloto de Brasília vai sendo ocupado e, também aumentando as quadras do avião de Lúcio Costa com as quadras 900 tanto da Asa Norte quanto da Asa Sul para serviços, escolas e igrejas.

4.2 De Cidades-Satélites à Regiões Administrativas

A organização político-administrativa do Distrito Federal apresenta características próprias e uma natureza especial, pois, conforme consta do art.32, parágrafo 1 da Constituição Federal, acumula competências legislativas reservadas aos

estados e aos municípios, o que lhe dá uma natureza híbrida de estado e município. Por outro lado, o mesmo artigo 32 da Constituição Federal, proíbe a divisão do DF em municípios e, desta maneira é considerado uno territorialmente.

Entretanto, devido às suas complexidades e sua territorialidade dinâmica, a administração organiza-se em regiões administrativas, antes denominadas de cidades-satélites como já havia proposto Sir William Holford quando da escolha do projeto da nova Capital. Lúcio Costa também concordava com as cidades-satélites, apesar de não terem sido planejadas por ele, como escreveu mais tarde em “Brasília Revisitada”:

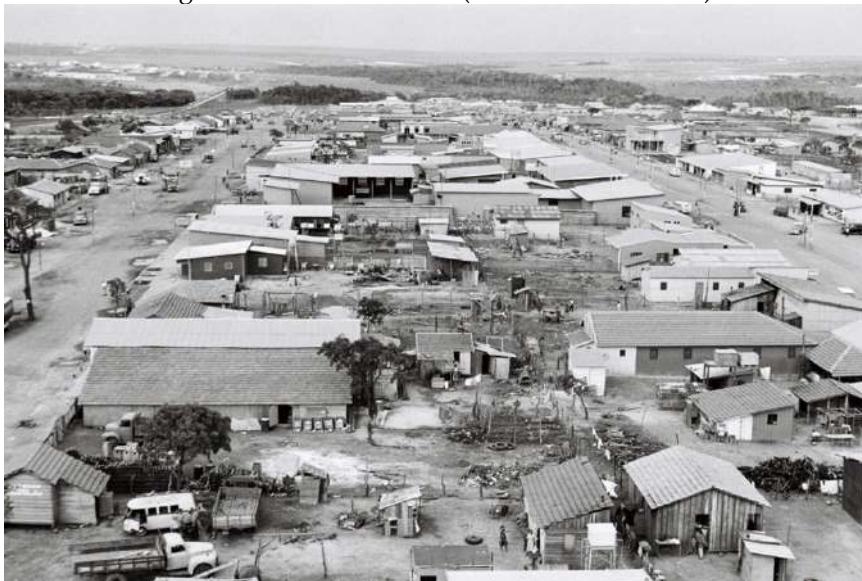
A implantação de Brasília partiu do pressuposto que sua expansão se faria através de cidades satélites, e não da ocupação urbana gradativa das áreas contíguas ao núcleo original. Previa-se a alternância definida de áreas urbanas e áreas rurais – proposição contrária à ideia do alastramento suburbano extenso e rasteiro. (Costa, Brasília Revisitada, 1985/87, p. 20).

As cidades-satélites, depois Regiões Administrativas segundo o Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1988, porém, ainda permanecem no imaginário brasiliense, apesar de burocraticamente incorreto. E quais as competências das Regiões Administrativas – RAs - na administração do DF? As Regiões Administrativas são órgãos de direção superior, responsáveis pela execução das atividades da administração direta do governo, obras e serviços públicos de natureza local, mas não possuem autonomia política e econômica, nem possuem arrecadação própria e a autonomia administrativa é apenas parcial. Assim, no Distrito Federal, os administradores não são eleitos pelo povo, mas escolhidos e empossados pelo governador.

As regiões administrativas foram criadas inicialmente para abrigar os primeiros trabalhadores envolvidos na construção de Brasília e para atender o crescimento da Capital decorrente do intenso fluxo migratório. A cidade mais antiga do Distrito Federal é Planaltina que foi inicialmente demarcada pela missão Cruls e nela está assentada a Pedra Fundamental. Ao ser incorporada ao DF, foi dividida em duas partes: a parte incorporada à estrutura do Distrito Federal passou a ser cidade-satélite e a outra é um município do Entorno, que pertence ao estado de Goiás. A segunda cidade-satélite a ser criada foi Brazlândia, anteriormente cidade de Goiás, criada em 5 de junho de 1933 e incorporada ao DF em 10 de dezembro de 1964, pela Lei nº 4.545.

Cidade Livre e Candangolândia foram assentamentos criados como opção de cidade dormitório para os trabalhadores que se instalavam em tendas, barracos de madeira (ou de alvenaria) em invasões ou em acampamentos das empreiteiras. Estas instalações foram planejadas para durar 4 anos, o período estimado para a construção da nova Capital. Com o crescimento e a organização da comunidade, a Cidade Livre foi fixada pela Lei nº 4.020, de 20 de junho de 1961 como cidade-satélite, denominada de Núcleo Bandeirante (Figura 4.3). Seu projeto urbano inicial foi elaborado por uma equipe liderada por Lúcio Costa.

Figura 4.3 – Cidade Livre (Núcleo Bandeirante)



Fonte: Chico Sant'Anna, 2020

A Candangolândia demorou mais tempo para ser fixada. Somente em 1989 foi reconhecida como núcleo urbano e com a Lei nº 658, de 27 de janeiro de 1994 passou a ser a Região Administrativa RA XIX.

As cidades-satélites²⁴ que foram sendo criadas em torno do Plano Piloto para abrigar as populações que estavam faveladas em vilas ao redor dos acampamentos das construtoras, posteriormente, acabaram concentrando a maioria da população do DF. Três cidades-satélites foram, inclusive, anteriores ao Plano Piloto: Taguatinga (1958);

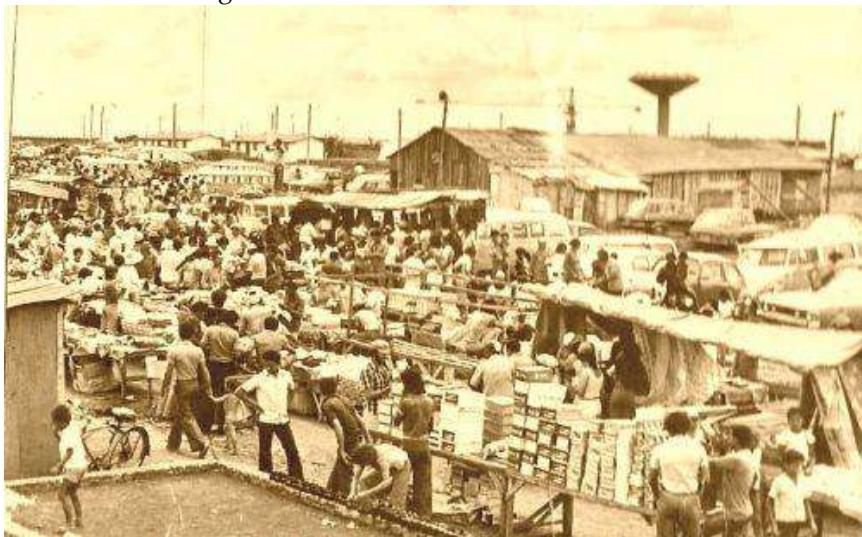
²⁴ A Lei nº 3751, de 1960, denominou as regiões do DF de cidade satélite, criou as subprefeituras através do decreto nº 43, de 28 de março de 1961. A divisão definitiva veio com a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que instituiu os administradores regionais para representar a prefeitura e coordenar os serviços públicos locais. O decreto 456, de 21 de outubro de 1965, definiu o funcionamento de oito cidades-satélites.

Sobradinho (1959) e Gama (1960). Outras foram construídas pouco depois, como o Guará, que data de 1968.

Na década de 1970 foi criada Ceilândia:

Na década de 1970, apenas uma cidade-satélite foi criada, Ceilândia, que foi fundada em 1971 para abrigar os moradores das invasões que se espalharam pela cidade na década anterior. Conforme cita a ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA (2019), em 1969, “Brasília já tinha 79.128 favelados, que moravam em 14.607 barracos, para uma população de 500 mil habitantes em todo o Distrito Federal”. Criou-se então, a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), que demarcou os lotes e delimitou uma área, ao norte de Taguatinga, para a transferência dos moradores das invasões do IAPI, das Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo, dos morros do Querosene e do Urubu e Curral das Éguas e Placa das Mercedes (Maniçoba, 2019, p. 10).

Figura 4.4 – Ceilândia na década de 1970



Fonte: Chico Sant'Anna, 2020

O Distrito Federal continuou a atrair população e nova cidade-satélite foi criada, Samambaia, em 1984, próxima a

Taguatinga e Ceilândia. Previa-se uma população com níveis de renda diversificada de aproximadamente 340 mil habitantes, e inclusive com uma área de moradias de alta renda e foi por esta área que se iniciou a licitação para a ocupação de Samambaia. Em seguida, foram sendo alocadas habitações para outras classes de renda por cooperativas, pela SHIS (Sociedade de Habitação de Interesse Social, do DF) e pelo grande movimento de remoção de invasões que ocorreu entre 1989 e 1994, logo nos primeiros anos dos governadores eleitos (Peluso, 1998). Atualmente, Samambaia é a segunda maior Região Administrativa do Distrito Federal por número de habitantes, com uma população estimada em, aproximadamente, 254.439 hab., segundo o último Censo.

Figura 4.5 – Região Administrativa de Samambaia



Fonte: Clique Brasília²⁵, 2019.

²⁵ Disponível em: <https://cliquebrasilia.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Samambaia.jpg>

Nas décadas seguintes, outras cidades satélites do Distrito Federal foram criadas, na medida que o crescimento populacional e urbano foi tomando grandes proporções fomentado pela política assistencialista de doação de terrenos, principalmente a partir dos anos de 1990, e Santa Maria, São Sebastião e Recanto das Emas datam desse período. De acordo com Paviani (2010, p. 86), “[...] deduz-se que Brasília é uma apenas sob o ponto de vista funcional, mas, sob o ponto de vista de organização espacial, a cidade está dividida com evidente segregação espacial”.

A argumentação do autor se fundamenta na análise de que

O elitizado Plano Piloto passou a se constituir no centro da metrópole, denominado Brasília 1. Por outro lado, a maior parcela da cidade, denominaremos Brasília 2, a mais populosa e a que tem maior potencial humano (constituindo-se também na parte problemática da capital), não tem merecido as atenções dadas ao centro da metrópole (PAVIANI, 2010, p. 86).

Em dezembro de 2022 mais duas regiões administrativas foram criadas para regularizar ocupações que datam da década de 1990. Arapoanga (RA XXXIV), que surgiu a partir do crescimento desordenado de Planaltina; apesar de não ter dados oficiais, essa RA conta com cerca de 50.000 habitantes segundo dados da Secretaria de Governo (SEGOV). Enquanto Água Quente (RA XXXV), com população estimada em 30.000 habitantes, surgiu a partir da expansão de núcleos rurais.

4.3 E as classes de média e alta renda?

As classes de média e alta renda já haviam sido instaladas no Plano Piloto, nos Lagos Norte e Sul, mas receberam outras

áreas de moradia em novos bairros. Na década de 70 foram implantadas as Áreas Octogonais para atender as solicitações tanto das construtoras quanto de grupos sociais que pretendiam permanecer no Plano Piloto e não se deslocar para as cidades-satélites.

Em meados da década de 80, e início da década seguinte, ocorreram dois fatos muito significativos em resposta às solicitações para construir na área do Plano Piloto, assim como foi se aproximando o momento em que o governador do DF seria eleito (o que aconteceu em 1990). O primeiro fato significativo foi o tombamento do Plano Piloto, com o objetivo de manter a proposta de Lúcio Costa para a cidade, que corria o risco de descaracterização. O governador José Aparecido de Oliveira solicitou o tombamento do Plano Piloto e, em 7 de dezembro de 1987, Brasília foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

O segundo fato significativo foi a elaboração por Lúcio Costa do projeto de expansão do Plano Piloto denominado “Brasília Revisitada 1985-87: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana”. A proposta era a construção de seis novas áreas habitacionais adjacentes ao Plano Piloto e seu objetivo era, também, preservá-lo de alterações. A primeira área a ser construída, o Setor Sudoeste foi implementado em fins da década de 80 e efetivamente habitado a partir de 1993. Atualmente encontra-se totalmente ocupado, inclusive a área de lojas e serviços que lhe é adjacente.

O segundo bairro denominou-se Setor Noroeste, localizado no final da Asa Norte, e pretendia-se iniciar a construção em 2009. Entretanto, a área estava ocupada por 130 famílias de catadores e por indígenas de várias tribos que vieram para a construção de Brasília e aqui permaneceram. Os

indígenas, Comunidade Indígena Bananal também conhecida como Santuário dos Pagés, recusaram-se a sair da área em que haviam construído suas habitações e iniciaram-se discussões em busca de um acordo. Assim, em 2018/2020, iniciou-se a elaboração de um acordo entre os indígenas e Funai, Terracap, Ministério Público e Defensoria Pública da União e do DF e chegou-se a esse acordo: a comunidade indígena teria terras de 32 hectares ao lado do Setor Noroeste.

Dessa maneira, somente depois da desocupação da área, com acordo entre o GDF, os catadores e os indígenas, a construção teve realmente início e os primeiros blocos foram inaugurados em 2012.

Concomitante à ocupação do projeto Brasília Revisitada, na década de 90, a Lei Distrital 385/1992 autorizou a criação do bairro Águas Claras, na Região Administrativa de Taguatinga. Localizada à 19 km do Plano Piloto, ela começou a ser construída logo após a sua criação. Segundo Paviani (2010), para a cidade, estava previsto a ocupação de centros de pesquisa, universidades e outras atividades afins, cuja justificativa era a má localização das universidades privadas no Distrito Federal, visto que provocavam crescentes problemas de congestionamentos e perturbações nas áreas residenciais onde estavam situadas.

De acordo com Paviani (2010), pretendia-se ainda a localização de uma zona comercial e de atividades que, estendendo e fortalecendo o centro de Taguatinga, fizesse com que o novo bairro passasse a funcionar como um catalizador do aglomerado urbano em processo de formação.

A demanda por habitações para a classe média e a procura por moradia, entretanto, levou a que Águas Claras se tornasse uma grande área habitacional, com prédios de muitos andares, dos quais os primeiros foram construídos ainda em 1992.

Desmembrou-se de Taguatinga e se tornou Região Administrativa em 2003, por meio da Lei Distrital nº 3153.

Foto 4.15 – Região Administrativa de Águas claras (Cidade Vertical)



Autora: Melo de Sousa, 2022.

A questão da urbanização polinucleada do Distrito Federal, já proposta pelo júri quando acontecia o concurso para a escolha do plano da Capital, proposta com a qual o próprio Lúcio Costa concordava, como visto em capítulos anteriores, traz outras questões para serem discutidas, como será feito no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO DISTRITO FEDERAL E O CRESCIMENTO DO ENTORNO

É a partir do desenvolvimento da industrialização e da intensa urbanização que Brasília foi inaugurada. A nova Capital surgiu para ser um símbolo de modernidade, a *civitas* que configurava a nova realidade brasileira. Mas, a cidade já nasceu com os mesmos problemas enfrentados pelas demais cidades brasileiras: aglomeração urbana; favelização, exclusão social; falta de infraestrutura e precárias condições de vida para parte da população (Melo de Sousa, 2024). Ou seja, na *urbs*, as contradições que marcam a sociedade brasileira, e das quais se procurava distanciar a nova Capital, já estavam presentes.

Brasília nasceu urbana e, ao contrário de muitas cidades que tiveram o seu crescimento decorrente da industrialização, a nova Capital não recebeu ninguém que buscassem trabalho nas indústrias, uma vez que esse setor não foi planejado para a cidade em construção. A atração por Brasília (*lá é uma mina de ouro*, como se dizia entre os migrantes), que atraiu as pessoas de várias partes do país, foram as oportunidades de trabalho, com empregos, no início principalmente, na construção civil e no serviço público (Melo de Sousa, 2024).

Anos mais tarde, após a construção de Brasília, Lúcio Costa ainda afirmava que “A Brasília não interessava ser grande metrópole”, como escreveu em “Brasília Revisitada”. Mas, de acordo com Peluso e Cândido (2012), o impacto da inauguração da Capital para o território brasileiro foi grande

e houve intenso crescimento populacional, sendo necessário providenciar habitação e trabalho para os migrantes que se deslocavam de várias partes do país.

Para Melo de Sousa (2024), a capital cresceu por ser considerada um eldorado de oportunidades e geradora de capacidade produtiva capitalista, mas, também, estruturou-se com problemas típicos de muitas metrópoles que são: violência, ocupação desordenada do solo, falta de infraestrutura e limites em sua capacidade de geração de emprego.

5.1 O espaço urbano do Distrito Federal

O espaço urbano e suas contradições criaram a lógica de segregação e fragmentação que “[...] se sustenta pelos mitos e ideologias, reproduzindo o modo capitalista de produção” (Fioravanti, 2013, p. 178). Diante desse entendimento, Brasília se encaixa perfeitamente na compreensão das adversidades vivenciadas no urbano.

Em relação ao urbano do Distrito Federal, entende-se que a expansão espacial da Capital se intensificou nas décadas de 1980, 1990 e chegou ao século XXI com graves problemas estruturais relacionados à questão da ocupação do território e da falta de emprego para atender a grande massa populacional. Segundo Peluso e Cândido (2012), “Os problemas e as soluções espaciais propostas pelo crescimento demográfico nortearam a urbanização e a ocupação do território”. Com isso, no decorrer das décadas de 1970, 1980 e 1990, o processo de ocupação regular e irregular do solo se intensificou dando origem a novos adensamentos demográficos. Peluso e Cândido (2012, p. 55) destacam que:

A falta de programas governamentais de habitação que contemplassem com a necessária rapidez, o crescimento vegetativo e migratório de baixa renda, as diferenças de classes sociais e o desejo da população de maior renda de morar em ambientes exclusivos e próximos da natureza levaram à ocupação irregular de terras no DF.

Dessa maneira a ocupação não planejada de terras públicas se intensificou e se expandiu com o uso urbano de terras rurais, de áreas destinadas à conservação ambiental, nas quais se verificou a comercialização de terras em poder de particulares. Pode-se citar a RA XXXV Água Quente, em que parcelamentos residenciais irregulares foram sendo implementados e que foram regularizados recentemente.

Melo de Sousa (2024) esclarece que no início da década de 1990, surgiram os condomínios horizontais em terras públicas por meio da grilagem de terras. Os loteamentos irregulares se destinavam a todas as classes de rendas. Nesses locais, foram criados setores habitacionais de alta renda como, por exemplo, D. Bosco e Jardim Botânico²⁶, cuja área pertencia à RA de São Sebastião e hoje se constitui em uma RA própria; bairros de classe média, como os condomínios do Grande Colorado, em Sobradinho; Vicente Pires²⁷, nas proximidades de Taguatinga, antigo cinturão verde que abrigava chacareiros com direito de uso do solo para a produção agrícola, cedido pelo Governo do Distrito Federal.

Dessa forma, o histórico do Distrito Federal é caracterizado pela exclusão da população periférica dos locais próximos ao centro de Brasília. A maioria das Regiões Administrativas cuja população possui baixo poder aquisitivo

²⁶ Disponível em: <https://admjardimbotanico.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em 07 mar./2023.

²⁷ Disponível em: <https://www.vicentepires.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em 07 mar./2023.

estão distantes do Plano Piloto como, por exemplo, Ceilândia, Recanto das Emas, Samambaia e Sol Nascente (Melo de Sousa, 2024). Conforme Maniçoba (2019, p. 6):

Com a fundação dessas inúmeras localidades, o governo inaugura assim, o processo de segregação socioespacial que vai marcar o crescimento de Brasília (DF). A expansão urbana da Capital passa a se dar a partir da criação de núcleo urbanos, então denominados de cidades-satélites, distantes vários quilômetros do Plano Piloto.

Diante disso, Peluso e Cândido (2012, p. 52) esclarecem que “A criação de novos núcleos urbanos, os loteamentos irregulares e a disseminação de novas territorialidades alteraram a organização espacial do Distrito Federal.”

Atualmente o Distrito Federal possui 35 Regiões Administrativas. É importante salientar que, ainda que seja uma das unidades federativas brasileiras, possui uma série de “peculiaridades na organização político-administrativa, com competências legislativas e tributárias, reservadas a municípios e a Estados” (Peluso; Cândido, 2012, p. 59). Isso ocorre na medida em que o ordenamento jurídico do DF é formado por quatro diferentes espécies de entes, sendo eles: a União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Observe o Quadro 5.1, que descreve historicamente, como evoluiu e foi criada a organização administrativa do DF decorrente do crescimento urbano acelerado e com pouca ordenação.

Quadro 5.1 – Histórico de criação das Regiões Administrativas do Distrito Federal

LEGISLAÇÃO	REGULAMENTAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Lei nº 3751, de 1960	Trouxe a denominação das cidades para cidades-satélites.	Organizou as primeiras cidades-satélites a partir da ocupação dos trabalhadores da construção da nova Capital.
Decreto nº 43, de 28 de março de 1961	Reorganiza a Estrutura Administrativa da Prefeitura do Distrito Federal.	Organização administrativa das cidades-satélites
Decreto 456, de 21 de outubro de 1965	Definiu o funcionamento das oito primeiras regiões administrativas	Brasília (RA I), Gama (RA II), Taguatinga (RA III), Brazlândia (RA IV), Sobradinho (RA V), Planaltina (RA VI), Paranoá (RA VII) e Jardim (RA VIII), atual Núcleo Bandeirante.
Decreto 11.921, de 25 de outubro de 1989.	Aumentou de oito para o número de 12 regiões administrativas.	Ceilândia (IX), Guará (X), Cruzeiro (XI), Samambaia (XII).
Leis e Decretos da década de 1990, são eles, respectivamente: Decreto nº 14.604, 10/01/1993; Lei nº 467 de 25/02/1993;	Estabeleceram a criação de seis novas RAs	Santa Maria (RA XIII), São Sebastião (RA XIV), Recanto das Emas (RA XV), Lago Sul (RA XVI), Riacho Fundo I (RA XVII), Lago Norte (RA XVIII),

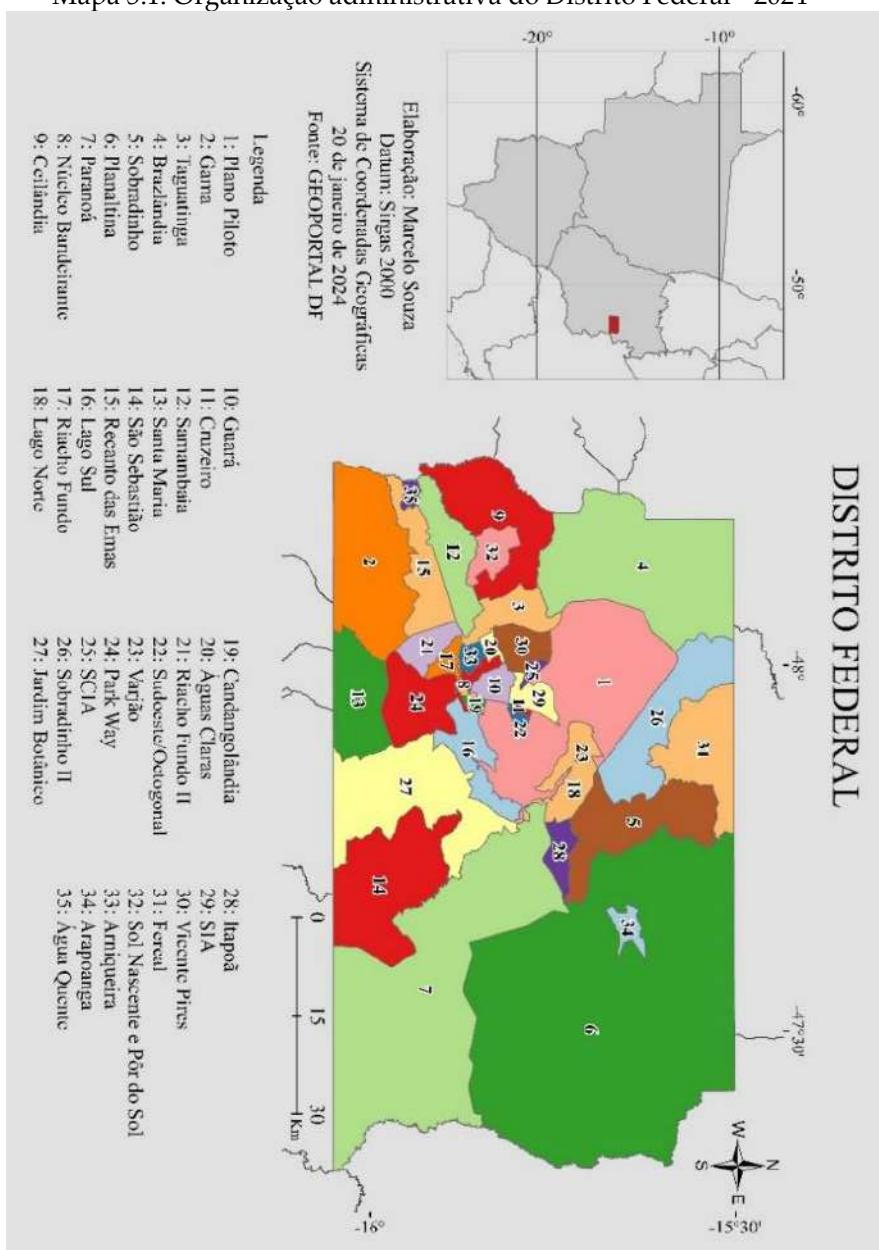
<p>Lei nº 510 de 28/07/1993;</p> <p>Lei nº 643 de 10/01/1994;</p> <p>Lei nº 620 de 15/12/1993;</p> <p>Lei nº 641 de 10/01/1994;</p> <p>Lei nº 658 de 27/01/1994.</p>		<p>Candangolândia (RA XIX).</p>
<p>Lei 2.384, de 21 de maio de 1999.</p>	<p>Criou mais quatro sub administrações regionais, que posteriormente se transformam em RAs como Águas Claras e Varjão.</p>	<p>Cria na estrutura administrativa do Governo do DF as Subministrações Regionais.</p>
<p>Lei 3.153, de 06 de maio de 2003.</p>	<p>Criação de mais quatro regiões administrativas.</p>	<p>Águas Claras (RA XX), Riacho Fundo II (RA XXI), Sudoeste/Octogonal (RAA XXII) e Varjão (RA XXIII)</p>
<p>Leis da década de 2000, são elas, respectivamente:</p> <p>Lei nº 3.255 de 29/12/2003;</p> <p>Lei nº 3.315 de 27/01/2004;</p> <p>Lei nº 3.314 de 27/01/2004;</p> <p>Lei nº 3.435 de 01/09/2004;</p> <p>Lei nº 3.527 de 03/01/2005;</p> <p>Lei nº 3.618 de 14/07/2005.</p>	<p>Criação de seis novas regiões administrativas.</p>	<p>Park Way (RA XXIV), SCIA/Estrutural (RA XXV), Sobradinho II (RA XXVI), Jardim Botânico (RA XXVII), Itapoã (RA XXVIII), SIA (RA XXIX), Vicente Pires (RA XXX).</p>

Lei 4.327 de 26/05/2009		
Leis décadas de 2010, são elas, respectivamente: <u>Lei nº 4.745, de 29/01/2012.</u> Lei nº 6.359, de 14/08/2019. Lei nº 6.391, de 30/09/2019	Criação das três regiões administrativas.	Fercal (RA XXXI), Sol Nascente/Pôr do Sol (RA XXXII), Arniqueiras (XXXIII).
Leis do ano de 2022 são elas, respectivamente: Lei nº 7.190 de 22/12/2022 Lei nº 7.191 de 22/12/2022	criadas duas Regiões Administrativas	Arapoanga (RA XXXIV) / Água Quente (RA XXXV)

Elaborado por: Eliana Feitosa e Melo de Sousa, 2024

Dessa maneira, o Distrito Federal, no presente momento, se organiza de acordo com o Mapa 5.1.

Mapa 5.1: Organização administrativa do Distrito Federal - 2024



Chegada a segunda década do século XXI, Brasília e o Distrito Federal podem ser considerados laboratórios de experiência em planejamento urbano (Paviani, 2010). Apesar do seu planejamento inicial, o polinucleamento urbano continua se expandindo. A metrópole ainda apresenta sérios problemas ligados à questão da moradia, o que provoca constantes ocupações irregulares em terras públicas com, provavelmente, o surgimento de novos adensamentos demográficos.

Na ocupação do DF verifica-se que o polinucleamento deu lugar à conurbação, com reforço da ocupação horizontalizada do solo e, mais recentemente, à verticalização, com o adensamento de áreas já ocupadas. Assim, verificam-se quatro eixos de expansão territorial: o eixo sul, em direção aos municípios limítrofes de Novo Gama e Valparaíso; o eixo norte, em direção ao município de Planaltina de Goiás; o eixo oeste, em direção ao município de Águas Lindas e um quarto, o eixo nordeste, em direção ao município de Formosa.

5.2 O entorno do Distrito Federal e a RIDE

Apesar do Presidente Juscelino enfatizar muitas vezes, em seus discursos, a solidão da região Centro-Oeste, a transferência da Capital Federal realizou-se para uma área na qual já se encontravam aglomerações urbanas como Luziânia, Formosa, Planaltina, Abadiânia, Alexânia no estado de Goiás; Cabeceira Grande e Unaí em Minas Gerais, e atualmente, ainda se encontram outras cidades que se formaram posteriormente em decorrência do crescimento do Distrito Federal.

Dessa maneira, mostrou-se a necessidade de organização e planejamento integrado da região e a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 21, 43 e 48, previu a criação de Regiões Integradas de Desenvolvimento, no caso de haver a formação de aglomerações urbanas envolvendo duas ou mais unidades federativas. Assim, foi instituída pela Lei Complementar 94, de 19 de fevereiro de 1998, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) e, também, foi estabelecido o Programa de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

O objetivo das Regiões Integradas de Desenvolvimento é realizar o planejamento conjunto de serviços públicos comuns aos entes federados, em especial criar infraestrutura e empregos, além de minimizar os problemas urbanos com soluções integradas. Nas regiões conurbadas, nas quais os espaços urbanos continuam de uma cidade para outra e criam uma grande área urbana, os objetivos das Regiões Integradas e o planejamento proposto são extremamente necessários e pactuados na RIDE/DF.

Brasília se apresenta como o centro polarizador da RIDE do DF, como o próprio nome indica, pois é uma Metrópole Nacional devido ao seu tamanho e densidade populacional, grau de urbanização, coesão interna da área, pelos serviços e pelo acesso ao mercado de trabalho.

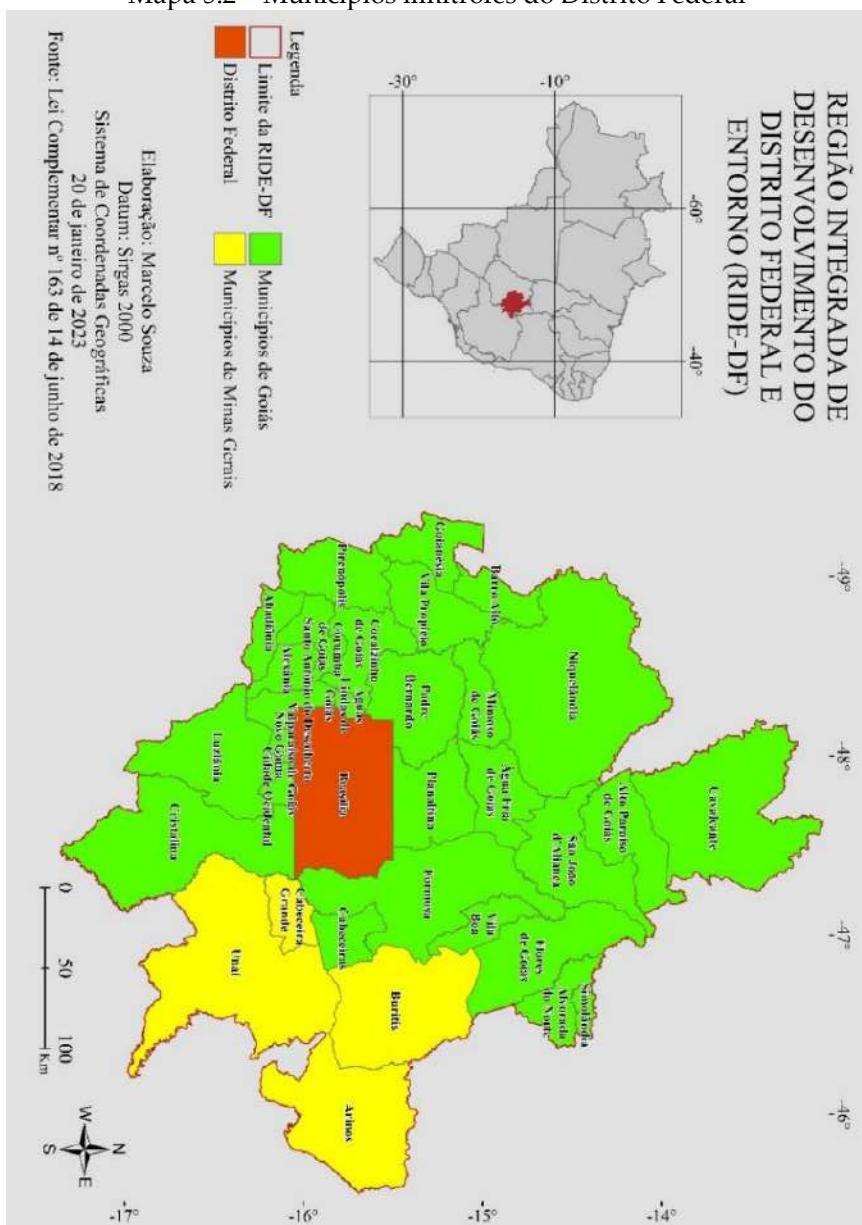
A RIDE/DF constitui-se em uma região administrativa composta por três estados (DF, GO e MG) e 33 municípios e o Distrito Federal, com área territorial de 94.570,39 km² e população de aproximadamente 4,5 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE de 2022.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno foi regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998 e, posteriormente, alterado pelos

decretos nº 3.445, de 04 de maio de 2000 e Decreto nº 4700, de 20 de maio de 2003. O Decreto nº 7.469, de 5 de maio de 2011 revogou os anteriores e deu novas interpretações legais a RIDE do Distrito Federal e Entorno.

Assim, a RIDE é constituída pelo Distrito Federal, e pelos municípios goianos de Abadiânia, Água Fria, Águas Lindas, Alexânia, Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcanti, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Corumbá, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João D'Aliança, Simolândia, Valparaíso, Vila Boa e Vila Propício e nos municípios mineiros as cidades de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí. Observe o Mapa 5.2.

Mapa 5.2 – Municípios limítrofes do Distrito Federal



Fonte: Marcelo Souza, 2024

5.3 O que é RIDE e o que é região metropolitana?

A diferença da RIDE para as regiões metropolitanas é que a RIDE envolve municípios de estados diferentes, enquanto as regiões metropolitanas têm todos os municípios envolvidos dentro do mesmo estado (e por isso em geral são criadas por Lei Estadual, mas há exceção como a lei complementar 14, de 1973, que criou de uma só vez as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza). Embora o Distrito Federal e as áreas dos municípios goianos e mineiros não sejam uma região metropolitana, ela apresenta tais características, o que é importante para o planejamento, como será apontado em seguida.

Tanto a RIDE como as regiões metropolitanas buscam maior integração entre os municípios, apontando para a realização de planejamento conjunto e integrado regionalmente, para que toda a região se desenvolva social e economicamente, sem que o desenvolvimento e as ações de um município prejudiquem os demais. As leis que criam essas regiões especiais preveem, de modo geral, que os municípios integrantes participem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns que são, basicamente: saneamento básico, transporte e mobilidade, uso e ocupação do solo, aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Tal configuração assegura a preferência na obtenção de recursos federais e estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento (COARIDE) busca articular ações administrativas do Governo Federal, Estadual e Municipal

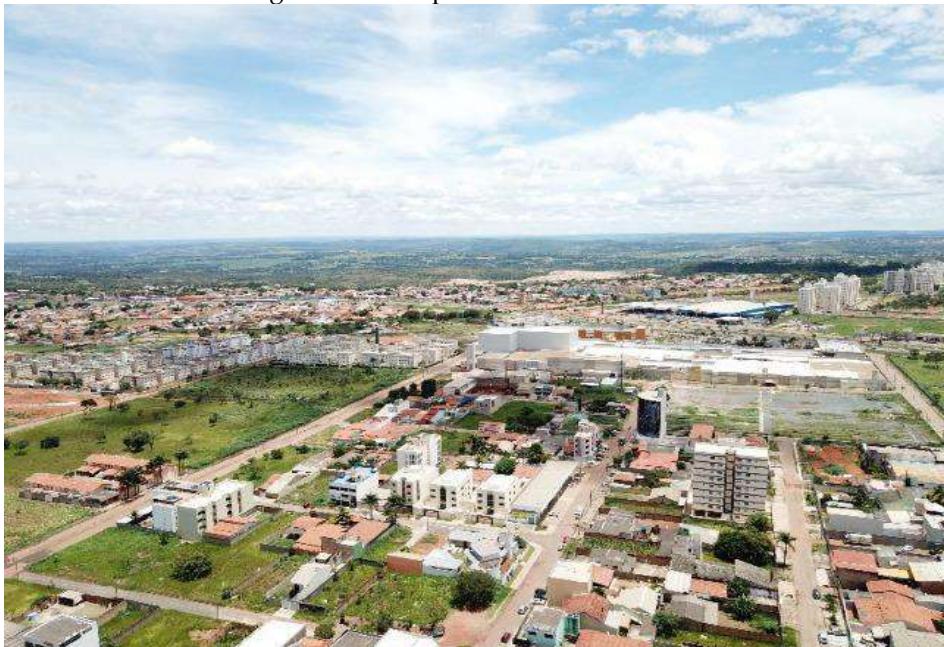
para a promoção de projetos que tenham por objetivo ações de desenvolvimento em escala regional

5.3.1 Aspectos gerais da RIDE/DF

No centro do território está a área mais densa, composta pelo Distrito Federal, centro polarizador da RIDE, que apresenta 66% da população total. Há uma grande área conurbada na direção sul, da BR - 040, incluindo-se nessa região os municípios de Valparaíso de Goiás (Figura 5.1), Cidade Ocidental, Novo Gama, e Luziânia que apresentam 11% da população da RIDE.

Bastante populosos também se apresentam Formosa (margens da BR- 020), Águas Lindas de Goiás (margens da BR- 070), Planaltina de Goiás (BR - 010) e Santo Antônio do Descoberto (BR - 060). Esses municípios, junto com o Distrito Federal, somam uma população de aproximadamente 4.483 milhões de pessoas, segundo o Censo de 2022.

Figura 5.1 – Valparaíso de Goiás



Fonte: Curta mais²⁸. 2022.

O entorno do DF hoje representa um dos principais centros populacionais no Estado de Goiás. Dentre os 10 municípios com maior concentração populacional, 5 estão no entorno do Distrito Federal: Formosa com 119.506 habitantes, Novo Gama com 113. 679, Águas Lindas de Goiás (Figura 5.2) com 207.070, Valparaíso de Goiás com 164.723 e Luziânia com 205. 023.

O Distrito Federal concentra 89,90% do PIB, sobretudo no setor de serviços, mas tem participação expressiva também nos demais setores, apresentando o 10º maior PIB industrial e

²⁸ Disponível em:

<https://curtamais.com.br/goiania/10-curiosidades-sobre-valparaiso-de-goias-que-vao-te-fazer-querer-ir-ate-la-ainda-esse-ano/>. Acesso em: 26 dez./2024.

o 16º maior PIB agropecuário entre os municípios brasileiros, segundo dados do IBGE/2018.

O PIB total da RIDE/DF e Entorno, em 2018, era de 271,5 bilhões de reais, sendo 90% produzido no Distrito Federal e apenas 11% gerado nos demais 33 municípios. As economias de maior destaque fora o DF são Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cristalina, Formosa, e Águas Lindas de Goiás. Desta forma, a composição do PIB da RIDE/DF tem como base o setor Terciário (bens e serviços), seguido pelo setor Secundário (industrial) e em último o Setor Primário (agropecuária).

Figura 5.2 – Águas Lindas de Goiás



Fonte: Ache Tudo & Região²⁹, 2019.

²⁹ Disponível em:

https://www.achetudoeregiao.com.br/go/aguas_Lindasde_goias.htm. Acesso em: 26 dez./2024.

5.3.2 Área Metropolitana de Brasília

A Área Metropolitana de Brasília (AMB), definida através de nota técnica da CODEPLAN 1/2014, é constituída pelo Distrito Federal e 12 municípios goianos que estão no entorno imediato da Capital, sendo apenas nove limítrofes. Os municípios de Goiás que integram a AMB são: Alexânia, Águas Lindas, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso.

Trata-se de uma região que exerce e sofre influência direta de Brasília em vários aspectos. Estima-se que a AMB tenha em torno de 4 milhões de habitantes distribuídos em 26.034 km² de território.

A Área Metropolitana de Brasília (AMB) não é uma RIDE e não é uma região metropolitana, embora apresente as características de ambas. A AMB é formada por diferentes unidades da federação e possui o contexto de uma grande cidade central, que influencia os municípios ao seu entorno, inclusive nas políticas públicas de desenvolvimento urbano, transporte, trabalho, saúde e educação.

CAPÍTULO 6

AS RURALIDADES NO DISTRITO FEDERAL CONTEMPORÂNEO

A Brasília urbana, projetada para receber 500 mil pessoas, mas chegando hoje a mais de 2.800.000 habitantes, contando o Plano Piloto e Regiões Administrativas, também tem um perímetro rural de produção de alimentos em assentamentos rurais, agricultura mecanizada, agricultura familiar e agroindústrias, ocupando 69% do território do Distrito Federal. A população rural, localizadas nas Regiões Administrativas, é difícil de definir, pois em muitas das atividades rurais, a habitação dos agricultores é urbana, entretanto Planaltina conta com 17.026 agricultores, Paranoá com 13.908, Jardim Botânico com 12.285 e Brazlândia com 12.049. Outras RAs não possuem nenhuma população rural como Lago Sul, Cruzeiro e Guará (Fonseca, 2024).

Segundo o PDAD-RURAL³⁰ de 2022, no Distrito Federal há 208 comunidades rurais. Dentre as atividades econômicas ligadas a produção de alimentos e *comodities*, o turismo rural também se destaca como importante fator de empregabilidade e valorização do Cerrado.

³⁰ Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/ipedf-divulga-resultados-preliminares-da-pdad-rural-2022/>. Acesso em 27 dez./2024.

6.1 Breve histórico do espaço rural do Distrito Federal

Assim como o espaço urbano, o espaço rural da Capital do país também passou por mudanças desde a inauguração de Brasília. A ideia inicial dos construtores da Capital consistia em desenvolver a agropecuária para abastecer a demanda da população urbana e evitar produtos vindos de fora. Com esse objetivo, Peluso e Cândido (2012, p. 62) mencionam que:

Foi instalado o primeiro núcleo rural em 1957, chamado Núcleo Rural Vargem da Benção, em área de 30 mil ha, na atual RA-XV (Recanto das Emas). Nesse período, o GDF utilizou a posse de terra pelo governo e a política de arrendamento como instrumentos para implantar projetos rurais e desenvolver o campo.

Os projetos agrícolas iniciais se caracterizavam pela distribuição de pequenos lotes em regime de arrendamento por 15 anos, podendo ser renovado por igual período e transmitido aos herdeiros. Esses arrendatários eram escolhidos através de um sistema de pontuação que considerava critérios socioeconômicos e vulnerabilidade social. Entretanto, muitos desses lotes se transformaram em chácaras para recreio e, posteriormente, foram invadidos por moradores urbanos ou doados pelo governo a pessoas que não se dedicavam à produção agrícola. Somente após 1962 houve a regularização fundiária, visto que imensas áreas ainda não tinham sido desapropriadas, principalmente as que cercavam os núcleos urbanos anteriores ao Distrito Federal, como Brazlândia e Planaltina.

Na década de 1970, o espaço agrícola ganhou outras características, além de apoio no escoamento da produção, infraestrutura e suporte técnico aos produtores. A Secretaria

de Agricultura e Produção do DF, no início do ano de 1977, através do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), buscou, e trouxe para o DF, agricultores sulistas que foram localizados nas RAs de São Sebastião, Paranoá, Planaltina e depois expandido para Brazlândia, no que se denominou de Programa de Assentamento Dirigido do DF – PAD-DF.

Em regime de cooperativa, os produtores sulistas, que depois receberam agricultores de outras regiões, iniciaram o processo de agricultura mecanizada, irrigação eficiente e necessária, devido ao tipo de clima no DF, com uma estação seca. O objetivo foi levar grãos brasileiros para exportação, o que se conseguiu.

6.2 As ruralidades no Distrito Federal

Segundo informações levantadas pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Rurais (PDAD-Rural), de 2022, 58,66% dos moradores da área rural se caracterizam pelo perfil jovem com idade até 39 anos. Em relação à infraestrutura, 44,54% dos imóveis rurais possuem iluminação pública. No caso do esgotamento sanitário, a Rede de Coleta Geral alcança 54,76% dos domicílios e 36,8% dos domicílios rurais utilizam fossa séptica. O abastecimento de energia elétrica atende 79,12% dos domicílios pesquisados, via rede geral. O uso de gambiarra foi detectado em 19,42% das residências. Em relação ao abastecimento de água, 32,20% dos domicílios rurais são atendidos pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), enquanto outros utilizam poços artesianos.

Em relação aos arranjos familiares, a maioria das famílias que mora nos assentamentos é chefiada por mulheres. São

elas que comandam a casa, a lavoura e os animais. A venda dos produtos também faz parte do papel feminino que, durante a pandemia, optou pelo *delivery* na maioria dos centros agroecológicos produtivos. A produção orgânica ganha destaque com a procura em feiras organizadas pelos próprios produtores e atende a população do DF interessada pelos alimentos da agricultura familiar e que frequenta os locais de comercialização desses produtos. A produção de hortaliças, frutas e floricultura se distribuem pelos vários núcleos e colônias agrícolas menores. Brazlândia, por exemplo, é destaque na produção de morango e goiaba.

O desenvolvimento da agricultura familiar no Distrito Federal ainda hoje recebe pouco investimento, em parte porque ainda há imóveis rurais não legalizados. Entretanto, a agricultura tecnificada ganha destaque através das exportações, o que garante subsídios e apoio governamental. O impacto da expansão das cidades com novas “invasões” como a 26 de setembro, que está em área da Floresta Nacional (FLONA) e as invasões próximas da Fazenda Sucupira, da Embrapa, no Riacho Fundo são objeto de debates de políticos que, em busca de eleitores, insistem na regularização, não prevendo os impactos ambientais decorrentes da ocupação do solo. Assim, tome-se por exemplo Vicente Pires, que deixou de ser área de chácaras do Cinturão Verde para dar origem a condomínios residenciais destinados à classe média, e hoje sofre, anualmente, com enchentes, alagamentos e transtornos diversos.

O Campo Experimental Sucupira Assis Roberto de Bem, mais conhecido como Fazenda Sucupira, mencionada anteriormente, é um recanto da natureza e polo científico e tecnológico que está localizado a 35 km do Plano Piloto. É um dos locais onde são realizados os estudos genéticos e de biotecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

De acordo com reportagem divulgada na página Cidade, do Correio Braziliense, em 2014:

O espaço pertence ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e, entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990, foi cedido à Embrapa por meio de comodato, passando a ser de responsabilidade e uso da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargem). O contrato é renovável e, desde então, diversas pesquisas vêm sendo realizadas no local, que já se tornou referência no Brasil e no exterior. Entre os projetos que se destacam, estão os trabalhos de reprodução animal e de preservação e conservação de espécies domésticas que correm riscos de extinção (Cabral, 2014).

Na década de 1990 se iniciou uma nova política para as áreas públicas rurais. Em 1998, os arrendamentos se estenderam para 50 anos e podiam ser renovados, passando a propriedade aos ocupantes e permitindo a venda dos imóveis rurais (Peluso; Cândido, 2012). Assim a propriedade do imóvel passa para o ocupante. O decreto nº 26.196 permitiu a licitação e venda das terras rurais que passaram a seguir, apenas, as restrições impostas pela legislação federal, entre elas a obrigatoriedade de módulos mínimos e o respeito às restrições ambientais.

O decreto significou a privatização do campo no DF e abriu possibilidades para mudança na área rural. A primeira mudança foi o aumento da área cultivada e o consequente

aumento da ocupação das regiões administrativas através da ampliação da malha urbana que avança no Cerrado.

6.3 Agronegócio no Distrito Federal

O agronegócio no Distrito Federal encontra-se consolidado e em processo de desenvolvimento. Até metade do século XX não havia o uso de forma intensiva de fertilizantes, como o calcário, nem projetos de mecanização da agricultura, pois o cerrado era pouco valorizado como um sistema produtivo para a cadeia agrícola. Atualmente, destaca-se o uso de tecnologia de ponta e infraestrutura moderna, que colocam a região como importante polo do agronegócio nacional.

É importante ressaltar as características naturais do Distrito Federal, que se localiza no bioma Cerrado, constituído de uma vegetação com grande diversidade, como visto em capítulo anterior. O relevo do DF apresenta-se com pouco declive e possui aquífero significativo, compondo as sete bacias hidrográficas: dos rios Maranhão, Preto, Corumbá, Descoberto, Paranoá, São Bartolomeu e São Marcos em seus 5.800 km².

Dessa maneira, segundo o Projeto do Polo Agroindustrial do PAD-DF (2020), a região mostra condições favoráveis à produção de grãos, principalmente devido ao clima e infraestrutura de estradas. As grandes áreas produtoras de grãos encontram-se em Planaltina, Paranoá e São Sebastião, sendo que a soja é o principal cultivo no Distrito Federal, seguida pelo milho, feijão, sorgo e trigo. Observe o Quadro 6.1.

Quadro 6.1 – Área, Produção e Agricultores de Grandes Culturas por Escritórios da EMATER-DF no Distrito Federal - 2022

Discriminação	Área (há)	Participação do DF (%)	Produção (t)	Participação no DF (%)	Nº de agricultores	Participação do DF (%)
Distrito Federal	175.362,568	100,00	974.821,96	100,00		100,00
Café	418,002	0,24	1.204,92	0,12	83	1,77
Feijão	12.010,505	6,85	34.046,04	3,49	579	12,38
Girassol	704,640	0,40	2.053,92	0,21	6	0,13
Milheto	3.127,020	1,78	6.995,94	0,72	29	0,62
Milho	48.095,339	27,43	334.694,70	34,33	2.089	44,66
Milho semente	2.765,300	1,58	26.940,24	2,76	24	0,51
Soja	79.344,676	45,25	354.151,74	36,33	915	19,56
Soja semente	10.994,600	6,27	50.381,16	5,17	50	1,07
Sorgo	11.190,567	6,38	43.966,20	4,51	159	3,40
Trigo	4.345,600	2,48	18.811,32	1,93	38	0,81
Outros	2.366,319	1,35	101.575,78	10,42	706	15,09

Fonte: Fonte: EMATER/DF - Gerência de Desenvolvimento Econômico Rural – GEDEC, 2022

O clima favorece, também, a produção de sementes de boa qualidade, fazendo com que 46% dos produtores optem por esse mercado (sementes), que apresenta maior rentabilidade que a produção de grãos para a indústria alimentícia (Emater, 2022).

O espaço rural do Distrito Federal passou por transformações significativas nos últimos anos, inclusive quanto aos objetivos da produção, com novos arranjos produtivos, como a produção de vinho e cachaça. As regiões administrativas que apresentam maior área rural são Planaltina, Paranoá, Brazlândia e São Sebastião.

A Agência Brasília destaca que, no ano de 2023, o agronegócio movimentou R\$ 6 bilhões em valor bruto no Distrito Federal. A Agência também destacou que parte fundamental desse valor bruto em solo brasiliense decorre do empenho e da força de trabalho das produtoras rurais.

O GDF informa que à medida que o agronegócio cresce no DF, aumenta também a participação de mulheres no cotidiano das atividades rurais em cooperativas, parcerias familiares ou até mesmo à frente das propriedades, redefinindo o cenário da produção agrícola.

Com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF), as produtoras rurais recebem qualificação e capacitação. No Distrito Federal, das cerca de 18 mil propriedades rurais atendidas pela Emater-DF, 5.384 estão cadastradas em nome de mulheres, como proprietárias ou coproprietárias. Ainda de acordo com a Agência Brasília, esse suporte às mulheres rurais tem ampliado seu conhecimento, aprimorado as técnicas de produção e impulsionado o crescimento econômico da atividade.

6.4 Ruralidades turísticas: o potencial do turismo no Cerrado.

O turismo rural no Distrito Federal permite inúmeras experiências de contato com a natureza, ações de sustentabilidade, descanso e, também aventuras.

Nas diversas propriedades da região, os visitantes têm a oportunidade de explorar trilhas e cachoeiras, além de realizar visitas a cultivos locais, desfrutando da rica gastronomia regional. São hotéis fazenda, trilhas com cachoeiras em propriedades particulares ou parques, vinícolas e propriedades rurais que permitem a colheita de frutos da estação, como morangos em Brazlândia. Destaca-se a Fazenda Malunga, no PAD-DF, que inova com o cultivo de produtos orgânicos e ações de Educação Ambiental (Figura 6.1).

Você Sabia?³¹

A Malunga surgiu de um grupo de estudos da UnB sobre agricultura alternativa, devido a insatisfação dos alunos com a produção convencional, com a alta utilização de agrotóxicos e o impacto na segurança do produtor e do consumidor.

Em meados de 1985, Joe Valle, estudante de engenharia florestal na época, deu início com seus colegas na chácara do seu pai, localizada no PAD DF, a uma pequena produção orgânica, colocando em prática os ensinamentos recebidos em seu grupo de estudos, e os vendia em frente a UnB.

³¹ Disponível em: <https://fazendamalunga.com.br/Quem-Somos>. Acesso em: 28 dez./2024.

Figura 6.1 – Fazenda Malunga



Fonte: Malunga na mídia³², 2024

No Núcleo Rural Tororó, a cachoeira (Foto 6.1) permite a prática de rapel e a contemplação do Cerrado preservado e de águas cristalinas. Já na região do Lago Oeste, inúmeros espaços de hospedagem também oferecem passeios, trilhas e produção local de cervejas, queijos e café³³.

³² Disponível em: <https://fazendamalunga.com.br/Malunga-na-M%C3%A3oAddia>. Acesso em 28 dez./2024.

³³ A Secretaria de Turismo do Distrito Federal reuniu diversas informações sobre rotas de turismo ecológico nos guias: Brasília: Rota Lago Oeste, parte da coleção Rotas de Brasília, que se encontram nos respectivos endereços: <https://www.turismo.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Rota-Lago-Oeste-PT-TELA-v8.pdf>; <https://www.turismo.df.gov.br/colecao-rotas-brasilia/>

Foto 6.1 – Cachoeira do Tororó



Fonte: Melo de Sousa, 2023

A Agência Brasília³⁴ explica que a Região Administrativa de Brazlândia possui uma área de 50 hectares de produção de morangos e mais de 450 agricultores dedicam-se à produção da fruta, que chegou a movimentar R\$ 50 milhões na

³⁴ Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2023/07/27/temporada-do-morango-em-brazilandia-impulsiona-producao-e-economia-do-df/>. Acesso em 28 dez./2024.

economia da Capital. O ano de 2022 foi responsável por 5.088 toneladas produzidas. Altitude e variação térmica são os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento da fruta em Brazlândia, segundo a Emater-DF. A importância da produção da fruta leva a que se organize a Festa do Morango, em Brazlândia (Figura 6.2), que atrai grande número de brasilienses.

Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), no ano de 2023 foram colhidas, aproximadamente, 7.000 toneladas de morango em todo o DF. O fim de agosto e o início de setembro são períodos que marcam a produção da fruta, época em que também acontece a Festa do Morango.

Figura 6.2 – Galpão da Festa do Morango em Brazlândia/DF



Disponível em: Jornal de Brasília³⁵, 2022

³⁵ Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/brasilia/tradicional-festa-do-morango-retorna-nesta-sexta-feira-com-entrada-gratuita-em-brazlandia/>. Acesso em 28 dez./2024.

Mas, não é só o morango que é festejado no DF. No Parque de Exposições de Planaltina (Figura 6.3) acontece a Feira Nacional da Uva e do Vinho de Brasília, com degustação de tipos variados de vinhos e opções de quitutes feitos com uva, entre outras opções gastronômicas.

Figura 6.3 – Feira da Uva em Planaltina/DF



Fonte: Associação Cresce/DF³⁶, 2023

Durante o evento, também é possível adquirir artesanatos locais e produtos agrícolas no Salão do Produtor e no Salão do Artesanato e das Flores e visitar uma mini fazendinha (Figura 6.4).

³⁶ Disponível em: <https://crescedf.com.br/site/3053-2/>. Acesso em 27 dez./2024.

Figura 6.4 – Estrutura da Feira da Uva Planaltina/DF



Fonte: Associação Cresce/DF³⁷

O objetivo é ampliar a comercialização do que é produzido na região, com destaque para o vinho do cerrado. A técnica usada nas vinícolas do cerrado é a dupla poda, que permite que a colheita da uva seja feita em seu ponto máximo de maturação durante o inverno, quando há poucas chuvas na área. O sucesso dos vinhos do Cerrado também trouxe atenção para as ofertas culturais e culinárias da região. Além disso, as vinícolas estão se consolidando como destinos para o turismo gastronômico, oferecendo aos visitantes a oportunidade de desfrutar de degustações e passeios.

Entre os meses de maio e junho, é possível observar a temporada dos campos de Girassóis, que se localiza na DF-251, ao lado da Agro Brasília. Nesse período, é organizado o maior evento do agronegócio do Planalto Central. Observe a Foto 6.2 e 6.3.

³⁷ Disponível em: <https://crescedf.com.br/site/wp-content/uploads/2022/12/bb264aa4-2d41-450d-b551-4f9de52f0a7d.jpg>. Acesso em 27 dez./2024.

Foto 6.2 – Campo de Girassóis (PAD-DF)



Autor: Júlio Césa, 2025

6.3 – Feira do agronegócio – PAD/DF



POCO X6 5G

24/05/2025 15:04

Autor: Júlio Césa, 2025

Apesar de suas potencialidades, o espaço rural enfrenta adversidades. Nesse contexto, é possível destacar as

dificuldades de acesso a financiamento pelos pequenos agricultores, principalmente, aqueles que não possuem terras regularizadas. A falta de regularização fundiária surpreende, pois, alguns produtores estão há mais de 50 anos trabalhando na terra e ainda não possuem o título de suas propriedades.

O crescimento do Distrito Federal, que ocorre em forma de expansão horizontal vai transformando núcleos e colônias agrícolas em áreas urbanas. Peluso e Cândido (2012) argumentam que as terras foram gradativamente tomadas por loteamentos irregulares e aquelas que persistem em manter a prática agrícola são consideradas “áreas rurais remanescentes”.

De acordo com a Emater, há desafios na área econômica, na agricultura familiar, no meio ambiente, no territorial. Além disso, o produtor rural precisa de segurança pública, orientações quanto ao destino do lixo produzido no campo, de acesso à internet, implantação de unidades escolares e de saúde. Superar esses desafios dará ao Distrito Federal, não só as condições de abrigar a Capital do país, mas também as possibilidades de ser uma área produtiva de importância no Brasil.

CAPÍTULO 7

O DISTRITO FEDERAL E SUAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

O Distrito Federal (DF) surgiu como Unidade Federativa para abrigar a nova Capital do país, Brasília. O projeto inicial surgiu da necessidade de transferir o poder político para o centro do território brasileiro a partir de um movimento de interiorização e integração regional do Brasil.

Esse processo promoveu um intenso fluxo migratório de pessoas vindas das diversas regiões do país, como mencionado em capítulos anteriores. Passados mais de seis décadas, o Distrito Federal se apresenta com uma configuração espacial diferente do seu projeto inicial, caracterizada por grandes disparidades socioeconômicas que não difere das demais regiões brasileiras.

Apesar de seus indicadores de renda configurarem entre os mais altos do país, eles não condizem com a realidade da maioria da população que vive na Capital. Logo, assim como os demais estados brasileiros, o Distrito Federal é desigual no que diz respeito às questões socioeconômicas.

Ao mesmo tempo que se tem regiões administrativas (RAs) com elevados padrões de renda como o Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste ou o Plano Piloto, encontram-se outras com baixo padrão de renda, assim como Recanto das Emas, Varjão, Santa Maria, para citar algumas. E no DF, também se encontra uma das maiores favelas do Brasil, o Sol Nascente que, agora com a Pôr do Sol, forma a RA XXXII.

A partir do exposto, neste capítulo, serão apresentados os elementos que constituem as características da população do Distrito Federal, além de seus indicadores socioeconômicos, emprego e renda.

7.1 Características da população do Distrito Federal

Nos primeiros anos da construção de Brasília, houve um intenso crescimento populacional e o crescimento persiste, passados mais de sessenta anos. De acordo com Peluso e Cândido (2012) alguns fatores explicam esse crescimento, tais como o êxodo rural provocado pela modernização e concentração da propriedade rural, que é uma característica marcante da estrutura fundiária do Brasil. A oferta de emprego e renda nos centros urbanos que exigem pouca qualificação também atraem pessoas mais pobres e estimulam o fluxo migratório. É neste cenário que nos primeiros anos da construção de Brasília, o Distrito Federal recebeu um grande contingente de trabalhadores e naquela época, a construção civil era o principal fator de atração da população de baixa renda. Por outro lado, a transferência de órgãos públicos e seus funcionários correspondiam à parcela de imigração da população de média e alta renda (Peluso; Cândido, 2012).

Apesar de apresentar uma redução significativa nos últimos anos, o crescimento anual da população do DF ainda é positivo. Veja o Quadro 7.1

Quadro 7.1 – Taxas de Crescimento anual do Brasil e do Distrito Federal

Taxas de crescimento anual do Brasil e do Distrito Federal				
Ano	População		Taxa de Crescimento anual (%)	
	Brasil	DF	Brasil	DF
1960	70.070.457	140.164	3,0	-
1970	93.139.037	537.492	2,9	14,1
1980	119.002.706	1.176.935	2,5	8,2
1991	146.825.475	1.601.094	1,9	2,8
2000	169.544.443	2.051.146	1,6	2,8
2010	190.732.694	2.570.161	1,17	2,28
2022	203.062.512	2.817.381	0,52	0,76

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1960-2022

Os dados apresentados no quadro 7.1 mostram o resultado do Censo Demográfico do IBGE, de 2022. Mas, de acordo com Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), de 2024, a população do DF já alcançou os números de 2.982.658³⁸ habitantes. Desse total, 52,3% são do sexo feminino e 47,7%, do sexo masculino.

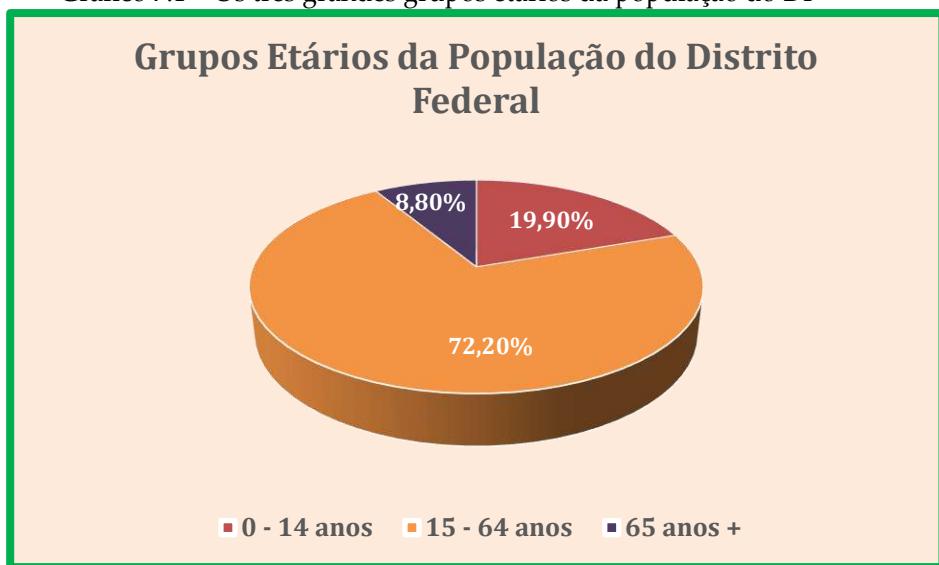
Quanto à distribuição da população por faixa etária, o IPEDF (2024) indica que não houve mudanças significativas na faixa etária entre 15 e 64 anos e no Censo do IBGE de 2010, esse grupo era representado por 71,4% da população. Em relação a proporção de pessoas menores de 14 anos, houve uma redução de 4,7% em relação à 2010, o que indica a redução no número de nascimento. A taxa de fecundidade vem apresentando declínio nos últimos anos, atingindo atualmente o índice de 1,46 filhos por mulher.

Em relação à população de 65 anos, ou mais, houve um crescimento percentual de 3,3 pontos, considerando que em

³⁸ Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (agosto/2025) apontam que a população do Distrito Federal em 2025 é de 2.996.899 habitantes.

2010 esse grupo correspondia a 5,5% dos habitantes do DF. Dessa maneira, a queda contínua da taxa de fecundidade e o crescimento da população idosa contribui, de certa maneira, para o envelhecimento populacional do Distrito Federal (GDF, 2024). Observe no Gráfico 7.1 o percentual dos grupos etários do Distrito Federal, de acordo com Censo Demográfico do IBGE, de 2022.

Gráfico 7.1 – Os três grandes grupos etários da população do DF



Fonte: Censo IBGE 2022.

Elaboração: Maria Solange Melo de Sousa, 2025

Nos primeiros anos da construção da Capital, houve uma grande participação de imigrantes na constituição da população, mas, no decorrer dos anos esses índices foram declinando. Atualmente, 56,6% dos moradores nasceram no próprio Distrito Federal, 42,7% nasceram em outros estados e 0,5% em outros países. Quanto a origem dos imigrantes, observe os Quadros 7.2 e 7.3.

Quadro 7.2 – Não nascidos no Distrito Federal segundo a região de origem

Região	Em %
Nordeste	54,9
Sudeste	21,7
Centro-Oeste	15,9
Norte	4,7
Sul	2,8

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

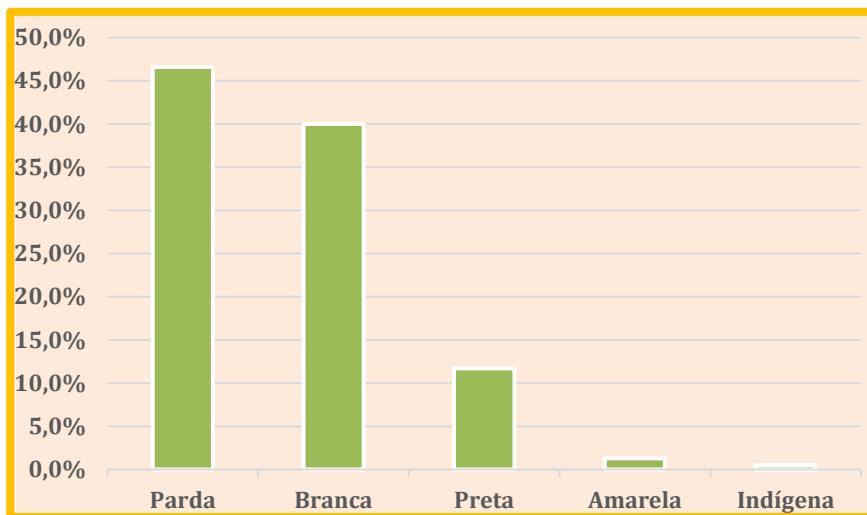
Quadro 7.3 – Não nascidos no Distrito Federal segundo o estado de origem

Estado	Em %
Minas Gerais	15,3
Goiás	13,4
Bahia	12,2
Piauí	11,5
Maranhão	11,3
Ceará	7,3
Rio de Janeiro	5,0
Paraíba	4,6
São Paulo	4,5
Pernambuco	3,1

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Outras características relevantes da população do Distrito Federal se referem à etnia em que 46,6% se autodeclararam pardas, 40% brancas, 11,7% pretas, 1,3% amarelas e 0,5% indígenas. É importante destacar que o resultado tem como base as informações dadas pelos entrevistados no momento da pesquisa. Observe o Gráfico 7.2.

Gráfico 7.2 – Estrutura Étnica do Distrito Federal



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

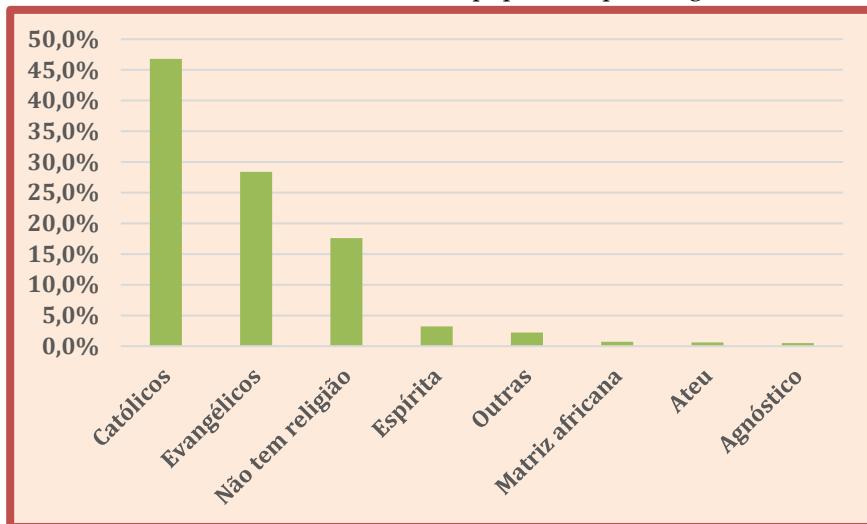
Elaborado por: Maria Solange Melo de Sousa

Quanto a religião, têm-se os seguintes valores: 46,8% se declaram católicos; 28,4% são evangélicos; 17,6% não identificou a religião; 3,2%, espíritas; 2,0%, outras; 0,7% de matriz africana; 0,6% ateu; 0,5% agnóstico³⁹. Os dados indicam que o Distrito Federal ainda é uma região em que predomina a doutrina Católica. Observe o Gráfico 7.3.

³⁹ Ser agnóstico significa reconhecer que não se pode ter certeza sobre a existência ou não de Deus. Essa postura é baseada na ideia de que não há evidências suficientes para comprovar a existência ou a inexistência de um ser supremo. Disponível em:

<https://guiaesoterico.com/qual-o-significado-de-agnostico/>. Acesso em: 06 mar./2025.

Gráfico 7.3 – Distribuição da população por religião



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Elaborado por: Maria Solange Melo de Sousa

Nesse tópico, foram apresentadas as características gerais da população do Distrito Federal, como ela está estruturada de acordo com o crescimento demográfico, os grupos etários, a naturalidade e o fluxo migratório, a estrutura étnica e a religiosa. No próximo tópico será mostrado como essa população se organiza nas questões de emprego e renda.

7.2 Estrutura socioeconômica da população do Distrito Federal

Brasília foi criada para exercer funções administrativas e as demais ocupações deveriam se submeter a elas. Mas, a cidade obteve autonomia político/administrativa em 1990 e ocorreram mudanças importantes na área política e econômica. O DF, depois desta data, não só elegeu governadores e deputados distritais, como passou a arcar com

as despesas da administração local. O Governo Federal, atualmente, financia somente as áreas de saúde, educação e segurança, e as duas primeiras parcialmente, enquanto o GDF arca com as demais despesas da administração da Capital. Assim, foi necessário atrair investimentos produtivos que proporcionassem recursos e aumentassem a oferta de empregos.

Assim como as demais metrópoles brasileiras, o DF também sofre com o impacto do crescimento demográfico e a oferta de empregos. Dentro desta perspectiva, Melo de Sousa (2023) argumenta a importância de analisar a teoria dos circuitos da economia urbana, proposta por Milton Santos na década de 1970, na qual o autor procurou explicar o crescimento urbano desigual entre as cidades dos países de Primeiro e Terceiro Mundo. Na época em que a teoria surgiu, havia debates e discussões acerca da superurbanização nos países ditos subdesenvolvidos, no decorrer do século XX. Nos estudos, constatou-se que o crescimento da população urbana nos países que compunham aquele grupo (subdesenvolvido) era mais acelerado do que o que ocorria nos países desenvolvidos (Montenegro, 2024).

As discussões envolviam questões de que o crescimento da população urbana nos países periféricos iria encontrar limitações no que diz respeito ao mercado de trabalho, por não ser capaz de absorver grande parte da força de trabalho em setores intensivos de capital como, por exemplo, as indústrias, que não eram altamente empregadoras.

Para a análise da teoria do circuito da economia urbana, Melo de Sousa (2023) cita Marina (2012), que suscitou reflexões teóricas sobre a urbanização e suas características, principalmente, no que diz respeito ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico. A autora (Marina, 2012)

indica que havia uma combinação do crescimento da força de trabalho no meio urbano e uma verdadeira crise do emprego. Melo de Sousa (2023), afirma que é a partir dessa crise do emprego que as grandes metrópoles não são capazes de absorver a massa de trabalhadores disponíveis e surge o setor informal.

É importante, a partir do exposto, compreender a realidade do Distrito Federal dentro desse cenário. Mas, segundo a CODEPLAN (2011), os dados oficiais em relação a estrutura do emprego só passaram a ser registrados a partir de 1992 e, naquela década predominava o setor de serviços (terciário), seguidos do setor secundário com pouca expressividade, que absorvia 4,4% dos postos de trabalho e o setor primário que correspondia a menos de 1% do PIB do DF.

Passados mais de trinta anos é possível perceber que apesar de mudanças, o setor terciário ainda é o que mais emprega, assim como nas demais metrópoles brasileiras. Observe a Tabela 7.4, que traz a distribuição dos trabalhadores por setor de atividade, segundo o PDAD/2021.

Quadro 7.4 – Distribuição dos trabalhadores por setor de atividades no Distrito Federal (2021)

ATIVIDADE	Em %
Comércio	18
Educação/Saúde/Serviços sociais	12,2
Administração pública	11,2
Construção Civil	5,9
Serviços por aplicativo	5,4
Serviços domésticos	5,4
Indústria	2,8
Agropecuária	1
Outros Serviços	38,1

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD, 2021

Observe que no Quadro 7.4, a distribuição dos trabalhadores por atividade, ainda permanece com as características apresentadas em 1992, com a grande participação dos trabalhadores no setor terciário e a pouca representatividade nos setores secundário e primário. Vale destacar que o quadro inclui uma nova modalidade de trabalho, o serviço por aplicativo. Esses trabalhadores, geralmente, exercem suas atividades de forma precária e sem vínculo empregatício, o que caracteriza um tipo de atividade informal. O item “Outros serviços”, mencionados na tabela e não especificados pela CODEPLAN, provavelmente, também, podem incluir trabalhadores informais.

O sistema de Pesquisa e Emprego e Desemprego (PED), que mostra o comportamento do mercado de trabalho no Distrito Federal apresenta os dados da ocupação em 2023. Observe o Quadro 7.5.

Quadro 7.5 – Estimativa do número de ocupados (2023)

Ocupação	Em mil pessoas (junho/2023)
Ocupados	1.425
Assalariados	982
Setor privado	681
- Com carteira assinada	563
- Sem carteira assinada	117
Setor Público	301
Trabalhadores autônomos	238
Empregados domésticos	72
Demais posições	133

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

De acordo com a pesquisa do PED/DF, os dados do Setor Privado excluem os empregados domésticos e incluem

aqueles que não sabem a que setor pertencem na empresa em que trabalham. Os do Setor Público incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governo municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação etc.). As demais posições incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Quanto aos índices de desemprego, os dados da PED/DF, em 2023, realizada pelo IPEDF e DIEESE, mostram que a taxa de desemprego total foi de 16,3% da População Econômica Ativa (PEA), enquanto a taxa de participação de pessoas com 14 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, foi de 65,3%.

Ainda de acordo com a PED/DF, em relação a junho de 2022, a taxa de desemprego total aumentou, ao passar de 15,6% para 16,3% da PEA. A taxa de participação também cresceu, ao passar de 64,2% para 65,3%.

A análise da PED/DF (2023, p. 2) é que:

neste mesmo período, o contingente de desempregados elevou-se, como resultado do acréscimo da PEA (53 mil pessoas entraram no mercado de trabalho) em volume maior que o aumento do nível ocupacional (32 mil postos de trabalho a mais). Este comportamento verificado na ocupação derivou da elevação do número de ocupados no setor de serviços, suficiente para absorver as retrações no comércio e reparação e na construção, visto ter permanecido relativamente estável o contingente na indústria de transformação; e, segundo a forma de inserção, do acréscimo do assalariamento no setor privado com e sem carteira assinada e entre aqueles classificados nas demais posições, onde estão incluídos os empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais, uma vez que declinou o

número de assalariados no setor público e o de trabalhadores autônomos.

Os dados apresentados mostram que houve diversificação da estrutura do emprego no DF, apesar da importância da administração pública como empregadora. Destaca-se ainda que Brasília se mantém como uma cidade terciária, em detrimento aos setores secundário e primário.

No próximo tópico, será discutido a questão da renda na Capital do país e analisar se o emprego no Setor Público continua sendo o que apresenta as maiores rendas.

7.3 Renda da população do Distrito Federal

O Distrito Federal se destaca como a Unidade da Federação com maior renda *per capita* do país. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média por pessoa, em 2023, foi de R\$ 3.357,00 enquanto a média do país é de R\$ 1.893,00. Entra nos cálculos, os vencimentos e, também outras fontes, como benefícios e aposentadorias.

Para o governo do Distrito Federal, esse resultado se deve ao funcionalismo público – federal e distrital –, que é responsável por 18% das pessoas com ocupação no DF, mas representa mais de 40% da massa salarial. O número de servidores públicos na Capital só perde para o de pessoas com carteira assinada, na ordem de 41% do total. Essas proporções têm se mantido constantes nos últimos três anos (GDF, 2024).

Segundo a PNAD Contínua, 75% dos funcionários públicos recebem mais de R\$ 5.000 mil por mês e 25% ganham acima de R\$ 13 mil. Para o PED/DF, esses dados estatísticos

contribuem para a hipótese de que o funcionalismo público contribui para elevar os rendimentos do DF, por possuir um montante significativo de trabalhadores e esse setor receber salários relativamente maiores.

Por outro lado, o Distrito Federal também sofre com a desigualdade na distribuição da renda. Há grandes disparidades entre as Regiões Administrativas. Tome-se a diferença entre o Sol Nascente/Pôr do Sol, por exemplo, já mencionada como uma das maiores favelas do país e agora, como RA XXXII, recebe melhorias que, aos poucos, permite que saia dessa condição, enquanto o Lago Sul, se fosse município, seria um dos mais ricos do país Segundo Yamaguti, em reportagem do Correio Braziliense, em 2021.

Para ilustrar o tamanho da disparidade, a renda média por pessoa do Sol Nascente é de R\$ 915,00 enquanto do Lago Sul é de R\$ 10.979 mil por pessoa. De acordo com a jornalista, “Enquanto no Lago Sul o rendimento mensal é de mais 20 salários-mínimos em mais de 60% dos domicílios, no Sol Nascente, mais de 40% das famílias vivem com um a dois salários”.

A reportagem do Jornal Metrópoles, de 2022, traz os dados do PDAD/DF em relação à distribuição de renda por Região Administrativa. Observe o Quadro 7.6.

Quadro 7.6 – Renda por Região Administrativa

Renda	Regiões Administrativas
Alta	Águas Claras, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way, Plano Piloto.
Média-Alta	Arnaireira, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, SAI, Sobradinho, Taguatinga, Vicente Pires.
Média-Baixa	Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho II.

Baixa	Brazlândia, Fercal, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, São Sebastião, SCIA-Estrutural, Sol Nascente/Por do Sol, Varjão.
-------	--

Fonte: Metrópole, 2022

Essa característica, referente às questões socioeconomias do DF, provoca indagações quanto à falta de justiça social. Pois, mesmo com renda *per capita* alta é possível perceber imagens, na paisagem da Capital Federal, que são comuns no restante das regiões metropolitanas do país como, por exemplo, locais com moradores em situação de rua. Observe a Foto 7.1.

Foto 7.1 – Invasões localizadas no Plano Piloto



Autor: Rodrigo Vilella, 2023

A quantidade de lixo acumulado próximo aos barracos improvisados, provavelmente, indica que sejam moradias de catadores de reciclados. Eles, geralmente, se estabelecem em

locais públicos espalhados pela cidade e aguardam ajuda tanto das pessoas que circulam por essas avenidas, como pretendem chamar a atenção do governo para ganhar benefícios sociais.

Por outro lado, também é comum a vinda de imigrantes em busca de ajuda financeira oriundos de outras regiões do Brasil ou até mesmo de países vizinhos, como a Venezuela. Eles são atraídos pela alta renda dos habitantes da Capital do país. Dessa maneira, essas pessoas improvisam moradias e ficam às margens das avenidas ou de semáforos, pedindo ajuda aos que transitam pela cidade. Observe a Foto 7.2.

Foto 7.2 – Moradias improvisadas montadas no Plano Piloto



Autor: Rodrigo Vilela, 2023.

De acordo com Reportagem do G1DF, divulgada em setembro de 2023, o DF é a unidade da Federação com o maior número de pessoas em situação de rua, e utiliza dados de 2023, segundo o qual contava-se com 7.924 pessoas nessa

condição, o que representa 0,28% de moradores da Capital. Segundo a reportagem, os dados são do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Os dados o Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal indicam que a população nessa situação no país apresenta as seguintes características: masculino, 87%; adulto, 55% (entre 30 e 49 anos); pessoas pardas, 51% e pretas, 17%; sabe ler e escrever, 90%; já teve carteira assinada, 68% e entre as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, o percentual é de 15%.

Quando foi perguntado para essas pessoas o motivo para viverem nas ruas, as respostas apontadas foram: problemas familiares, 44%; desemprego, 39%; alcoolismo e/ou uso de drogas, 29%; e, por fim, perda de moradia, 23%.

Em reportagem divulgada no Jornal Metrópoles, em agosto de 2024, no Distrito Federal, 60% dessas pessoas se concentram em quatro Regiões Administrativas: Plano Piloto, Ceilândia, Taguatinga e São Sebastião. Ainda de acordo com a reportagem, desde 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a remoção forçada de moradores em situação de rua e orientou os governos que adotassem mutirões para cadastrar essa população em programas de benefícios sociais.

Quando se observa os dados apresentados nesse capítulo, percebe-se que o Distrito Federal, ainda que seja uma das unidades federativas brasileiras com maior renda *per capita*, possui uma série de peculiaridades que o difere dos demais estados. Diante disso, Melo de Sousa, (2023, p. 86) argumenta que:

crescimento desordenado se prolongou e perdura até os dias atuais, promovendo forte pressão no mercado de trabalho, pois a Capital que nasceu com perfil de administração pública se vê com enorme contingente de pessoas – muitas sem qualificação – buscando uma

oportunidade de emprego. Assim, sem capacidade de absorver o excesso de contingente de reserva de mão de obra, cresce na Capital do país a informalidade e o desemprego.

Por isso, a autora explica que é importante ajustar o planejamento urbano às necessidades da população para superar as adversidades vivenciadas cotidianamente, uma vez que parte da sociedade não se beneficia de salários que atendam às necessidades básicas da família, o que provoca as disparidades sociais. É preciso ações governamentais que favoreçam a geração de empregos, o desenvolvimento social e a prosperidade de todos, evitando assim a concentração de renda e os privilégios sociais para poucos.

CAPÍTULO 8

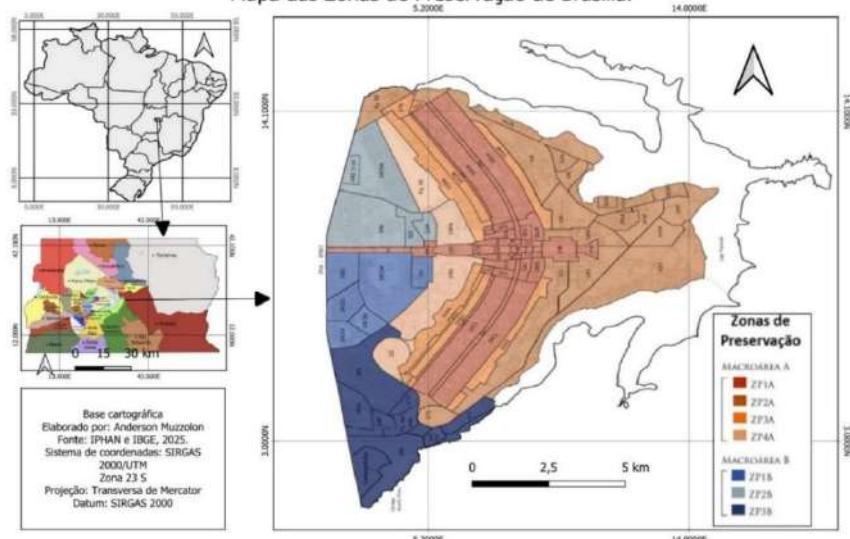
REFLEXÕES FINAIS: AS CONEXÕES ENTRE CIVITAS E URBS

Brasília foi pensada por seus idealizadores como uma cidade-Capital de porte médio, e o próprio Distrito Federal como um todo não teria uma grande população. O planejamento, inicialmente a cargo da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) e, depois dividindo suas funções com agências específicas, como, por exemplo a TERRACAP (Agência de Desenvolvimento da Nova Capital), e outras que foram citadas ao longo dos capítulos, teriam justamente o papel de organizar o urbano e o rural do DF.

Entretanto, se este objetivo já era difícil de alcançar nos primeiros tempos da ocupação territorial, a partir de 1990, ano em que se iniciaram as eleições no Distrito Federal e foram eleitos o primeiro governador e a primeira Câmara Distrital, manter uma Capital de tamanho médio mostrou-se uma tarefa inatingível. E, em decorrência, o Distrito Federal atraiu atividades e moradores (“lá é uma mina de ouro”). Sua população cresceu e hoje é a terceira metrópole nacional.

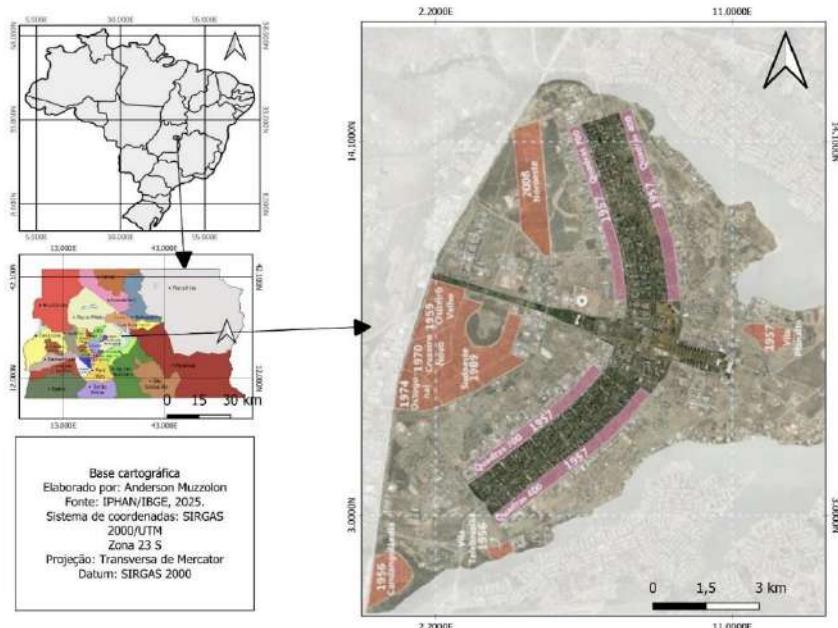
Dessa maneira, entende-se a importância de focar na área tombada de Brasília (Mapa 8.1), a *civitas*, o Plano Piloto, para que seja compreendido que não se trata apenas da Capital de um país, mas que se trata de uma área de importância para todos, brasileiros ou não.

Mapa 8.1 – Área tombada de Brasília



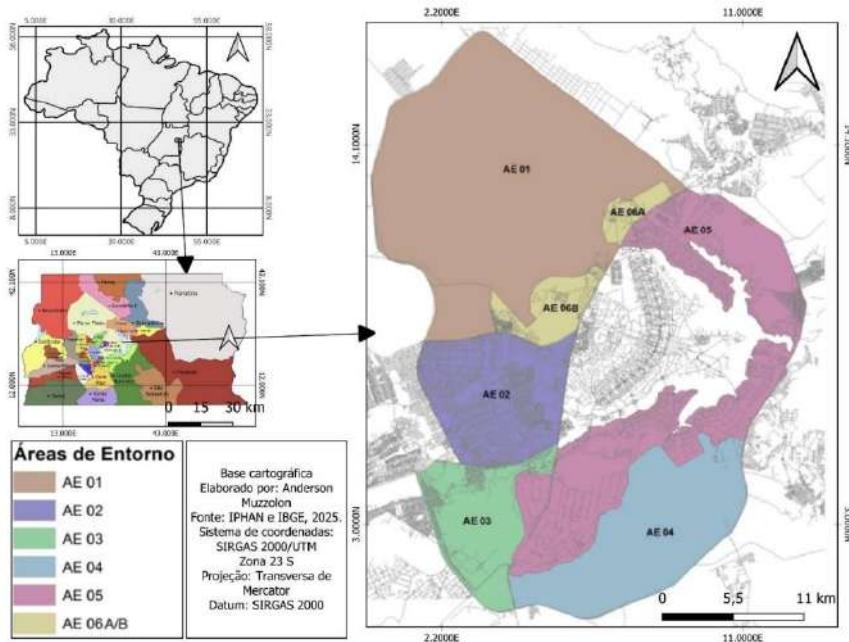
Observe na Mapa 8.2 a ampliação do Projeto Urbanístico de Brasília.

Mapa 8.2 – Ampliação do Projeto Urbanístico de Brasília
Mapa das Áreas adicionadas ao projeto original do conjunto urbanístico de Brasília



A especulação imobiliária cresce, procura expandir o centro urbano, mas como ele é tombado, a área de contenção (Mapa 8.3) que o circunda pretende preservar a baixa densidade demográfica e, também, manter o gabarito das construções de maneira a não pressionar o Plano Piloto de Brasília, assegurando a sua preservação.

Mapa 8.3 – Áreas de contenção do tombamento urbanístico
Mapa das Macroáreas de proteção e zonas de preservação.



Entretanto, essa área se expande com a verticalização do Park SOF Sul, com moradias e shoppings (Figura 8.1) e na RA X- Guará. Novos bairros residenciais, como Jardim Botânico, Vicente Pires e Estrutural que surgiram como invasões, foram regularizadas ou estão em processo de regularização.

Figura 8.1 – Verticalização do Park SOF Sul ao lado do ParkShopping



Autor: Ricardo Bernadino

Disponível em: <https://www.euamobrazlandia.com.br/2020/07/park-sul-sof-sul-e-setor-de-garagens.html>. Acesso em: 20 ago./2025

Na atualidade, a construção de novos empreendimentos imobiliários, com a criação de novos bairros, é realizada por grandes construtoras e com o apoio do Governo, como o Setor Habitacional Jóquei Clube. Entretanto, o Setor se encontra em discussão, pois mesmo que oficializado neste ano de 2025, ainda há muitas discussões devido aos problemas ambientais e impactos no trânsito na DF – 045 (Estrutural) e na Estrada Parque Taguatinga – Guará (EPTG)

Dessa maneira pergunta-se: a quem se destinam os novos empreendimentos? Quem são os grupos sociais capazes de investir em imóveis caros e que mantém o setor econômico da construção civil tão aquecido? A construção de imóveis de alto padrão que impactam na qualidade de vida dos moradores de algumas RAs e do Plano Piloto tem por objetivo

atender o déficit de moradia ou é apenas especulação imobiliária?

São perguntas que as autoras ainda buscam por respostas e deixam a cada um fazer as suas perguntas e dar suas respostas. Apesar do Distrito Federal apresentar uma das maiores rendas *per capita* do país, a renda é concentrada, a maior parte da população recebe pouco mais de dois salários-mínimos e 75% dos servidores públicos recebem em torno de R\$ 5.000,00, como foi mostrado no capítulo 7. Logo, são pessoas que, provavelmente, não apresentam capacidade financeira de adquirir imóveis com valores tão alto – muitos custam, ou custarão, valores que ultrapassam um milhão de reais (como pode ser observado nos *sites* de vendas de imóveis novos).

Além de ser uma ameaça ao tombamento do Plano Piloto, o crescimento urbano acelerado também compromete a mobilidade urbana. Os engarrafamentos de carros são percebidos não só nas Regiões Administrativas, mas principalmente nos veículos que se dirigem ao Plano Piloto, e principalmente nos horários de pico, em que os trabalhadores estão se deslocando para seus afazeres ou retornando deles para suas residências. A insuficiência dos transportes públicos intensifica a precariedade da mobilidade urbana no Distrito Federal.

Entretanto, vale uma reflexão para fechar os temas desenvolvidos neste pequeno livro: o Distrito Federal é uma área dinâmica, apesar de não ter sido assim pensado na década de 60. Dessa maneira, não se pode esgotar o tema “Distrito Federal” nem o tema “Brasília”, mas pode-se apresentar os problemas da ocupação territorial de uma maneira crítica para que *civitas* e *urbs* sigam juntas em direção a um futuro promissor e a Capital não se transforme num caos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. Estrutura básica da dinâmica territorial no DF. In: **Brasília: controvérsias ambientais**.

PAVIANI, Aldo; GOUVÉA, Luiz A. de C. (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Decreto 10** de Janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9468.htm. Acesso em: 11 jun.2025.

CABRAL, Ailim. **Fazenda Sucupira é um polo científico e tecnológico no DF**. Correio Braziliense, Brasília, 07 de set. de 2014. Caderno cidades. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/09/07/interna_cidadesdf,445912/fazenda-sucupira-e-um-polo-cientifico-e-tecnologico-no-df.shtml. Acesso em 28 dez./2024.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, S.P. Unicamp. IE, 2007.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAVALCANTI, Flávio R. **Pedra fundamental de Brasília – 7** de setembro de 1922: “uma pedra por cima...”. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/1922-09->

07-pedra-Fundamental-lancamento.shtml. Acesso em 19 mar/2022.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa sobre o Plano-Piloto de Brasília.** In. Leituras de Planejamento e Urbanismo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1965. p. 343-354.

CORREIO BRAZILIENSE. Incêndio na Floresta Nacional de Brasília deixa rastro de destruição. Lética Guedes e Letícia Mouhamad, 06 de set./2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidadesdf/2024/09/6935856-incendio-na-floresta-nacional-de-brasilia-deixarastrode-destruicao.html>. Acesso em 03 jun./2025.

DISTRITO FEDERAL. A história das comissões de exploração de estudo da região do Planalto Central do Brasil. Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/exposicao-comissoes-cruls/>. Acesso em 19. Out/2022.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa. DF terá mais duas novas Regiões Administrativas: Água Quente e Arapoanga. 07 de dez./2022. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/df-tera-mais-duas-regioes-administrativas-agua-quente-e-arapoanga>. Acesso em 08 out./2024

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In PAVIANI, Aldo et al. **Brasília 50 anos: da capital a metrópole.** Brasília: Editora UnB, 2010, p. 23 a 55.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília: ideologia e realidade. O espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto Editores, 1985.

FIORAVANTI, Lívia M. Reflexões sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.02, n. 02, 2013.

FUZEIRA, Victor. **Mulheres que transformam o campo: a força feminina do agronegócio do Distrito Federal**. Agência Brasília (GDF), Distrito Federal, 14 out. de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2024/10/14/mulheres-que-transformam-o-campo-a-forca-feminina-do-agronegocio-do-distrito-federal/>. Acesso em 28 dez./2024.

GDF – ADASA. **Plano de gerenciamento integrado de recursos hídricos do Distrito Federal – Relatório síntese, 2012**. Disponível em: https://www.adasa.df.gov.br/images/storage/programas/PIRHFFinal/PGIRH_relatorio_sintese_versaofinal.pdf. Acesso 02 mai./2022.

GDF. Casa Civil. **Educação e força de trabalho colocam o DF como a maior renda per capita do país** (mar./2024). Disponível em: <https://casacivil.df.gov.br/w/educacao-e-forca-de-trabalho-colocam-o-df-como-a-maior-renda-per-capita-do-pais>. Acesso em: abr./2025.

GDF. CODEPLAN. **Atlas do Distrito Federal 2017**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>.

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD): **Relatório 2021**. Distrito Federal, 2022.

_____. **População será de 3,4 milhões em 2030.**
Disponível em: <https://codeplan.df.gov.br/df-tera-34-milhoes-de-habitantes-em-2030/>. Acesso em: 19 out/2022.

GDF. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF). **Informações agropecuárias do distrito federal**, 2022. Distrito Federal, 2022.

_____. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF). **Agricultura do DF planejada pelos próximos 20 anos**. Distrito Federal, 2022.
Disponível em: <https://emater.df.gov.br/agricultura-do-df-planejada-pelos-proximos-20-anos/>. Acesso em: 28 dez./2024.

_____. PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra Domiciliar. **Resultados gerais: moradores e domicílios, 2024 ampliada.**

_____. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Mercado de trabalho no Distrito Federal**: Resultados de junho de 2022 a junho de 2023. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wpcontent/uploads/2023/07/Boletim-PED-DF-202306.pdf>. Acesso em 15 abr./2025.

_____. IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Crescimento populacional no DF entre 2010 e 2022 é menor do que na década anterior**. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/crescimento-populacional-no-df-2010-e-2022-eh-menor-do-que-na-decada-anterior/>.

entre-2010-e-2022-e-menor-do-que-na-decada-anterior/. Acesso em 03 mar./2025.

_____. PDAD – Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio **SCIA-Estrutural**, 2015. Disponível em: https://www.agencia brasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2016/Abril/pdad-scia-estrutural-2015.pdf. Acesso em 19 de jun/2022.

_____. **Quadra modelo de Brasília 1960** (Lucíola Barbosa). Disponível em: <https://www.vice.df.gov.br/quadra-modelo-brasilia-60-anos/>. Acesso em: 15 jul./2024

_____. Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF. **Projeto do Polo Agroindustrial do PAD-DF**. Distrito Federal, 2020.

_____. SEDUH. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Unidades de Conservação do Distrito Federal**. Disponível em: <https://seduh.df.gov.br/unidades-de-conservacao-do-distrito-federal/>. Acesso em: 11 jun./2025.

_____. SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Relatório do plano de prevenção e combate aos incêndios florestais**. Disponível em: https://sema.df.gov.br/documents/6196895/8938783/Relatorio-PPCIF_2020.pdf. Acesso em: 11 jun./2025.

_____. ZEEDF. Um DF melhor para todos. **Caderno técnico pré-zoneamento**. Disponível em: GDF – CODEPLAN. Atlas do Distrito Federal 2017. Disponível em: <https://www.code>

plan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf. Acesso em 02 mai./2022.

G1. Censo do IBGE: taxa de crescimento anual da população brasileira atinge menor nível da história. André Catto 28 mar./2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-taxa-de-crescimento-anual-da-populacao-brasileira-atinge-menor-nivel-da-historia.ghtml>. Acesso em: 03 mar./2025.

G1. DF segue como unidade da federação com maior rendimento domiciliar per capita do Brasil: R\$ 3,3 mil. Bruna Yamaguti 28 fev./2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distritofederal/noticia/2024/02/28/df-segue-como-unidade-da-federacao-com-maior-rendimento-domiciliar-per-capita-do-brasil-r-33-mil.ghtml>. Acesso em: 16 abr./2025.

G1. O DF tem o maior percentual de pessoas em situação de rua do Brasil, diz pesquisa do Governo Federal. Brenda Ortiz 16 set./2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distritofederal/noticia/2023/09/16/df-tem-maior-percentual-de-pessoas-em-situacao-de-rua-do-brasil-diz-pesquisa-do-governo-federal.ghtml>. Acesso em 26 abr./2024.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da População Residente.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/>. Acesso em 22 ago./2024.

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. Instrução Normativa Nº 39, de 21 de fevereiro de 2014. Brasília, DF: IBRAM, 2014.

Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/Instru%C3%A7%C3%A3o-n-39-2014-Disp%C3%B5e-sobre-a-preserva%C3%A7%C3%A3o-dos-campos-de-murundus.pdf>. Acesso em 19 de jun/2022.

JATOBÁ, Sérgio. Brasília, cidade construída na linha do horizonte. Edição do autor, Brasília; 1a edição, 2021.

MANIÇOBA, Regina de S. Criação das Regiões Administrativas no Distrito Federal e o histórico da definição de seus limites geográficos. **Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território**, V. 10, N. 2, 2019, p. 01-30, ISSN 2177-4366.

MARINA, Regitz Montenegro. A teoria dos circuitos urbanos de Milton Santos: de seu surgimento a sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 53 n. 1, 2012, p. 147-164.

_____. **Os circuitos da economia urbana em questão:** da formulação da teoria ao seu debate na atualidade. In: Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas. BALBIM, Renato; ARROYO, Mônica; SANTIAGO, Cristine (Orgs.) Instituto de Economia Aplicada (IPEA), 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/fe6e758a-1a2f-4c5d-b75b-8ecb8ce6671e/content>. Acesso em: 30 jul./2025.

MARQUES, Marília. **Lixão da Estrutural:** um retrato do maior depósito de lixo da América Latina. G1.DF Globo.com, 08 de jan. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/lixao-da-estrutural-um-retrato-do->

maior-deposito-de-lixo-da-america-latina.ghtml. Acesso em 19 jun./2022.

MELO DE SOUSA, Maria Solange. **As mudanças no mundo do trabalho no meio urbano: uma análise do emprego no Distrito Federal, dos pioneiros da década de 1960 à Geração Z.** Tese de Doutorado. Marília Luíza Peluso (Orient.). Universidade de Brasília, 2024 170p.

MELO DE SOUSA, Maria Solange; SANTOS, Juanice Pereira. **Construção do Raciocínio Geográfico permeado por temáticas transversais e por práticas inclusivas de trabalho de Campo.** In: GUIMARÃES, Geny F. [et al], (Org.) **Geografias e currículo: tensionamentos, reflexões e práticas.** Salvador: Edufba, 2021, p. 179-193.

MELO DE SOUSA, M. Solange; PELUSO, Marília Luíza. **A percepção e a interpretação social da realidade: o Distrito Federal do passado evocado à modernidade líquida.** In: Marília Luiza Peluso (org.), Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa (org.), Maria Solange Melo de Sousa (org.) Brasília: Strong Edições, 2022.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Construção de Brasília: os criadores. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/2>. Acesso em 19 Out/2022

METRÓPOLES. Diferença média de rendas entre regiões do DF é de R\$ 12 mil. Samara Schwingel 09 mai./2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito->

federal/diferenca-media-de-rendas-entre-regioes-do-df-e-de-r-12-mil. Acesso em: 16 abr./2025.

METRÓPLS. No DF, metade da população de rua não recebe benefícios sociais. Jade Abreu, 26 ago./2024.

Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/no-df-metade-da-populacao-de-rua-nao-recebe-beneficios-sociais>. Acesso em: 26 abr./2025

MODESTO, Hélio. **Ausência de planejamento no Brasil.** In Leituras de Planejamento e Urbanismo. Biblioteca de Administração Municipal. Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1965, p. 3-18.

OLIVEIRA, J. K. **Porque construí Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

OLIVEIRA, Marília Luiza P. de. **O mercado imobiliário na periferia do Distrito Federal:** um estudo de caso - a Cidade Ocidental. Brasília, 1983. Mestrado em Planejamento Urbano, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília

OLIVEIRA, Tony M. G. de; PELUSO, Marília Luiza. **Segregação urbana como prática ordenadora em Brasília:** O caso da Vila do IAPI e Ceilândia. In. Diálogos Contemporâneos em Geografia Volume II. PELUSO, Maria Luiza; FEITOSA, Eliana A. S. S.; SOUSA, Maria Solange M. de (org.). Brasília: Strong Edições, 2022 p. 49-61

OLIVEIRA, Toni Marcelo Gomes de. **Preexistências geográficas de Brasília.** Livro Rápido Editora, Olinda, 2024.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, a metrópole em crise**: ensaio sobre urbanização. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2^a edição, 2010, Brasília-DF.

PEDROSO, Mônica. **Reservatório de Santa Maria começou a verter no domingo**. Agência Brasília, 14 de fev. de 2021.

Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/02/14/reservatorio-de-santa-maria-comecou-a-verter-no-domingo/>. Acesso em 19 jun./2022.

PELUSO, Marília Luiza. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano**. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado – Programa de Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PELUSO, Marília Luiza; CIDADE, Lúcia Cony. Urbs e civitas em Brasília: um diálogo impossível? **Espaço e Geografia (UnB)**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 191-222, 2002

PELUSO, Marília L. **Reflexões sobre o ambiente urbano e representações**. In: Brasília: controvérsias ambientais. PAVIANI, Aldo; GOUVÉA, Luiz A. de C. (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

PELUSO, Marília L., CANDIDO, Washington. **Distrito Federal: Paisagem, população e poder**. 2 ed. Brasília: Editora Cândido Calazans, 2012.

PEREIRA, Eva Waisros; HENRIQUES, Cinira Maria Nóbrega. **Escola Júlia Kubitschek – a primeira escola**

pública do Distrito Federal. In Memórias Femininas da Construção de Brasília. Brasília: Museu Nacional dos Correios, 2013, p. 36-39.

RAGON, M. Histoire de l'architecture et l'urbanisme Modernes. 2. **Naissance de la cite modern 1990-1940.** Paris: Casterman, 1986.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **A capital da esperança.** A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008.

ROCHA, Vinicius. **O parque é nosso!** A importância dos campos de muruduns do Parque Ecológico do Gama. Gama Livre, 10 de dez de 2017. Disponível em: <https://www.gamalivre.com.br/2017/12/oparqueenossocomoimportancia-dos-campos-de.html>. Acesso em 19 de jun./2022.

SANT'ANNA, Carlos. **Brasília:** uma história que não se conta nos bancos escolares. Disponível em: <https://chicosantanna.wordpress.com/2020/03/06/brasilia-uma-historia-que-nao-se-conta-nos-bancos-escolares/>. Acesso em 22 nov./2022.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília.** Brasília: Coordenada, s/d.

SILVA, Ludmilson Roberto da; NETO, Júlio Ferreira da Costa. **A sustentabilidade dos recursos hídricos do Distrito Federal.** Univ. Hum., Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 77-107, jan./dez. 2008.

VASCONCELOS, Adirson. **A mudança da Capital.** Edição do Autor, 1978, segunda edição.

WEIBEL, Leo. **Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás.** In Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979, p. 159 a 182.

AUTORAS



MARÍLIA LUÍZA PELUSO

Formou-se em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Iniciou sua carreira no magistério em 1963, lecionando Geografia no Instituto de Educação de Florianópolis. Mudando-se para Brasília, obteve o título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e o título de Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Professora Emérita do Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília, na qual leciona desde a década de 70 e desenvolve pesquisas sobre problemas urbanos e regionais e, especialmente, sobre o Distrito Federal.



MARIA SOLANGE MELO DE SOUSA

Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), com mestrado em Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, também pela UnB, especialização em EaD e graduação em Geografia. Atualmente, é professora substituta no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e participa do programa do Governo Federal Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB), no qual atua como Professora Formadora no curso de licenciatura em Geografia na modalidade a distância. Também é Professora aposentada da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), onde atuou por 25 anos e exerceu ainda as funções de Vice-Diretora, Supervisora e Coordenadora Pedagógica. Lecionou, também em escolas privadas no ensino fundamental e médio. É escritora e pesquisadora nas áreas de análise urbana, políticas públicas em educação, ensino de Geografia, formação de professores.

COLABORADOR



RODRIGO DE OLIVEIRA VILELA

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre pela mesma Instituição. Doutorado em andamento junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UnB. Especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Pesquisador colaborador do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da UnB e Pesquisador associado do Projeto Geografia Afrobrasileira GEOAFRO/CIGA/UnB. Atua como Professor e Tutor do curso de Licenciatura em Geografia do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB). É servidor público do Governo do Distrito Federal, atuando na Secretaria de Estado de Saúde, no cargo de Analista em GAPS.

Em 1957, Lúcio Costa descreve a sua criação: “[...]. É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional”. Trinta anos depois, ao elaborar o documento **Brasília Revisitada, ele argumenta: “[...] A cidade, que primeiro viveu dentro da minha cabeça, se soltou, já não me pertence, - pertence ao Brasil”.**

